



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**

**Jade Oliveira Ramos
Orientador: Shadia Hussein de Araújo**

**Território e Coletivos Culturais:
resistências e esperanças na dinâmica territorial do estudo de caso
Mercado Sul em Taguatinga**

Brasília, DF

2018



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**

**Jade Oliveira Ramos
Orientador: Shadia Hussein de Araújo**

**Território e Coletivos Culturais:
resistências e esperanças na dinâmica territorial do estudo de caso
Mercado Sul em Taguatinga**

Trabalho de conclusão de curso apresentada ao curso de Graduação em Geografia da Universidade de Brasília – UnB, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Orientadora: Shadia Hussein de Araújo

Brasília, DF

2018

JADE OLIVEIRA RAMOS

**Território e Coletivos Culturais:
resistências e esperanças na dinâmica territorial do estudo de caso Mercado Sul em
Taguatinga**

Trabalho de conclusão de curso apresentada ao curso de Graduação em Geografia da Universidade de Brasília – UnB, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Orientadora: Shadia Hussein de Araújo

Banca Examinadora

Prof. Dr. Everaldo Batista da Costa (membro interno)
Departamento de Geografia UnB

Prof. Dra. Marli Sales (membro interno)
Departamento de Geografia UnB

Prof. Dra. Shadia Hussein de Araújo (orientadora)
Departamento de Geografia UnB

Brasília, DF
5 de dezembro de 2018

AGRADECIMENTOS

No desfecho dessa incursão acadêmica, agradeço primeiramente, a todas e todos que acreditam em uma sociedade mais tolerante às diferenças e continuam suas lutas por um Brasil mais igualitário de direitos; aos professores que lutam por uma educação mais livre, igualitária e sem violência, que lutam pelos direitos e garantias das crianças e jovens desse país; às mulheres feministas que lutam pela liberdade e autonomia de seus corpos; aos que lutam pelo reconhecimento e fortalecimento das culturas populares e pela maior inclusão da arte-educação; a todos que morreram em busca de um Estado democrático; que se posicionam contra o golpe de 2016, contra governos autoritários, fascistas e ilegítimos; contra os retrocessos políticos e sociais, e resistem as mais diversas formas de opressão das relações coloniais que insistem querer nos enterrar... Somos sementes, e criamos raízes. Somos resistência!

Agradeço à minha filha, a pequena deusa Elisa. É para ela que todos os meus esforços são drenados, pois minha luta enquanto mãe solteira segue para lhe garantir uma infância possível - com muito amor, educação afetiva e tentando garantir-lhe todos os direitos que necessita ter uma criança. Que você, minha filha, possa desfrutar de todas as vitórias compartilhadas por sua mãe! Meu maior amor e inspiração de vida!

À minha mãe Zel, mulher, educadora e guerreira. À você eu tenho tudo a agradecer. Agradeço ao meu pai Adriano, meu grande exemplo de militância, meu grande porto-seguro, sem você nada disso seria possível! À minha Tia Meire, que também é minha mãe, que me deu todo o apoio necessário, aguentando todas as minhas falhas, me dando forças onde eu achava que elas não mais existiam. Sem você eu nada seria tia! Ao meu amado esposo Thiago, que compartilha comigo utopias, concretiza junto os sonhos e aguentou todas as minhas crises e meus estresses, me motivando a nunca desistir. À minha família viajante: à minha irmã girl power Iara, aos meus irmãos Leon e Diego, à minha madrasta Ju, uma grande inspiração acadêmica.

Agradeço igualmente às minhas irmãs de coração, feiticeiras e madrinhas de Elisa: Isadora, Bárbara Villapouca, Bárbara Sálvio, Nayara e Luiza. Sem a força, as alegrias e o amor de vocês a vida não tem menor sentido! Agradeço a todas as minhas amigas e amigos, às amizades tão ricas que encontrei na Geografia e que seguem comigo.

Por fim, agradeço à minha orientadora Shadia Husseini, pela paciência, compreensão e pelas valiosas contribuições; e ao Departamento de Geografia da UnB por essa oportunidade.

RESUMO

Os coletivos culturais são uma das expressões mais efervescentes entre os movimentos sociais contemporâneos atuantes nos espaços urbanos do Brasil e em outras partes da América Latina. O presente trabalho busca compreender as culturas e os territórios em que se inserem esses coletivos, especificamente sobre as ações culturais do coletivo Mercado Sul Vive, em Taguatinga - DF. Como hipótese, laboramos a ideia de que os coletivos culturais - que mantêm relação direta com seus territórios periféricos -, são territórios em resistência e criam espaços de esperança. Observamos que a ação cultural de tais coletivos é também uma ação política, que se articula ao redor do direito à cidade, realizando ocupações culturais em imóveis privados abandonados e áreas públicas ociosas, plenárias livres, atividades de formação em educação livre e não violenta, produzindo produtos mais ecológicos e sustentáveis. Trabalhamos com a noção de mídia radical e coletividade, observando não só o discurso e as ações culturais e políticas do coletivo Mercado Sul Vive, mas também compreendendo a dinâmica territorial cotidiana do Mercado Sul. Como procedimentos metodológicos, realizamos diversas observações-participantes no recorte temporal de 2015 a 2018. Investigando os desafios e as potencialidades desses territórios e coletivos insurgentes, observamos uma lógica mais solidária e coletiva, com matriz nos saberes das culturas populares, possibilitando uma re-significação socioespacial, a construção de uma identidade territorial e de tolerância de identidades, bem como a transformação das cidades.

Palavras Chave: coletivos culturais, coletividade, territórios em resistência, direito à cidade, espaços de esperança.

ABSTRACT

Cultural collectives are one of the most dynamic expressions among contemporary social movements in urban spaces in Brazil and in other parts of Latin America. The present work aims to understand the cultures and territories in which these collectives are inserted, specially of the cultural actions of the collective Mercado Sul Vive, in Taguatinga - DF. As a hypothesis, we worked out the idea that cultural collectives - which keeps direct relation with their urban peripheral territories - are territories in resistance and create spaces of hope. We observe that the cultural action of such collectives is also a political action, which articulates around the concepts of the right to the city, carrying out cultural occupations in abandoned private properties and idle public areas, free plenary sessions, training activities in free and nonviolent education, producing solidarity economy and ecological products. We work with the notion of radical media and collectivity, observing not only the cultural and political discourse and actions of the collective Mercado Sul Vive, but also understanding the daily territorial dynamics of Mercado Sul. As methodological proceedings, we make several observations- participants in the temporal between 2015 and 2018. Investigating the challenges and potential of these territories and insurgent groups, we observe a more solidary and collective logic, with its womb in the knowledge of popular cultures. Making possible a socio-spatial re-signification, the construction of a territorial identity and tolerance of identities, as well as the transformation of cities.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Início da Vila Dimas	35
Figura 2 - Início da Vila Matias	36
Figura 3 - Associação dos Pobres do Distrito Federal	36
Figura 4 - Início das vilas em Taguatinga	37
Figura 5 - Dimas Leopoldino	38
Figura 6 - Raimundo Matias	38
Figura 7 - Taguatinga em 1965	40
Figura 8 - Poesia retirada do livro: Cultura de classe: 4 anos de história e poesia / Carlos Augusto Cacá (Org.). - Brasília/DF, 2016. Editora: Cultura de Classe. p. 40-41	44
Figura 9 - Nuvem de palavras extraída dos documentos publicados pelo MSV	55
Figura 10 - Mapa de localização do Mercado Sul no DF	57
Figura 11 - Feira Livre do Mercado Norte	58
Figura 12 - Clube Primavera na década de 1980 (à esquerda) e no ano de 2018 (à direita)	59
Figura 13 - Mestre Dico em sua loja no Mercado Sul	62
Figura 14 - Mapa ampliado de localização do Mercado Sul	66
Figura 15 - Mapa de atividades no Mercado Sul	66
Figura 16 - Chico Simões na peça Romance do Vaqueiro Benedito	72
Figura 17 - Carroça de Mamulengos e Carlinhos Baubau no Invenção Brasileira	72
Figura 18 - Flyer da aula-espetáculo Do terreiro à cena, ministrada por Aguinaldo Silva	73
Figura 19 - Carroça de Mamulengos na área externa ao Invenção Brasileira	73
Figura 20 - Sessão do Cineclubes Motirô no Invenção Brasileira	74
Figura 21 - Fachada da Tempo Eco Arte	76
Figura 22 - Confecção de instrumentos na Tempo Eco Arte	76
Figura 23 - Banda Som de Papel no Beco	78
Figura 24 - Oficinas abertas Comunicante - Projeto Pareia, no Estúdio Gunga	80
Figura 25 - Flyer do Mutirão de instalação de softwares livres e roda de conversa, no Estúdio Gunga	80
Figura 26 - Atividades Espaço Cultural Mercado Sul	81
Figura 27 - Semente do Jogo de Angola no Espaço Cultural Mercado Sul	84
Figura 28 - MTST e coletivo Mercado Sul Vive realizando a Ocupação	90
Figura 29 - Campanha #MercadoSulFica	92
Figura 30 - Mutirão de avaliação do espaço ocupado e direcionamento de soluções	97
Figura 31 - Mutirão de avaliação do espaço ocupado e direcionamento de soluções	98
Figura 32 - Mutirão de avaliação do espaço ocupado e direcionamento de soluções	98
Figura 32 - Mutirão de pintura e graffiti na Ocupa	99
Figura 34 - Mutirão de graffiti e pintura na Ocupa	99
Figura 35 - Faixa da Ocupa MSV	100
Figura 36 - Mutirão de limpeza da Ocupa MSV	101
Figura 37 - Uma das lojas ocupadas da Ocupa MSV	102

Figura 38 - Uma das lojas ocupadas da Ocupa MSV	102
Figura 39 - Reformas nas lojas ocupadas pela Ocupa MSV	103
Figura 40 - Reformas nas lojas ocupadas pela Ocupa MSV	103
Figura 41 - reinauguração do galpão ocupado Multiuso, roda de Jongo do Cerrado	104
Figura 42 - VI EcoFeira	105
Figura 43 - Roda de Samba com Cid Aroeira, EcoFeira	106
Figura 44 - Crianças em estrutura de bambu na EcoFeira	106
Figura 45 - Produtos ecológicos produzidos pelos integrantes e coletivos do MSV, EcoFeira	107
Figura 46 - Programação EcoFeira	107
Figura 47 - Sarau Gole de Poesia	109
Figura 48 - Raquel Rolnik na Ocupação MSV	111
Figura 49 - Mutirão de hortas e agroflorestas na Ocupa	113
Figura 50 - Arraial do Beco	114
Figura 51 - Montagem e organização coletiva do MSV para o 6º Arraial do Beco	114
Figura 52 - Apresentação teatro de mamulengo, rabeça e alfaia no 6º Arraial do Beco	115
Figura 54 - Oficina colaborativa, Bicicentro	116
Figura 53 - Carreta para bicicleta produzida com reaproveitamento de peças	116
Figura 55 - Inauguração da EcoLoja do MSV	117
Figura 56 - Jornada Cultural do MSV	120
Figura 57 - CineOcupa	121
Figura 58 - Flyer chamamento público para Plenária Livre na Ocupação MSV	126
Figura 59 - Plenária Livre na Ocupação MSV	126

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Situação dos boxes do Mercado Sul	67
Gráfico 1 - Caracterização familiar dos boxes no Mercado Sul	68
Gráfico 2 - Tempo de moradia no Mercado Sul	68
Gráfico 3 - Nível de escolaridade no Mercado Sul	69

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Quadro de reivindicações do coletivo Mercado Sul Vive 124

LISTA DE ABREVIATURAS

A.L.	América Latina
CAESB	Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal
CEI	Campanha de Erradicação de Invasões
CI	Conversas Informais (método etnográfico)
CLDF	Câmara Legislativa do Distrito Federal
CODEPLAN	Companhia de Planejamento do Distrito Federal
CSEJA	Grupo de Capoeira Semente do Jogo de Angola
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DF	Distrito Federal
DRC	Divisões Regionais de Cultura
ECMS	Espaço Cultural Mercado Sul
EIT	Centro de Ensino Médio Escola Industrial de Taguatinga
ENMPL	Encontro Nacional do Movimento Passe Livre
EUL	Coletivo Eu Livre
GA	Grupos Autônomos
GDF	Governo do Distrito Federal
GTN	Grupos de Trabalho Nacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
FAC	Fundo de Apoio à Cultura do Distrito Federal
FCDF	Fundação Cultural do Distrito Federal
FETADIF	Federação de Teatro Amador do DF
LGBTQ	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queers, Transgêneros e mais
LIC	Lei de Incentivo à Cultura

LOC	Lei Orgânica de Cultura do Distrito Federal
LODF	Lei Orgânica do Distrito Federal
MAC	Movimento de Articulação Cultural
MINC	Ministério da Cultura
MPB	Música Popular Brasileira
MPL	Movimento Passe Livre
MS	Mercado Sul (Taguatinga – DF)
MST	Movimento Sem Terra
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
MSV	Coletivo de Ocupação Mercado Sul Vive
NOVACAP	Companhia Urbanizadora da Nova Capital
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PDAD	Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
SECULT	Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal
SM	Salário Mínimo
SUS	Sistema Único de Saúde
RA	Região Administrativa
TERRACAP	Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal
TJDFT	Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios
TMGCA	Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual
UNB	Universidade de Brasília
UNE	União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPITULO 1	17
1.1 Considerações sobre a crise das cidades.....	17
1.2 Outras subjetividades, outras cidades: Coletivos Culturais, Territórios em Resistência e Espaços de Esperança	23
CAPÍTULO 2	33
2.1 Primórdios de Taguatinga: a periferia em movimento.....	33
2.2 Caminhos de uma Taguatinga cultural.....	44
CAPÍTULO 3	51
3. Construção metodológica da pesquisa	51
CAPÍTULO 4	57
4.1 Trajetórias de um território em resistência: Mercado Sul de 1950 aos anos 2000.....	57
4.2 A cidade para quem a vive, a sonha e a constrói!	63
4.2.1 Ponto de Cultura Invenção Brasileira	70
4.2.2. Tempo Eco Arte.....	74
4.2.3 Platinelas.....	76
4.2.4 Som de Papel.....	77
4.2.5 Tribo das Artes.....	78
4.2.6 Gunga.....	78
4.2.7 Espaço Cultural Mercado Sul	80
4.2.8 Eu Livre	81
4.2.9 Grupo de Capoeira Semente do Jogo de Angola	82
4.3 Coletivos culturais na transformação da cidade: Ocupação Cultural Mercado Sul Vive.....	84
4.3.1 EcoFeira	103
4.3.2. Saraus do Beco (Gole de Poesia):	107
4.3.3. Rádio Xepa Mercado Sul	109
4.3.4. Becomposto.....	111
4.3.5. Arraial do Beco	112
4.3.6. Bicicentro e Oficina Comunitária	114
4.3.8. Sônia Comedoria.....	117
4.3.9. Galpão Multiuso Mercado Sul Vive	117
4.4 “Mercado Sul Fica!”: Uma luta pelo direito à cidade e a emergência de um Espaço de Esperança	120
Considerações Finais.....	135
BIBLIOGRAFIA.....	138

INTRODUÇÃO

A juventude sempre se organizou em grupos e produziu cultura, dentro ou fora de movimentos sociais concretos, com diversas motivações e intensões, em seu contexto histórico e cultural. Nas últimas décadas, esses grupos passam a ser estudados como coletivos culturais, ou coletivos de produtores e trabalhadores da cultura (DOWNING, 2002; NOVY, J; COLOMB, C, 2016), vistos como uma das expressões mais efervescentes entre os movimentos sociais contemporâneos atuantes nos espaços urbanos do Brasil e em outras partes da América Latina (RAIMUNDO, 2017, p. 22). A noção de coletivos culturais, ainda é recente enquanto conceito nas Ciências Sociais e especificamente na Geografia. O surgimento do termo tem como referência originária os chamados coletivos artísticos, mais explorados pela Filosofia e Sociologia sobre os movimentos situacionistas; ou mais recentemente pela Comunicação, onde tomamos John D. H. Downing como referência. E podem ser definidos como

uma organização de pessoas que lutam por interesses comuns e vislumbram avanços que em grade medida, independem do que o Estado pode conceder – objetivos que guardam uma relação muito mais próxima com um senso de crescimento e identidade pessoais em interação com a subcultura dos movimentos oriundos dos setores populares. Os coletivos são independentes e desierarquizados, formados por um grupo de pessoas [na maioria das vezes jovens oriundos de territórios subalternos] unidas por interesses comuns, e que desenvolvem ações de “cultura de oposição” com um forte potencial de “mídia radical” (DOWNING, 2002, p. 57).

Normalmente são formados por jovens, muitos deles periféricos, reunidos por interesses comuns e ações culturais com características político ideológicas contra hegemônicas (RAIMUNDO, 2017, p. 23). A multiplicidade destes grupos faz com que o entendimento acerca do que é um coletivo cultural seja uma tarefa complexa. O que evidencia uma necessidade de um recorte de análise (MAZETTI, 2008).

Por isso, essa pesquisa propõe uma análise acerca dos coletivos culturais em uma região de um bairro que remonta a construção histórica e periférica da cidade satélite de Taguatinga (Região Administrativa III). Para tal análise é então necessária a conexão de coletivos culturais com as questões urbanas elencadas pela Geografia Urbana Crítica, e nessa aproximação cultural e urbana, são ainda mais necessárias simbioses com a Geografia Cultural e Pós Marxista. Isso porque muitas dessas pesquisas nos esclarecem sobre como a urbanização, o urbano e a constante construção das cidades estão imbricadas numa lógica de polarização de distribuição

de riqueza e poder, e assim encharcam as relações sociais em um processo inacabado de urbanização capitalista. Observamos portanto, cidades em crise, onde as políticas e os processos urbanos priorizam basicamente dois elementos segundo Raquel Rolnik (2016): a) a cidade como lugar para fazer negócios, público e privados, para gerar renda e riqueza, renda e riquezas essas concentradas a áreas da cidade às classes econômicas mais altas e; b) a dimensão do privado em detrimento da dimensão pública, onde o público aparece como circulação de mercadorias e pessoas, ligando os lugares privados. Esses dois elementos negligenciam então, a dimensão da cidade como político, espaço de debate e conflito, espaço de criação e criatividade, como artefato cultural, como espaço da sociedade civil organizada (ROLNIK, 2016).

Entretanto, as teorias críticas nos colocam a dialética sobre o urbano, onde a urbanização enquanto processo social estará sempre em conflito simbólico e material na construção e nos significados das cidades, pois grupos estarão sempre lutando pelo espaço (HARVEY, 2014). Por isso inserimos os coletivos culturais como importantes agentes políticos urbanos, e mais especificamente na construção da ideia de metrópole moderna de Brasília, pois entendemos que são coletivos que fazem parte de um recorte de classe: uma classe trabalhadora que foi propositalmente invisibilizada nas memórias da cidade, bem como a memória de seus territórios reais na construção coletiva da cidade, e, se não tanto, tiveram suas manifestações culturais, sociais e políticas apropriadas de forma seletiva pelos atores hegemônicos do Estado e das classes dominantes (CSEMARK, 2013).

Assim este estudo visa preencher outra lacuna: sobre Taguatinga, encontram-se diversas pesquisas sob abordagens urbanística, física, humanística e econômica, mas pouco se encontra sobre aproximações mais culturais. Uma linha mais específica que aborde uma Taguatinga cultural foi pouco levantada pelos geógrafos de Brasília. A parca democratização cultural também reflete nos estudos acadêmicos: grande parte dos movimentos culturais e dos estudos de movimentos culturais se concentram na RA I – Plano Piloto, e por isso é necessário ampliar o conhecimento sobre os movimentos sociais e culturais que existem há anos em outras RAs. A questão é que festa e cultura, antes pensadas e elaboradas por certas frações da sociedade, feitas em outros lugares, passaram a insurgir como política, principalmente a partir da redemocratização brasileira (RAIMUNDO, 2017).

Os trabalhadores e produtores de cultura da RA III nunca deixaram de lutar pelo acesso à cultura, políticas públicas culturais e direitos cidadãos em geral. Nesse recorte, o coletivo Mercado Sul Vive se apresenta como um protagonista e traz à luz de uma memória vendável

de Brasília, o híbrido território Mercado Sul, localizado na QSB 12/13 de Taguatinga. Esse coletivo, além de promover intervenções urbanas, encontros, ações de cunho cultural e social pontuais, contínuas ou permanentes; através do *graffiti*, *saraus*, *slams*, de feiras, música, teatro, cultura digital, poesia, circo, etc.; também coloca o conflito de terras e urbano sobre o poder monopolista tentando transformar tudo em consumo, principalmente no que diz respeito à propriedade. É um coletivo que possui como principal ação afirmativa e permanente a ocupação de 8 lojas ociosas reivindicando a função social de imóveis urbanos, construindo uma identidade coletiva como uma ocupação cultural.

Procurando entender a real origem dos coletivos culturais periféricos, explorando a possibilidade de se realizarem em um território periférico em uma lógica social, econômica e urbana diferente, fora e além da teoria e da prática da reprodução capitalista, exploramos o conceito de territórios em resistência, de Raúl Zibechi (2015). O território para Zibechi é, por assim dizer, não apenas um modo de produção, mas histórica criação político-cultural onde se estabelecem e se expandem relações sociais contra hegemônicas. Para o autor as periferias vêm construindo um mundo próprio, a partir da expansão de uma lógica familiar-comunitária, centrada no papel da mulher-mãe, um mundo feminino, de valores de uso, comunitário, autogerido, inclusivo e democrático, mantido e estimulado pelos afetos, em oposição ao mundo hegemônico e capitalista, que configura-se patriarcal, baseado em valores de troca, hierárquico, segregador e individualista (ZIBECHI, 2015, p. 35-93).

Observando o forte potencial político e ligação com movimentos sociais de coletivos culturais como o Mercado Sul Vive, nos atentamos para a coalização generalizada dos coletivos culturais ao “direito à cultura” e ao “direito à cidade”, sobre a construção dos elementos de solidariedade, coletividade e justiça social e cultural, presentes em suas próprias expressões artísticas, na literatura marginal, na música, no teatro, no hip hop, no grafitti, na capoeira, nos *saraus*, etc. (RAIMUNDO, 2017, p. 28). Compreendemos que esses discursos, reivindicações de direitos e afirmação de suas ações culturais se espelham no Direito à Cidade, onde os “despossuídos” pretendem tomar para si o controle que, há muito, lhes tem sido negado, assim como se pretendem instituir novos modos de urbanização. São seus direitos de mudar o mundo, a mudar a vida e a reinventar a cidade de acordo com seus mais profundos desejos (HARVEY, 2014, p. 65).

Tais coletivos podem alterar a realidade e ao território que se inserem? Para Harvey (2014) a cultura popular como é produzida nas relações comuns da vida cotidiana é de importância crucial. É onde se encontra um dos espaços fundamentais de esperança de

construção de um tipo alternativo de globalização e uma vibrante política antimercantilização: uma política em que forças progressivas da produção e transformação cultural podem buscar apropriar-se das forças do capital e suprimi-las, e não o contrário (HARVEY, 2014, p. 207). Para o autor, os espaços de esperança nos instigam a sermos “arquitetos de nosso próprio destino e de nossa própria sorte” (HARVEY, 2012, p. 263), que consigamos transformar as esferas de trabalho em solo fértil de potencialidades e assim, criatividade humanas com propósito de transformar o mundo e a nós mesmos.

Baseando-se na hipótese que as ações culturais desses coletivos são ações políticas, os coletivos culturais, constroem territórios mais solidários, inclusivos, autossustentáveis e contra hegemônicos? Essa foi a principal indagação à qual buscamos respostas no desenvolvimento dessa pesquisa e no curso de Geografia. A partir dela pudemos explorar mais o problema em questão. Assim surgem indagações mais específicas, tais quais:

- 1) Em que medida o Mercado Sul Vive pode ser considerado um coletivo cultural?
- 2) De que forma esses movimentos contribuem em uma transformação urbana da/na cidade?
- 3) De que forma esses coletivos reivindicam o direito à cidade?
- 4) Como o coletivo cultural MSV cria “Espaços de Esperança”?
- 5) Em que medida o Mercado Sul pode ser considerado um “Território em Resistência”?

Para responder à tais indagações especificamente, a pesquisa passou por três etapas. A primeira etapa consiste nas observações participantes, sempre com a caderneta de campo anotando todas as experiências ali vividas, transcrevendo as atividades do coletivo MSV, momentos vividos no cotidiano do MS e transcrição das falas relevantes à pesquisa. A segunda etapa envolve a pesquisa bibliográfica, em busca dos conceitos que servissem de base conceitual e permitindo assim, formular as questões de pesquisa. Nessa etapa também foram analisados 13 documentos de publicação da Ocupação MSV, extraindo deles evidências de como reivindicam o direito à cidade, bem como um pequeno mapeamento das ações. A terceira etapa foi dedicada à sistematização das observações participantes dentro dos conceitos analíticos, extraindo das transcrições de campo descrições de ações, comportamentos do cotidiano e observações dos relacionamentos interpessoais que correspondam aos conceitos. Nessa mesma etapa foram feitas entrevistas narrativas, a análise de todas as entrevistas e dados empíricos coletados (ver capítulo 3).

A monografia está dividida em cinco capítulos. No primeiro capítulo começo abordando sobre a crise nas cidades dentro da dialética capitalista da Geografia Urbana Crítica e Pós Marxista, e depois adentro mais profundamente sobre os conceitos analíticos que servem de base a essa pesquisa: coletivos culturais (DOWNING, 2002), territórios em resistência (ZIBECHI, 2015), direito à cidade e espaços de esperança (HARVEY, 2012, 2014).

O segundo capítulo busca evidenciar a relação entre os coletivos culturais e o território onde estão inseridos, compreendendo-os como continuidade dos processos insurgentes que autoconstruíram Taguatinga e demais cidades satélites. Fazemos um levantamento histórico e cultural de Taguatinga para tal.

O terceiro capítulo vem da necessidade de detalhar melhor os procedimentos metodológicos, já que o recorte temporal da pesquisa se estende de 2015 a 2018, e utilizou diferentes métodos etnográficos.

O quarto capítulo foca sobre as ações do coletivo Mercado Sul Vive, e as dos moradores e dos trabalhadores de cultura do Mercado Sul, em Taguatinga. Durante toda a pesquisa, mas mais especificamente neste capítulo será evidenciada a forma de organização destes coletivos orientada pela noção de coletividade. Este capítulo procura detalhar os potenciais e os desafios encontrados por tais coletivos, no território em que estão inseridos e em seu cotidiano.

CAPITULO 1

1.1 Considerações sobre a crise das cidades

No começo do século XXI, a humanidade ao redor do mundo passou a ser predominantemente urbana - o que significa dizer, que as cidades são onde se realizam os processos de reprodução do capital. Tanto em potências eurocêntricas, quanto na América Latina, o processo de acumulação do capital se tornou mais intenso em diferentes cidades no mundo por meio da atividade fabril, ou no setor de serviços, incorporados às ordenações dos territórios nacionais, e onde o capital internacional pudesse circular com mais facilidade. Essa forma de enxergar e produzir a cidade moderna resultou da acumulação flexível, na qual a classe capitalista amplia a renda monopolista com flexibilidade dos mercados de trabalho – desde contratos temporários, terceirização, força de trabalho imigrante etc. –, das descentralizações nos processos de fabricação, da produção em massa de mercadorias e nos mercados financeiros. Entretanto, para Harvey, o espaço que se modela, servindo a interesses de capitais específicos dessa classe capitalista, não o faz sem contradições inerentes à reprodução da lógica capitalista (HARVEY, 2005, p. 226).

Podemos até com certa facilidade identificar os inúmeros problemas elencados por Erminia Maricato (2015) presentes em quase todas as grandes cidades, as “cidades modernas”: afogadas na competição vertical de prédios, enormes problemas com lixo e conservação ambiental, diminuição radical de área verde, superlotação e intensos processos migratórios, uma persistência de consumo individual em quais quer bens e serviços produzidos na e pela cidade que reproduzem as lógicas de exclusão e desigualdade social, a legitimação do privado em detrimento do público/coletivo, processos acelerados de gentrificação, centralidades em oferta de bens e serviços e, por outro lado, a carência dos mesmos em áreas periféricas, altos índices de violência que acompanham, também, altos índices de consumo, como resultado das demandas dos capitais internacionais do capitalismo global nas e das cidades (MARICATO, 2015, p. 23), e ainda – segundo Harvey (2014) - que ambicionam uma estética diferente, tecnológica, “segura”, se transformando cada vez mais em cidades de fragmentos fortificados, de comunidades muradas e de espaços públicos mantidos sob vigilância constante (HARVEY, 2014, p. 48).

As cidades, e mais especificamente as metrópoles, estão em crise por que as políticas e os processos urbanos priorizaram basicamente dois elementos segundo Rolnik (2016): a) a cidade como lugar para fazer negócios, público e privados, para gerar renda e riqueza, renda e riquezas essas concentradas a áreas da cidade às classes econômicas mais altas e; b) a dimensão

do privado em detrimento da dimensão pública, onde o público aparece como circulação de mercadorias e pessoas, ligando os lugares privados. Esses dois elementos negligenciam então, a dimensão da cidade como político, espaço de debate e conflito, espaço de criação e criatividade, como artefato cultural, como espaço da sociedade civil organizada (ROLNIK, 2016).

Isso implica na ambição da classe capitalista pela dominação não apenas sobre os aparelhos do Estado, como também sobre populações inteiras – seus estilos de vida, sua capacidade de trabalho, seus valores culturais e políticos, suas visões de mundo. Assim, para esse capitalismo “funcionar” como parte da divisão internacional do trabalho, na cidade e no processo urbano, os trabalhadores são submetidos a uma poderosa máquina ideológica, quando não pode ser simplesmente repressora (MARICATO, 2015, p. 28). Mas tal nível de controle não é possível e sequer viável (HARVEY, 2014, p. 133).

Gostaríamos aqui fazer uma breve observação sobre a atuação dos incorporadores imobiliários, dos proprietários, das elites e do Estado. São atores que vislumbram dominar e controlar os territórios e determinam a distribuição da infraestrutura urbana de forma diferenciada, gerando diferentes valores do solo urbano e contribuindo para reforçar a desigualdade social na cidade (HARVEY, 1980, p. 61).

Assim é que se pode analisar a produção de periferias, de favelas, de bairros operários, de bairros de auto segregação da burguesia, de centros deteriorados [...] A segregação é um processo fundamental da estruturação do espaço intra-urbano. Seu estudo é importante para a análise da cidade na sua relação com a cultura, com o exercício da cidadania, com a vida cotidiana (CAVALCANTI, 2008, p. 17 apud RAIMUNDO, 2017, p. 27).

A produção do espaço urbano e sua apropriação por essa classe capitalista imobiliária demonstram que suas práticas, correspondem aos códigos simbólicos presentes da “sociedade urbana moderna” que apropria os espaços e conforma às cidades ao lugar dos negócios, do consumo, dos valores de troca (ROLNIK, 2016). Os setores populares acabam então por confrontar-se diretamente com os problemas socio territoriais, segregados espacialmente e com seus direitos e territórios constantemente negados e invisibilizados.

Johannes Novy e Claire Colomb (2013) se atentam também ao crescente interesse pela imagem cultural das cidades pelos capitais que dominam ou controlam o processo produtivo nas cidades, evidenciando alguns aspectos culturais em detrimento de outros. Evidente desde o início dos anos 1990, a proliferação de projetos para promover o consumo através do

desenvolvimento e promoção de atrações e eventos culturais - e mais recentemente, com estratégias de apoio e marketing de produção cultural, indústrias e bairros - baseia-se em concentrações pré-existentes das indústrias artísticas e culturais das cidades (NOVY; COLOMB, 2013, p. 1823).

Em sentido amplo, cultura é o campo simbólico e material das atividades humanas... Em sentido restrito, isto é, articulada à divisão social do trabalho, tende a identificar-se com a posse de conhecimentos, habilidades e gostos específicos, com privilégios de classe, e leva à distinção entre cultos e incultos, daí a diferença entre cultura letrada erudita e cultura popular (CHAUÍ, 1985, p. 14 apud DINIZ, 2015, p. 53)

Os primeiros estudos sobre a maneira como o sistema capitalista - representação máxima da classe capitalista que detinha os poderes - se apropria da arte e da cultura apresentam um conceito de indústria cultural como a indústria que produz cultura, sem necessariamente trazer consigo mercadorias de expressões culturais coletivas e com especificidades locais (OLIVEIRA, 2014, p. 25). É intensamente a partir do século XX que a cultura empreendida por essa indústria cultural, torna-se um instrumento de manutenção das classes, da ordem e do (des)equilíbrio social predominante (OLIVEIRA, 2014, p. 25 e 26).

Como nos esclarece Maria José Dozza Subtil (2008), Horkheimer e Adorno (1982) criam a expressão Indústria Cultural como processo de industrialização que organiza a produção artística e cultural no contexto das relações capitalistas de produção, para ser lançada no mercado, vendida e consumida como qualquer mercadoria.

Assim a indústria cultural passa a construir um projeto cultural para as cidades, e os produtos culturais como “mercadorias culturais” circulam por toda parte, com maior ou menor concentração. O capital simbólico (HARVEY, 2014) das cidades evidenciarão então à quais recortes espaciais urbanos os que detêm os modos de produção urbanos valorizam, quais grupos culturais seletos podem ser apropriados para o giro da Indústria Cultural, de acordo com o acúmulo de quais bens de consumo (materiais ou imateriais) essa indústria cultural consegue ofertar. Nossas cidades estão regadas de Shoppings, televisões, computadores e celulares, um consumo de séries e filmes, cinemas, franquias de restaurantes globais, lojas diversas, grandes estádios, boates, grandes casas de eventos de músicas comerciais, centros de convenções destinados à artistas consagrados mundialmente e que arrecadam tanto em bilheteria como em incentivos fiscais. Esse giro mercadológico da cultura procura mais e mais consumidores inflados de desejos individualistas sobre a apropriação de espaços, de produtos culturais para consumo. A questão que se impõe à produção cultural pós-revolução industrial, segundo

Bauman (2011) é a perda da cultura como um determinante do coletivo, que vise o desenvolvimento social. Tal produção reduziu e mercantilizou a cultura como instrumento – ou seja, a cultura como mercadoria - para a valorização da personalidade e do individualismo (BAUMAN, 2011 apud SELDIN, 2015, p. 28).

A transição do termo “indústrias culturais” para “indústrias criativas” deu-se na década de 1990, quando as novas tecnologias de informação e comunicação tiveram avanço significativo em diferentes partes do mundo. Mas parecem-nos maneiras diferentes de vestir a mesma roupa: o caráter de se apropriar culturalmente da “natureza intangível, simbólica e imaterial dos bens culturais, bem como as possíveis ligações entre os domínios da arte/cultura, das tecnologias e dos negócios” (GOMES, 2015, p. 369).

A própria cidade então é uma mercadoria. Quando pensamos em Nova York, Paris, Berlim, São Paulo, Rio de Janeiro, estamos valorizando o capital simbólico construído por essa Indústria Cultural. Não deixa de ser produto social, produtores e artistas ainda fazem parte de uma divisão de classes, que nos remete a questão da renda. Não vamos aqui explorar o conceito de renda, mas entender que há uma cultura instrumentalizada e que visa a mercantilização das cidades e dos lugares da cidade rentáveis aos grandes capitais – capitais internacionais: imobiliário, construção civil, automobilístico etc. E nessa dialética, os excluídos e oprimidos dessa lógica, tentam criar outras soluções, as quais o próprio capitalismo tenta absorver (SELDIN, 2015, p. 29).

Como nos revela Seldin (2015), não há interesse em entrar em contato com a real vida urbana da cidade visitada, mas apenas com as opções culturais que fazem parte da vitrine da cidade estabelecida pelas Indústrias Culturais, pré-selecionadas pelos seus administradores (que seguem os interesses do capital). A vitrine do turismo cultural urbano exhibe uma cidade ‘polida’, limpa e de identidades cuidadosamente escolhidas para representar apenas a memória e a história vendáveis (SELDIN, 2015, p. 31).

Nesse processo, há a apropriação pelas elites e pelo Estado de aspectos simbólicos dos setores populares, contribuindo para gerar mais alteridades e consequentemente, ao que é chamado como cultura popular, se instaura uma luta cotidiana a vencer as barreiras “de apropriação seletiva das culturas populares”. Essa apropriação se dá de modo seletivo e controlado, no qual o trânsito e os usos de tais elementos simbólicos foram e são cuidadosamente controlados pelas elites e pelo Estado. O resultado é tanto uma inclusão marginal dos sujeitos produtores da cultura popular, no projeto nacional moderno, como um controle sobre esses grupos aos interesses das elites, classe capitalista e do Estado. Estes tentam

controlar os códigos onde tais grupos se expressam fora e dentro de suas comunidades, mas não exatamente incluindo tais grupos e classes apropriadas e/ou marginalizadas, como sujeitos de direitos. (CSERMAK, 2013, p. 36).

Tal marginalização da cultura dos setores populares é também um processo de territorialização destes grupos que habitam as margens do Estado. Há inúmeros grupos que o Estado e as elites que o compõem tentam “domesticar” a partir de uma apropriação simbólica que os objetifica e que têm consequências materiais, econômicas e sociais para esses grupos. É assim que as políticas culturais sobre o que é considerado como patrimônio cultural, criativo, potenciais de uma cidade criativa, classe criativa ou polo criativo – quando não acompanhadas de ações de participação efetiva e empoderamento dos sujeitos populares

podem funcionar também como meio de captura destas categorias pelo Estado, transformando-as em parte de uma narrativa de nação, coletivizando seus aspectos simbólicos como patrimônio de todos/as os/as cidadãos, sem com isso, atender às necessidades simbólicas e materiais das comunidades periféricas onde se criam e recriam tais patrimônios (CSERMAK, 2013, p. 37-38).

O popular, associado aos setores populares, denota um grupo que, por certas características, pode ser diferenciado das elites. Cultura popular também não deixa de ser uma categoria de disputa por recursos, direito e legitimidade dos grupos reificados. Por meio dessa categoria, ainda que reificadora, permite que tais grupos tenham um canal de comunicação e ação política através do qual passam a agir estrategicamente, inclusive para acessar as políticas públicas do próprio Estado (CSERMAK, 2013, p. 42).

1.2 Outras subjetividades, outras cidades: Coletivos Culturais, Territórios em Resistência e Espaços de Esperança

Nos espaços “opacos”, territórios de tantas necessidades, por serem desinteressantes para a racionalidade dominante, surgem grandes possibilidades de insurgências dos pobres que organizados criam discursos destoantes à lógica impostas, projetos e ações (RAIMUNDO, 2017, p. 26).

Os coletivos culturais são atualmente efervescentes expressões de organização de pessoas nas cidades. No contexto evidenciado de crise urbana, podem ser definidos como uma organização de pessoas que lutam por interesses comuns e vislumbram avanços que em grade medida, independem do que o Estado pode conceder – objetivos que guardam uma relação muito mais próxima com um senso de crescimento e identidade pessoais em interação com a subcultura dos movimentos oriundos dos setores populares. Os coletivos são independentes e desierarquizados, formados por um grupo de pessoas [na maioria das vezes jovens oriundos de territórios subalternos] unidas por interesses comuns, e que desenvolvem ações de “cultura de oposição” com um forte potencial de “mídia radical” (DOWNING, 2002, p. 57). Tais coletivos criam outras identidades e consciências espaciais, articulam-se politicamente a partir dos territórios e das redes territoriais que vivenciam, criando fóruns regionais, intensificando formas de resistência, nas suas inúmeras contradições e complexidades, compreendendo a cidade, criando narrativas críticas e proposições (RAIMUNDO, 2017, p. 70).

Emergem coletivos culturais das periferias brasileiras tais quais Grupo OPINI, União Popular de Mulheres, Rede Livre Leste, Lado Sujo da Frequência, Love CT, Periferia Invisível, Filhos da Dita, Movimento Aliança da Praça - M.A.P, Casa no Meio do Mundo e Coletivo Negro, Movimento Cultural das Periferias - em São Paulo; Casa Frida, Ocupação Filhos do Quilombo, Casa Ipê e o objeto de investigação dessa pesquisa, o coletivo Ocupação Cultural Mercado Sul Vive, Sarau Voz e Alma, Samba na Comunidade Raiz - no Distrito Federal; Gatos Negros, Runakay, Ink Crew, MUTE e Golpe de Barrio em Bogotá e tantos outros que ainda podem ser conhecidos pela autora dessa pesquisa.

Há também importantes movimentos que emergem na cena política exatamente naqueles setores que desde sempre ficaram à margem da formação dos Estados e suas metrópoles: os indígenas (no Chile, no Equador e no Brasil); os indígena-camposinos na Colômbia; os zapatistas no México; na Bolívia movimentos contra capitalização da água, a luta dos coccaleros e a ascensão de Evo Morales à presidência; a candidatura do líder do MTST nacional Boulos com a vice Sônia Guajajara, uma liderança indígena, deputados e partidos com

propostas de mandatos coletivos do partido brasileiro PSOL, assim como tantas outras candidaturas de mulheres negras em diversos partidos brasileiros, os camponeses do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra do Brasil – MST e no Equador; os afrodescendentes na Colômbia e os Quilombos no Brasil, agora reconhecidos com direito à territorialidade nas Cartas Magnas desses países.

Para Jonh Downing (2002), das culturas populares e das culturas de massa (termo este determinado pelas teorias da Indústria Cultural) surge muitas vezes essa cultura de oposição, sendo a capacidade do indivíduo de processar e redefinir as informações, imposições culturais e atribuições simbólicas que a Indústria Cultural e os capitais urbanos pincelam em camada única sobre os setores populares. O termo cultura popular, concentra-se na matriz da mídia radical alternativa. Esse tipo de mídia vai além do uso das tecnologias, ela inclui uma gama de atividades como o teatro de rua, a dança, grafite, camisetas, canções, entre outras manifestações comunicacionais da cultura popular. A mídia radical não está interessada na domesticação pelo mercado a ser estática e efêmera. Sua forma de circulação de informação propõe a seu público o debate, a crítica e a ação. Numa estrutura em que as classes e o Estado capitalistas são grandes controladores e censores da informação, o papel da mídia radical pode ser visto como o de tentar quebrar o silêncio, refutar as mentiras e fornecer a verdade. Esse é o modelo de contrainformação (DOWNING, 2002, p. 33-49).

Tem a ver com compartilhar com discernimento a gama de questões que flagelam a vida social dos setores populares, tal como percebidas a partir de inúmeros pontos de vista dos que são excluídos, alocados à margem; e compartilhar as possíveis soluções para elas é muito mais condizente do que qualquer outra instituição contra hegemônica, como um partido, um sindicato ou um conselho. Para o autor, no desenvolvimento dessas ações e compartilhamentos que configuram, portanto, coletivos de resistência, resistência às múltiplas fontes de opressão, mas requer, por sua vez, diálogo nos diversos setores – por sexo, raça, etnia, localidade, e nacionalidade, por exemplo. A mídia radical alternativa é “a viga mestra da comunicação democrática que une esses atores em um coletivo” (DOWNING, 2002, p. 53-78-79).

As periferias e áreas segregadas foram se fortalecendo como lugares nos quais a ação política e a valorização do cotidiano recriam possibilidades reais de construção que mudam as trajetórias de vida, num território onde grupos, moradores, coletivos e movimentos realizados por fora do mercado, constroem discursos contra a racionalidade imposta pelas grandes corporações e construções hegemônicas da cidade. Esses discursos podem estar situados tanto nas reivindicações dos coletivos e dos movimentos, como é o caso da coalização generalizada

dos coletivos ao “direito à cultura” e ao “direito à cidade”, sobre a construção dos elementos de solidariedade, coletividade e justiça social e cultural, como também parte das suas próprias expressões artísticas, na literatura marginal, na música, no teatro, no hip hop, no grafitti, na capoeira, nos saraus, etc (RAIMUNDO, 2017, p. 28).

“O direito à cidade não é um direito individual exclusivo, mas um direito coletivo concentrado” (HARVEY, 2014, p. 246). Todos aqueles que participam ativamente da dinâmica da cidade, incluindo os coletivos e trabalhadores da cultura, tem direito, “não apenas àquilo que produzem, mas também de decidir que tipo de urbanismo deve ser produzido, onde e como” (HARVEY, 2014, p. 245). O direito à cidade não é um direito a algo que já está definido, pelo contrário, caracteriza-se como o direito de reconstruir, recriar uma cidade diferente. Um passo na direção de unificar essas lutas é, segundo Harvey, adotar o direito à cidade tanto como lema operacional quanto ideal político, justamente porque ele enfoca a questão de quem comanda a conexão necessária entre a urbanização e a utilização da cultura e da produção. Na luta pela democratização deste direito os “despossuídos” pretendem tomar para si o controle que, há muito, lhes tem sido negado, assim como se pretendem instituir novos modos de urbanização. São seus direitos de mudar o mundo, a mudar a vida e a reinventar a cidade de acordo com seus mais profundos desejos (HARVEY, 2014, p. 65).

Novy e Colomb (2013) reafirmam que os coletivos culturais são potencialmente resistências urbanas, os quais constroem forças progressistas da cultura, que podem procurar apropriar e minar as forças do capital e não o contrário. Uma luta que não é nova nas lutas urbanas, mas que vêm crescendo em vários lugares. Esses coletivos muitas vezes se organizam em ocupações artísticas ou culturais (juntamente com outros criativos profissionais e estudantes em todo o espectro criativo) e podem efetivamente desempenhar um papel integral na mobilização, práticas e resultados das contestações urbanas (Novy, J.; Colomb C., 2013, p. 1820 - 1822).

Como já dizia Maria Luiza Mendonça “o que se pode pensar é que ainda existem espaços para a construção da subjetividade que se encontra fora de mira (ou de interesse) tanto das indústrias culturais quanto das instâncias oficiais da socialização. E que estes espaços são regidos por outra lógica, outra racionalidade, nem sempre utilitarista ou instrumental”. As ações simbólicas desses coletivos chegam então a níveis de transformação que dificilmente as estruturas mais convencionais de manifestação política, tais como partidos e sindicatos chegariam (MARINO, 2013, p. 12).

No campo simbólico das motivações que levam os sujeitos a se organizarem em coletivos culturais, e constituírem suas identidades no território, consideramos alguns apontamentos feitos por Marcos Ribeiro Mesquita (2008) e Aluísio Marino (2016).

Não dado de maneira isolada, a noção de injustiça é um elemento não apenas gerador de uma identidade coletiva, mas também como um critério para a mobilização com fins a uma mudança social (MESQUITA, 2008, p. 184).

Como segundo elemento que caracteriza e dá sustentabilidade aos coletivos, a ruptura aos limites do sistema. Se o movimento social é a expressão de um conflito social isso acontece porque em sua base existem motivações de mudanças estruturais na sociedade em que ele está inserido (MESQUITA, 2008, p. 185).

O último elemento, mais abrangente, é o próprio substantivo do coletivo, ou seja, a coletividade. Não existe uma fórmula que a defina. A coletividade deve ser trabalhada como uma construção permanente, cotidiana. Entretanto existem questões que perpassam grande parte destes movimentos, tais como a horizontalidade e a desierarquização para “estruturar” essa coletividade, entendidos aqui como elementos centrais às ações culturais insurgentes à ordem da acumulação capitalista. Marino nos aponta de que coletivos culturais são, em geral, formados por afinidades e relações pessoais, as pessoas escolhem estar juntas, pois confiam e gostam umas das outras. Algo diferente se pensarmos, por exemplo, nas formas tradicionais de organização. Dentro desse amplo elemento, o reconhecimento das individualidades é fundamental. Entretanto, o indivíduo não deve sobrepor-se ao coletivo. A coletividade é também um exercício de humildade. Não é uma competição de quem é o melhor, e sim uma forma de orientar relações que estimulem a união democrática. Um coletivo é a junção de diferentes potenciais, onde cada indivíduo contribui para construção um trabalho colaborativo, ou seja, as qualidades de cada um, somadas para a construção de algo maior (MARINO, 2008, p. 24-25).

Se estamos falando de uma construção coletiva cotidiana desses atores, estamos apontando o território. O próprio território como significado da ação cultural dos coletivos. “O bairro, as ruas, as vielas, os muros, não consistem somente no espaço onde intervenções e eventos são realizados, além disso, o território molda e é moldado pela ação dos coletivos” (MARINO, 2016, p. 36) que neles se territorializam, suas inspirações e referências estão no cotidiano. No dia a dia, é possível verificar histórias, vínculos e afetos em cada graffiti ou poesia, nos lugares das rodas de capoeira, aulas de teatro do oprimido; ao mesmo tempo que identidades se evidenciam, trazendo à tona a identidade da periferia e da formação socio

territorial das periferias, pois a apropriação espacial por parte da comunidade se faz presente, no campo da fruição cultural ou no cotidiano do trabalho e das relações de vizinhança, alterando as dinâmicas locais.

A periferia é sim criativa, ela está em movimento (RAIMUNDO, 2017). Esses movimentos de coletivos culturais se mostram como uma verdadeira “revanche do território” (SANTOS, 2001, apud RAIMUNDO, 2017 p. 31), uma retomada pela cidade e pelo território, onde os coletivos e movimentos de coletivos passam a realizar ações vistas como subversivas, “irracionais” pela economia e pelo Estado. Falamos de “irracionais”, pois esses coletivos também fazem parte do processo de ocupações de imóveis privados ociosos, ou efetiva ocupação do espaço público com ações culturais, que mesmo com fundamento no Estatuto das Cidades, têm dificuldades de romper com a lógica mercadológica da cidade e da moradia.

A produção popular de novos comuns urbanos, a concentração de capital simbólico coletivo, a mobilização de memórias e mitologias coletivas e o apelo a tradições culturais específicas são importantes facetas de todas as formas de ação política (HARVEY, 2014, p. 200).

Ao levarmos em conta a Ocupação Cultural Mercado Sul Vive (MSV) como um coletivo cultural, também estamos na busca de conceber o espaço compreendido como Mercado Sul (MS) (QSB 12 e QSB 13 de Taguatinga), em certa medida, enquanto território em resistência, proposto por Zibechi (2015). O autor propõe que os espaços segregados, as periferias, os setores populares urbanos compõem um outro mundo, não capitalista e uma outra lógica que não a focada no valor de troca. A solução urbana por parte dos setores populares é a autoconstrução das casas e do bairro, a apropriação pelos moradores de um espaço no qual habitam significa agora um “nós”, que se erige como o autogoverno da população. A capacidade de auto-organização e, a partir disso, de autoconstrução e autocontrole da vida são eles próprios, os aspectos da cotidianidade desses atores. A terra conquistada, a casa e o bairro autoconstruídos são vividos e sentidos como valores de uso em meio a uma sociedade que prioriza valores de troca (ZIBECHI, 2015, p. 42-45).

Como pano de fundo dessas enormes realizações se encontra a reinvenção da comunidade dos povos originários, das comunidades tradicionais e as redes de parentesco e reciprocidade no novo espaço urbano. É a comunidade urbana que constrói os espaços públicos com base na cooperação: ruas, vielas, iluminação, abastecimento de água, escolas, postos de saúde, etc. (ZIBECHI, 2015, p. 54).

Zibechi aponta que a partir de trajetórias dos setores populares urbanos, para além de idiosincrasias existentes em cada contexto, pode-se encontrar características comuns que iniciam o processo de insurgência de comunidades dos setores populares enquanto territórios de resistência. Primeiro pela constatação de ser oriundo de migrantes rurais que chegam as cidades que, até esse momento, eram os centros de poder das classes dominantes. A afluência em massa de população rural às cidades altera as relações de forças socioeconômicas e culturais. Assim, os setores populares criam espaço urbano em forma de uma multidão de ilhas em meio às cidades tradicionais, que por vezes estão intercomunicadas. Esta criação deve ser entendida como uma forma de resistência ao poder das elites e, ao mesmo tempo, de afirmação do mundo popular. Por sua vez, os espaços que constroem (favelas, acampamentos, bairros populares) são diferentes da cidade tradicional das classes média e alta. Pode notar-se pelos modos de construção, pelo trabalho coletivo, forma de ocupação e distribuição no espaço, relações solidárias, recíprocas, igualitárias, etc. Nesses espaços autoconstruídos nascem formas de *poder popular*: desde o controle direto sobre o espaço (quem e como habita) até a regulação das relações entre as pessoas. Surgem iniciativas para a sobrevivência que frequentemente assumem a forma de uma economia diferente da hegemônica e mais, contra hegemônica (ZIBECHI, 2015, p. 56). A economia deve ser considerada como parte das relações sociais do conjunto de criações existentes nos bairros populares, onde esses sujeitos ao mesmo tempo mantêm vínculos com a economia de classes dominantes (ZIBECHI, 2015, p. 54).

Zibechi então sugere falar de “produtores livres”, pois se por um lado o trabalho pode se “desalienar” no rodízio de tarefas, os que produzem dominam o conjunto do processo de trabalho, a divisão do trabalho é superada através da rotatividade e apropriação consciente de todo o processo; por outro, lado, algumas vezes chega-se a produzir por fora do mercado (ZIBECHI, 2015, p. 84).

[...] foi o controle destes territórios que permitiu aos setores populares urbanos resistirem, seguirem sendo, manterem-se vivos diante de poderes que buscam a sua desapareção, seja por meio do aplainamento das suas diferenças, seja pela cooptação ou a neutralização das suas iniciativas (ZIBECHI, 2015, p. 57).

Os setores populares urbanos iniciam então um novo período: lançam desafios a partir dos espaços que controlam, criando contrapoderes assentados em seus bairros-territórios (ZIBECHI, 2015, p. 57).

O Estado engendra esforços permanentes para sufocar qualquer expressão autônoma dos povos, seja ela política, econômica ou cultural. Para isso, necessita cooptar organizações e

lideranças de movimentos sociais para isolar os coletivos autônomos, já que a repressão aberta produz efeitos contrários aos desejados. A legislação “democrática” também faz parte desta guerra de baixa intensidade contra os setores populares. Com efeito, o controle do espaço público é primordial para as classes dominantes, já que é ali onde os setores populares exercem sua soberania. Podemos então, citar as feiras, que são os espaços onde os produtores populares e seus produtos se relacionam de modo horizontal, e o comércio informal é ao menos uma “arma política e econômica com a qual as classes populares podem exercer seus direitos cidadãos” (PÁEZ, 2004 apud ZIBECHI, 2012, p. 66).

Em seu livro “Territórios em Resistência - Cartografia política das periferias urbanas da América Latina” (2015), Zibechi cuidadosamente descreve que na Venezuela existem mais de seis mil comitês de terra urbana e duas mil mesas técnicas de água, onde milhões de pessoas se encarregam de seus assuntos vitais. Ambas as organizações derivam do processo de lutas urbanas das últimas décadas. Como em outras partes do continente, esses bairros surgiram nas décadas de 1950 e 1960 como resultado das desigualdades na distribuição da renda. Algumas das mais importantes demandas adotadas pela Assembleia de Bairros de Caracas (mais de 200 bairros da capital venezuelana) também estão presentes em diversas orientações em movimentos e associações de bairros populares em todo o continente: cogestão do serviço de água potável, regularização da posse de terras ocupadas e autogoverno local. O surgimento destes bairros foi fruto de intensas lutas contra os despejos e pela conquista de serviços básicos (ZIBECHI, 2015, p. 73).

As organizações e ações desses bairros populares, como as mesas técnicas da água dos bairros populares em Caracas, fazem parte de uma “revolução do território”, como aponta Antillano, dirigente social de um bairro popular (ZIBECHI, 2015). São organizações autônomas, eleitas pelos vizinhos do bairro, e flexíveis, pois são desprovidas de qualquer esquema de organização e tampouco necessitam da presença de intermediários, respondendo às demandas imediatas dos moradores. Se convertem em poderes locais, uma vez que a propriedade da terra não é familiar, mas “de uma associação constituída pela totalidade das famílias do bairro, que, entre outras coisas, se encarregam de regular o uso do espaço (comum e familiar), autorizar as vendas ou arrendamentos e velar pelas normas de convivência, decidir sobre litígios e sobre ações de incumbência coletiva, etc.” (ANTILLANO, 2005, p. 214 apud ZIBECHI, 2015, p. 75). Tal descrição as distancia das organizações criadas e controladas pelo Estado, ao mesmo tempo em que as aproxima do que Zibechi considera como “poderes não

estatais”. Os territórios dos pobres urbanos tendem a se converter em espaços integrais de vida (ZIBECHI, 2006; ZIBECHI, 2015, p. 75).

Poder popular? Contrapoderes de baixo? Não é fácil resolver esta questão [...] Desde a irrupção do zapatismo, que a questão do poder está no centro de muitos debates entre movimentos sociais e políticos [...] Proponho falar em “poderes não estatais” [...] Mas é possível falar em poder quando ele é exercido pela comunidade? (ZIBECHI, 2015, p. 92).

Os moradores jovens criaram milhares de grupos “culturais” durante os anos da ditadura e ao final dela, grupos que operavam como refúgios diante de um regime exterminador. Além de muitos serem amparados pelas paróquias, criaram grupos de teatro, clubes, círculos literários, oficinas, formas diversas de educação popular. Os diversos grupos juvenis compunham uma ampla, diversificada e espontânea rede social por toda a América Latina. Começaram a protagonizar atividades culturais ao ar livre, ocupações de espaços públicos, nas quais foram participando, pouco a pouco, milhares de pessoas (ZIBECHI, 2015, p. 62).

Em Buenos Aires, um grupo de jovens no bairro de Barracas formou um grupo cultural no final da década de 1990 e ocuparam um imóvel pertencente a um banco, do qual logo foram despejados. Notamos semelhança com o Mercado Sul Vive no processo de ocupação de dois outros espaços: um deles funciona uma biblioteca popular, com 200 sócios e o outro uma padaria, na qual trabalham 12 pessoas. Muitas lutas se seguiram, bem como a gestão cooperativa do que fabricam e vendem. Mas o mercado para qual vende, não é exatamente o mercado, seus compradores são mais fixos. Com esses compradores, estabeleceram relações de confiança. A dualidade da mercadoria, portadora de valor de uso e do valor de troca, tem sido – ou melhor, está sendo – desconstruída a favor do valor de uso, isto é, de produtos que são “não mercadorias”. Nota-se que tão pouco há uma hierarquia entre produção e circulação, entre trabalho produtivo e improdutivo. A venda, inclusive, permite tecer relações sociais junto ao bairro, relações que, em última instância, asseguram a sobrevivência do empreendimento. Assim, o que parece determinante é produzir relações sociais não capitalistas, ou seja, não capitalismo, pois não é através do mercado que produtores e compradores se relacionam. É a função social é que lhes permite produzir valores de uso concretos que serão consumidos por pessoas concretas (ZIBECHI, 2015, p. 84 – 88).

Após este percurso das experiências dos setores populares urbanos, Zibechi (2015) nos apresenta então um quadro teórico explicativo para territórios em resistência. O primeiro ponto é que, cerca de um século atrás, as cidades eram o espaço das classes dominantes e dos setores

médios. Hoje, esses setores têm sido deslocados, ou estão cercados pelos setores populares. Isso quer dizer que “os de baixo” estão cercando os espaços físicos e simbólicos onde as classes dominantes haviam assentado seu poder. A pobreza é uma questão de poder. Partindo desse ponto, os pobres do nosso continente se fixaram nas cidades sem perder seus vínculos com as zonas rurais, os bairros construídos na primeira etapa já são insuficientes para abrigá-los, e por isso eles tendem a ocupar novos espaços, encurralando as classes dominantes. Trata-se de territórios consolidados, onde o Estado tem grande dificuldade de entrar e fazê-lo através de seus aparatos repressivos [...] posto que as possibilidades de controle ficaram restritas devido à autoafirmação dos setores populares. Por isso as classes dominantes tiveram que migrar para outros espaços, entrincheirando-se neles porque – literalmente – temem os pobres. Mesmo que relações não capitalistas ainda não sejam hegemônicas, elas vão abrindo espaço lentamente. O controle territorial facilita a criação e a manutenção dessas relações, e a desconexão dos ciclos do capital faz com que os setores populares necessitem aprofundá-las para poderem sobreviver (ZIBECHI, 2015, p. 88-93).

Com isso, o pesquisador propõe a hipótese que no último meio século as periferias urbanas das grandes cidades vêm formando um mundo próprio, de longo percurso: da apropriação da terra e do espaço à criação de territórios; da criação de novas subjetividades à constituição de sujeitos políticos novos e diferentes em relação à velha classe operária industrial sindicalizada; do desemprego à criação de novos ofícios que dão passagem às economias insurgentes. Importante atentar à uma lógica familiar-comunitária centrada no papel da mulher-mãe, que se expande sob as relações nesses territórios: afetivas, de cuidados mútuos, de contenção, inclusivas. Estas formas de viver e fazer têm saído dos âmbitos privados, se expandindo aos espaços públicos e coletivos (ZIBECHI, 2015). Neste mundo outro, a força motriz principal são os afetos.

[...]O certo é que vivem dois mundos entre nós. Um deles está fora de controle, por ter feito da dominação e da destruição seu principal alimento, outro mundo é a única chance que temos de seguir sendo seres humanos e de conservar a natureza e os bens comuns para o benefício de todos. Mas a lógica de vida deste mundo outro não é simétrica à do mundo hegemônico, por isso ele não pode crescer destruindo e aniquilando o mundo da opressão, se não à sua maneira: por expansão, dilatação, difusão, contágio, dissipação, erradicação, ressonância. Ou seja, de maneira natural. É desse modo que vem crescendo o não capitalismo nas periferias urbanas há pelo menos meio século (ZIBECHI, 2015, p. 93).

Distanciando-nos um pouco da abordagem de Zibechi, de forma mais abrangente, os coletivos culturais evidenciam práticas, experiências e materialidades no espaço que podem ser analisadas a fim de demarcar tais espaços como “Espaços de Esperança” propostos por David Harvey. Nenhuma alternativa à forma contemporânea de globalização, à urbanização do capital, ao capitalismo multinacional, surgirá do nada. “Terá de vir de uma multiplicidade de espaços locais – espaços urbanos, em particular -, combinando-se em um movimento mais amplo” (HARVEY, 2014, p. 206).

A cultura popular como é produzida nas relações comuns da vida cotidiana é de importância crucial. É onde se encontra um dos espaços fundamentais de esperança de construção de um tipo alternativo de globalização e uma vibrante política antimerchantilização: uma política em que forças progressivas da produção e transformação cultural podem buscar apropriar-se das forças do capital e suprimi-las, e não o contrário (HARVEY, 2014, p. 207).

Para o autor, na cultura popular, ou seja, na produção cultural popular cotidiana se encontra esse “espaço de esperança” para a construção de algo diferente. Trata-se, portanto, de um espaço importante de ação política (HARVEY, 2014, p. 201) É por meio da cultura e dos grupos que podem propor outras experiências de vida, e é através das suas ações que se percebem enquanto sujeitos políticos, participantes da sociedade e capazes de mobilizar e transformar (MAIA, 2014, p. 61 apud RAIMUNDO, 2017, p. 32).

Assim, a esperança de construção de movimentos que possam mudar a ordem imposta às cidades é posta no centro do debate. Afinal, movimento é, literalmente, mudança de lugar e, assim, todo movimento social é, de alguma forma, em maior ou menor grau, portador de uma outra configuração social possível (PORTO-GONÇALVEZ, 2006, p. 21).

Os espaços que possibilitam, promovem e fortalecem esses protagonismos, de forma a amenizar desigualdades, inverter a lógica de exclusão, segregação, desvalorização e apropriação das pessoas, dos trabalhadores, dos produtores culturais e dos artistas, no sentido de criar um comum mais democrático, igualitário e solidário “são um dos espaços chaves de esperança para a construção de um tipo alternativo de globalização, em que as forças progressistas da cultura se apropriam dos espaços chave do capital em vez do contrário” (HARVEY, 2014, p. 239).

O autor nos fala que esses espaços nos instigam a sermos “arquitetos de nosso próprio destino e de nossa própria sorte” (HARVEY, 2012, p. 263), que consigamos transformar as esferas de trabalho em solo fértil de potencialidades e assim, criatividade humanas com

propósito de transformar o mundo e a nós mesmos. Ataca então o modus operandi de sermos abelhas operárias da engrenagem capitalista, onde nós a sociedade somos fantoches das intuições... (HARVEY, 2012).

É nesses espaços que os movimentos de oposição podem se formar, mesmo presumindo (como quase sempre é o caso) que esses movimentos já não estejam firmemente arraigados. O desafio dos movimentos de oposição nesses espaços é compreender essa vasta apropriação de seus comuns culturais e usar a validação de sua particularidade, singularidade, autenticidade, cultura e significados estéticos de maneira que abram novas possibilidades alternativas (HARVEY, 2014, p. 204).

CAPÍTULO 2

2.1 Primórdios de Taguatinga: a periferia em movimento

Setores populares de todo o Brasil - principalmente advindos da região nordeste, posteriormente denominados enquanto Candangos - migraram para o que hoje é o DF, na busca não só de emprego na construção da nova capital do país, mas sonhavam também em mudar a sua realidade. Era a realidade dos setores populares brasileiros, que era após era, na travessia de “marcos” e momentos históricos, foram continuamente, em algum aspecto, marginalizados seja espacialmente, socialmente, economicamente, culturalmente etc. Evadiram-se de suas residências, seus territórios, em busca de novas e melhores condições de vida.

Os idealizadores da cidade de Brasília visavam, por outro modo, construir uma cidade sem expressar as contradições sociais que já viviam mergulhadas todas as grandes cidades brasileiras. Lúcio Costa, projetistas e demais envolvidos no planejamento e gestão inicial da cidade de obras, estipulou uma capacidade total de 500 mil habitantes até o final do século XX, mas que em 1970 já contava com mais de 537.000 pessoas e no final da década 1980, numa grande expansão, dobrou sua população – 1.176.935 habitantes (TMGCA - Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual entre períodos, IBGE 1957- 2000).

Ao mesmo tempo em que se propunha construir uma imagem polida e moderna de uma cidade em nascimento, a explosão populacional era ao mesmo tempo necessária para a construção monumental. Dessa forma, proliferaram-se os acampamentos próximos às construções do Plano Piloto. A primeira demanda dos setores populares foi a criação de espaços direcionados à moradia dos trabalhadores próximos às obras da capital. Essa questão foi reivindicada por todos os trabalhadores e habitantes dos acampamentos. A explosão demográfica fez com que o Governo temesse o futuro dessa cidade polida para as classes médias e altas, pois pouco a pouca as vilas periféricas aumentavam, como a Vila Planalto, a Vila Telebrasilândia e a Vila Cultural 813 Sul. Iniciava aí, uma série de conflitos socio territoriais dos setores mais pobres com as classes hegemônicas e com o Estado. O Governo iniciou um processo coercitivo de afastar cada vez mais longe do centro, o Plano Piloto, os setores populares que aqui trabalhavam, moravam e ressignificaram suas vidas e a nova cidade, criando outros núcleos periféricos e campanhas de erradicação (CEI). Em muitos casos os barracões assentados no Plano Piloto pegavam fogo “naturalmente”, sem acharem “os verdadeiros culpados”.

A criação da “Cidade Livre”, hoje conhecida como Núcleo Bandeirante, com pequena distância do Plano Piloto, faria com que assentamentos dos setores populares surgissem também fora do Plano. O crescimento populacional rápido e desenfreado da Cidade Livre já não conseguia mais comportar a massa de imigrantes que chegavam todos os dias para trabalhar na construção. Antes de ser considerada região do DF, Taguatinga foi habitada por indígenas e abrigou um pequeno povoado formado por bandeirantes e tropeiros (as futuras terras de Taguatinga eram ocupadas por indígenas do tronco linguístico macro-jê, como os Acroás, os Xacriabás, os Xavantes, os Caiapós, os Javaés, entre outros, que localizavam-se às margens dos dois córregos). Taguatinga vem do tupi-guarani “*tawà tingá*”, cujo significado é barro-branco. Em 1749, a região foi chamada de Córrego Cortado. O córrego também se encontrava em uma fazenda chamada Taguatinga, posteriormente a fazenda da família Roriz. No projeto de Brasília, Taguatinga foi prevista por Lúcio Costa como uma cidade-dormitório para 25 mil habitantes e deveria nascer dez anos depois da inauguração de Brasília. Mas bem antes da inauguração da cidade, sua criação como núcleo periférico foi crucial para manter a cidade como uma obra “prevista”: a visão de Brasília com uma periferia era totalmente negada pelos projetistas. Para esse pensamento segregador se tornar realidade, era necessária a projeção de “Cidades Satélites”, onde deveria permanecer os “não favorecidos” por essa racionalidade capitalista.

Essa expulsão realizada pelo governo era necessária para o que os projetistas entendiam como a valorização do espaço. Mas era na verdade a perversa visão de que a comunidade de trabalhadores “manchava” a obra de arte erguida pelos atores governamentais. A expulsão da centralidade das camadas menos favorecidas da sociedade constituiu um processo de elitização de Brasília, em uma falsa imagem de que só pessoas com alto poder aquisitivo habitavam aquele local (SOUSA; MACHADO; JACCOUD, 1996, p. 58).

A luta pela moradia, que desencadearam diversas ocupações e manifestações, acontecia concomitantemente ao esforço de expulsão realizado pelo Governo. Os setores populares que foram expulsos para Taguatinga, ergueram a cidade em difíceis situações. As lutas e embates políticos que tangiam a vida de todas essas pessoas se deram em todas as futuras “Cidades Satélites”. A desigualdade presente no Brasil dos anos 1960 agora estampava a nova capital. O pensamento de que a mudança do centro administrativo serviria para renovar o espaço brasileiro caía em contradição. Cidade desenvolvida para quem? Cidade para quem?

Ao contrário da centralidade de Brasília, o Plano Piloto, os núcleos periféricos não contavam com infraestrutura, saneamento básico, qualquer provisão de energia, e mesmo o

transporte para os campos de obras eram precários... A região periférica de Taguatinga se organizava em algumas vilas sendo a Vila Dimas (esta já criada nos acampamentos mais próximos ao Plano e depois transferida) e a Vila Matias de maior expressão (FIGURAS 1 e 2).

Figura 1



Figura 1 - Início da Vila Dimas. Disponível em: <<https://manoel-geograficamentenaluzdomundo.blogspot.com/2016/01/taguatinga-vila-dimas-foto-arquivo.html>> Acesso em: 12 de outubro de 2018.

Figura 2



Figura 2 - Início da Vila Matias. Disponível em: <<https://manoel-geograficamentenaluzdomundo.blogspot.com/2016/01/taguatinga-vila-matias-foto-arquivo.html>>. Acesso em: 12 de outubro de 2018.

Essas por sua vez, formaram a “Associação dos Pobres do Distrito Federal” (FIGURA 3). Os nomes das vilas eram em função das lideranças de movimentos populares da região: Raimundo Matias e Dimas Leopoldino. Não mediram esforços em enfrentarem juntos os poderes hegemônicos e a força truculenta da GEB (Guarda Especial de Brasília) que retiravam os pioneiros e os moradores das vilas com o uso da força bruta.

Figura 3



Figura 3 - Associação dos Pobres do Distrito Federal.

Disponível em: <<https://1.bp.blogspot.com/-CuvwPiJ7nZk/VnFWISnVuPI/AAAAAAAAAfA/1tJ59v3niDs/s1600/6.jpg>>. Acesso em: 12 de Outubro de 2018.

Eram com as sobras das madeiras dos canteiros de obras que se erguiam os barracos para moradias das famílias segregadas da elite do centro da capital (FIGURA 4). As ocupações realizadas por famílias sem teto demonstraram uma grande força popular. Nesse período, ocorreram organizações populares e manifestações icônicas que precisam ser elucidadas. As ações dos movimentos coletivos, representados pela articulação de Matias e Dimas foram cruciais para o crescimento de uma Taguatinga valorizada, pois sua luta se organizava dentro das ocupações (FIGURAS 5 e 6). Matias se considerava apenas um articulador que pensava pelo grupo; ele encorajava iniciativas, dava e recebia conselhos e apoiava as pessoas que lutavam por melhorias na cidade. Com seus quase 26.000 moradores esses ativistas realizaram uma das maiores ocupações da história de Brasília. Após algum tempo, Matias tinha tanta influência que foram registrados muitos atentados individuais contra ele. Quando alguém era pressionado ou conduzido pelos policiais à delegacia, como forma de protesto os integrantes do movimento o acompanhavam em solidariedade. Os protestos só eram interrompidos após a soltura dos acusados (SOUSA; MACHADO; JACCOUD, 2016).

Figura 4



Figura 4 - Início das vilas em Taguatinga. Disponível em:
<[http://www.cronologiadourbanismo.ufba.br/apresentacao.php?idVerbete=77#prettyPhoto\[inline\]/0/](http://www.cronologiadourbanismo.ufba.br/apresentacao.php?idVerbete=77#prettyPhoto[inline]/0/)>
Acesso em: 12 de outubro de 2018.

Figura 5

Figura 5 - Dimas Leopoldino. Disponível em: <<https://manuel-geograficamenteenaluzdomundo.blogspot.com/>> Acesso em: 12 de outubro de 2018.

Figura 6

Figura 6 – Raimundo Matias. Disponível em: <<https://manuel-geograficamenteenaluzdomundo.blogspot.com/>> Acesso em: 12 de outubro de 2018

Foi então criada a “Sociedade de Defesa da Vila Matias”. As pressões das lutas populares foram se acumulando, até o presidente da associação ser apunhalado por uma pessoa enviada pela polícia. Diante desse fato a população teve uma revolta súbita e acabou linchando a pessoa encarregada de matá-lo. Os movimentos se inflamaram ainda mais. Em uma notória manifestação, cerca de dez mil pessoas isolaram a cidade do Plano Piloto. O movimento teve

início com uma passeata de trabalhadores da construção civil. Transformada em comício, tomou dimensões explosivas, chegando não só a bloquear a estrada para o Plano Piloto, como também realizou uma multiplicidade de manifestações dentro da cidade (SOUSA; MACHADO; JACCOUD, 1996, p. 71-74).

Todos estes movimentos reivindicatórios reuniram os moradores. As lutas eram constantes e, por volta de 1963, os estudantes também agregavam aos atos, almejando melhorias – por exemplo, a respeito das escolas precárias. A única alternativa à época foi criar, de forma rápida e precária, clandestinos pontos de acesso à educação. Nestes locais, os pais poderiam deixar seus filhos enquanto trabalhavam, já que o acesso à educação no centro era dificultado pela falta de transporte. Os espaços educacionais eram irregulares, assim como as moradias: ocorreu pela ocupação de alguns lotes e designação de cargos entre os habitantes tais quais professores, merendeiros, cuidadores e secretários.

Surgiu então um centro que só após muitas lutas por direito, serviços e bens, consolidava-se para toda Brasília como cidade “coletiva” dos setores populares. A organização social desses setores foi eficaz devido ao grande contingente de trabalhadores pressionando o governo, que cedeu algumas reivindicações à luta por direitos; muitas conquistas se materializaram. Após alguns anos o movimento de ocupação referente ao espaço da Vila Matias seria legalizado.

A firmeza das lideranças e a perseverança dos moradores venceram as arbitrariedades e os obstáculos criados pelas autoridades locais, demonstrando a força dos movimentos sociais (SOUSA; MACHADO; JACCOUD, 1996 p. 76).

A região de Taguatinga se consolidou como um forte centro comercial do Distrito Federal e, posteriormente, de toda a metrópole. Esta atividade se fez sempre presente ao longo de extensas avenidas da região: nas Avenida Comercial Norte e Sul, Avenida Sandu Norte e Sul, parte da Avenida Hélio Prates, dentre outras áreas de comércio popular, e principalmente nas feiras populares que até hoje vivem e resistem – a feira da Praça da Vila Matias (QSE 3 CSD 2), a feira livre do Mercado Sul (QSB 12 e QSB 13), feira da Praça do DI, feira do Bicalho, a “Feira dos Goianos” e o “Taguacenter”. Uma característica marcante devido à própria constituição da cidade de Taguatinga, onde muitos dos primeiros habitantes eram comerciantes que estavam em situação irregular próximas à então chamada “Cidade Livre”.

Apesar da vitória de fixação de Taguatinga pelos setores populares, instituindo como cidades-satélites Taguatinga (1958), Sobradinho (1960), Guará (60), Núcleo Bandeirante, Brazlândia e Planaltina, estas passam a ser regularizadas pelo gerenciamento e coordenação da

recém-criada NOVACAP (Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil). Para conseguir adquirir um lote, o comprador deveria comprovar que poderia pagar a mensalidade correspondente à aquisição da terra; ou seja, a perversidade de comprovar uma renda básica em contradição aos baixos salários ofertados, o sobre-trabalho e os grandes deslocamentos entre Taguatinga e Plano Piloto (DUARTE, 2014). Novos “tipos” de residências eram construídas e padronizadas pela Companhia (FIGURA 7). Assim Taguatinga passou a estrangular as relações do espaço ali estabelecido, pois não era mais tão acessível a toda comunidade que se movimentou para construí-la.

A cidade cresce, a população pobre é jogada para fora do centro, que se valoriza. Consolida-se um processo de especulação imobiliária, acompanhado de uma grande demanda habitacional (SOUZA, 1994, p. 71 apud RAIMUNDO, 2017, p. 55).

Figura 7



Figura 7 - Taguatinga em 1965. Disponível em:
 <<http://www.cronologiadourbanismo.ufba.br/apresentacao.php?idVerbete=77#prettyPhoto>> Acesso em:
 12 de outubro de 2018

Devido às relações de disputa expressos neste espaço, ocorreram também denúncias que apontavam para a corrupção na distribuição dos lotes. Travava-se de uma luta entre famílias sem teto e especuladores. Os trabalhadores desempregados que não se ajustavam na seleção imposta pela NOVACAP começaram a “invadir” novas áreas, cada vez mais longe: criando lotes sujeitos à severa advertência governamental.

A luta perdurou durante algum tempo: três anos após a criação da RA, as lutas reivindicatórias da comunidade eram praticamente as mesmas. Com o apoio dos sindicatos, novas visões de luta surgiram principalmente as que almejavam empregos mais dignos e

geração de empregos aos desempregados. A contínua construção civil em parte supria essa demanda: prédios, monumentos, estradas localizadas no território do DF.

Talvez o que se possa chamar de sua principal indústria, segundo alguns estudiosos do desenvolvimento econômico local (Couto et al., 1992), tenha sido, e continua sendo a nosso ver, a da construção civil em função da reconhecida grande dinâmica imobiliária da cidade. A atitude predominante dos privilegiados ocupantes do avião – que constitui o centro do território metropolitano – especialmente seus moradores e gestores são de uma “quase indiferença” pela existência dos ocupantes da “carroça”; conquanto saibam que muitos, a maioria deles frequenta o avião até porque sabem da sua subordinação e dependência em matéria de trabalho, emprego e serviços (SCHVARSBERG, 2017, p. 322-325).

Em 1964, com a instauração do Regime Ditatorial Militar, as lutas se calaram. A censura e a violência policial fizeram com que a comunidade perdesse sua articulação. Quebrava-se assim todo um entrosamento entre os moradores. A sociedade de Taguatinga só voltou a promover movimentos populares a partir de 1977, com o “afrouxamento” da repressão sobre o povo (SOUSA; MACHADO; JACCOUD, 1996, p. 71).

Essas lutas estão até hoje presentes, em todas as esferas, quer sejam em questões de habitação, cultural, atendimento à saúde e educação. Na década de 70 há uma retomada para a democracia. Mas é justamente neste processo que Taguatinga passa a se industrializar, crescer economicamente e firmar a produção urbana nas linhas capitalistas. Com o passar do tempo, após os anos 2000, esse sentido maior das lutas populares define. Agora há um outro movimento, o dos empresários, que atendem demandas de grandes investidores, ao articularem uma organização espacial visando o lucro dos atores hegemônicos, mediante a produção de espaços privados. Taguatinga, cresceu, criou braços, a expansão urbana caminhou entre Planos Diretores e o mercado de construtoras e imobiliárias, com a urbanização para e pela classe média nos espaços construídos coletivamente pelas classes populares, que foram “jogadas” para longe, num processo condizente à expansão capitalista do espaço urbano. Hoje na RA III verifica-se que as classes mais expressivas são a classe de renda de dois a cinco salários mínimos, 34,93%, seguida por classe de cinco a dez SM, 25,62% (PDAD, 2016). A metropolização de Brasília e a potencial subcentralidade Taguatinga, combina a coexistência de “eras” distintas no mesmo território desigual e assim constrói um dilema básico. Inclusive no que tange na sustentação àquela imagem que desde o início se queria de Brasília.

O professor Everaldo Costa também nos fala sobre a representatividade da arquitetura moderna, o desenvolvimento do urbano e a valorização das cidades, levando tais estratégias

nacionais à inserção na economia e política internacionais (COSTA, SUZUKI, 2012, p. 18 apud COSTA et al., 2013, p. 332).

O Plano Piloto, enquanto Brasília, já nasce patrimônio nacional e internacional, símbolo do urbanismo moderno, a qual se concretiza em capital do país. Grandes são as contradições históricas do processo urbanizador do Distrito Federal; como vimos, a construção de Taguatinga passou por difíceis embates enquanto o Plano Piloto tentava-se manter intacto em seus Planos Diretores e centralidade administrativa, econômica e classista. Por isso, Brasília também fora capturada pela denominada *patrimonialização global*, ou seja, o brusco movimento universal de espetacularização e banalização pela cenarização progressiva dos lugares promovido pela dialética Estado-mercado sobre a base das técnicas, da ciência e da informação. Em síntese, é um processo de resignificação dos lugares em escala planetária; tendência que revaloriza a cultura, os ritos, a arquitetura, a arte ou todas as formas de expressão social com fundamento no território e em diferentes graus de ação (COSTA; SCARLATO, COSTA et al., 2013, p. 346).

A instrumentalização da cidade para adequar o espaço e suas relações às exigências do mercado mundial impede o investimento nas questões prioritárias para a maior parte da população (RAIMUNDO, 2017, p. 56).

Brasília guarda as noções de progresso, modernização e complexação territorial enquanto elo da nação imaginada – uma utopia – e da nação tal qual se concretizou (fragmentada e fragmentária, nesta parte do mundo, pois a divisão social e territorial do trabalho vinculou-se à produção de diferenças geográficas nas “denominadas regiões brasileiras”: “Norte”, “Nordeste”, “Centro-Oeste”, “Sudeste” e “Sul”) (COSTA et al., 2013, p. 333).

A memória “seleta” dos candangos, que vieram à Brasília com seus sonhos, seus modos de vida, suas diferentes culturas e já inseridos na divisão de trabalho do crescimento das indústrias brasileiras de construção de nação e desenvolvimento do Plano de Metas de JK está constantemente presente no ideário passado de nossa cidade, hoje metrópole. Fazemos então um elo desses ideários dos candangos e a cidade com a “Gesta bandeirante” que nos fala Silvia Lopes Raimundo (2017, p. 26; RAIMUNDO, 2001): esses ideários, presentes em monumentos, museus, praças, ruas, representou não só a formação socio-territorial (de Brasília), mas também uma ideologia do trabalho, que foi criada para envolver e movimentar trabalhadores no interior do projeto de progresso e modernização incessante proposto para a cidade. O que esse projeto tenta encobrir no ideário moderno de cidade, portanto, é que o lugar reservado aos pobres é exclusivamente o de trabalhadores e consumidores, confinados em periferias distantes, longe

de benefícios dos mais variados que o centro oferece se tratando de cultura e lazer, criados para uso das classes dominantes (RAIMUNDO, 2017, p. 26). A cidade moderna, a Brasília Museu a céu aberto, os supostos espaços livres democráticos do Plano Piloto, as classes médias alta que transformaram o espaço de Taguatinga a partir da década de 70, invisibilizavam e ainda invisibilizam as classes trabalhadoras dos setores populares na memória da cidade, que apesar de possuir acesso, não tinha direitos suficientes para poder usufruir de espaços públicos construídos coletivamente.

2.2 Caminhos de uma Taguatinga cultural

Figura 8



Figura 8 - Poesia retirada do livro: *Cultura de classe: 4 anos de história e poesia* / Carlos Augusto Cacá (Org.). - Brasília/DF, 2016. Editora: Cultura de Classe. p. 40-41.

Numa busca pela real memória coletiva de Taguatinga, é importante entender também, que inicialmente, Taguatinga também foi polo cultural dos setores populares. A diversidade cultural compõe a cidade. Os movimentos de cultura também se articularam enquanto movimentos sociais, pois essas pessoas compreendiam e compreendem que cultura não é simplesmente para se consumir, como mercadoria, ela é, pois, parte intrínseca e imensurável das vidas, histórias e heranças humanas (CACÁ, 2016). Essa complexa história cultural está muitas vezes nas expressões culturais dos trabalhadores de cultura de Taguatinga, como podemos ver uma narrativa histórica na prosa de Carlos Augusto Cacá e Francisco Morojó, poetas de Taguatinga (FIGURA 8).

Podemos assim, relatar alguns fatos importantes dos trabalhadores da cultura de Taguatinga; fatos estes que coincidem e fazem parte da construção coletiva do Mercado Sul, ajudando a formação a partir de 2015 do coletivo cultural Mercado Sul Vive.

Taguatinga e Ceilândia foram amplamente conhecidas por suas festas “Baile Black” e “Undergrounds”. Era um movimento cultural que se articulava pela sociabilidade das pessoas nessas cidades, em torno de Black Music, o nascimento do Rap brasileiro e brasiliense, o Hip Hop, entre outros ritmos e estilos os quais carregavam grande afirmação de identidade da

cultura popular, da cultura (popular) urbana, dos movimentos negro e periféricos. Os Bailes Black reuniam pessoas de todo o DF, mas também sofreram duras repressões nas décadas da Ditadura Militar. As pessoas que faziam parte dessa cena cultural não apenas promoviam festas, mas organizavam movimentos sociais da cultura. Então o movimento continua por se fortalecer e até hoje é de grande expressão cultural nessas duas cidades (ARAUJO, 2012).

Em sua dissertação de mestrado, Saulo N. Furtado Araujo (2012) nos relata um pouco sobre o surgimento desses bailes e os fluxos culturais entre Taguatinga e Ceilândia:

Entre 1983 e 1987, surge o baile do clube Primavera, localizado em Taguatinga Sul. Segundo Levi, ônibus fretados saíam da “Vila Dimas” – também em Taguatinga Sul – para ir aos Bailes no Primão. Quando surgem as festas no Primavera, o público taguatinguense que ia ao Primão acaba preferindo os bailes mais próximos de casa e inicia-se um trânsito inverso, onde moradores de Ceilândia passam a ir pra Taguatinga divertir-se nos bailes do Primavera. Levi, além de participar de tal circuito de bailes, saía em busca de discos principalmente em Taguatinga Centro, na loja Discodil [...] Em Taguatinga, os bailes se espalhavam por locais como o clube dos 200, clube Primavera, e alguns colégios, tais como: o Centro de Ensino Médio Ave Branca (CEMAB) (Taguatinga Centro), o Centro 4 e o Ginásio Paradão (quadra da Quadra Norte “L” – QNL). (ARAUJO, 2012 p. 27-28).

Em Taguatinga também há uma concentração de folclore e saberes tradicionais que foram transmitidos da geração de pioneiros para os filhos e netos. O teatro de mamulengos é um exemplo de uma rica expressão cultural que foi se fortalecendo em Brasília. Mamulengo, que vem da expressão “mão molenga” é um termo geral utilizado para nomear os bonecos populares dos estados da região Nordeste, mas também na Centro-Sul. São personagens fabricados de forma artesanal, geralmente em madeira e com tecidos bem rústicos que, para contar histórias, são manipulados com as mãos ou com o auxílio de varetas. De acordo com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), hoje o DF abriga cerca de oito grupos de mamulengo, deixando Brasília entre os principais polos da arte no Brasil, considerada uma das cidades com o maior número de mamulengueiros (IPHAN, 2015).

Chico Simões é considerado um dos principais responsáveis pela disseminação desta tradição no DF. “Eu cresci ouvindo as pessoas dizerem que não gostavam de Taguatinga. Todo mundo queria voltar para a sua cidade natal. Por isso a gente precisava fazer cultura, isso é o que dá identidade” (E6, 20 outubro de 2018).

O grupo Mamulengo Presepada (de Chico Simões e outros mamulengueiros) cresceu e incorporou dezenas de atividades artísticas diferentes; se estabeleceu numa das lojas do

Mercado Sul, inaugurando o Ponto de Cultura Invenção Brasileira. Com a proposta de difundir a cultura popular, as atividades realizadas no espaço sempre envolvem a participação da comunidade oferecendo oficinas e cursos de teatro, circo, danças e ritmos folclóricos, percussão, apresentações artísticas e mostra de filmes (MAMULENGOPRESEPADACOMBR).)

A partir da atuação do Invenção Brasileira surgiram no Distrito Federal diversos grupos artísticos diferentes que continuam em expansão no decorrer das gerações. Concomitantemente a essa expansão, o Invenção Brasileira também é responsável pela revitalização do Mercado Sul, promovendo um verdadeiro nicho cultural da cultura popular na cidade (MAMULENGOPRESEPADACOMBR).

Dentre outras expressões da cultura popular, a capoeira chega em Brasília, trazida por um baiano conhecido como Mestre Arraia, que foi aluno de Mestre Bimba em Salvador e é o pioneiro da capoeira na cidade, mas permanecendo apenas dois anos no DF. A partir de 1965, o então aluno Tabosa ficou em seu lugar. Muitos capoeiristas foram chegando à cidade (MAFRA, 2011).

É nessa época que chega o mestre Onça Tigre, também de Salvador e aluno de mestre Bimba, e estabelece um trabalho em Taguatinga. Mestre Zulu havia chegado em 1957 e teve contato com a capoeira através de um carioca chamado Sérgio Maluco, quando se tornou autodidata até 1970 e treinou com mestre Tabosa até começar a ensinar em 1972, passando a desenvolver uma nova vertente de capoeira denominada por ele mesmo de Arte-Luta, que não era nem Angola e nem Regional. Além disso, buscou a institucionalização da capoeira, destacando o nome da cidade na organização de eventos e campeonatos (MAFRA, 2011).

A capoeira havia sido reconhecida como esporte de luta em janeiro de 1973, por resolução do Conselho Nacional do Desporto e foi inserida na Confederação Brasileira de Pugilismo. Até 1979 a organização da capoeira em Brasília se constituía de associações independentes e grupos que faziam as rodas e jogavam a ginga nas ruas das recém-nascidas cidades satélites. A partir daí que os dirigentes das principais entidades da luta se uniram pela criação da Federação Brasiliense de Capoeira (MAFRA, 2011).

É também notório o movimento cultural de Taguatinga no que diz respeito a criação do FAC, o Fundo de Apoio à Cultura do Distrito Federal, no que garantia porcentagens fixas no orçamento do DF, garantidos na Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF), na efetiva

implementação da Lei de Incentivo à Cultura (LIC), bem como mais recentemente a pressão do movimento para a criação da Lei Orgânica de Cultura do Distrito Federal (LOC) (CACÁ, 2016).

O poeta taguatinguense Carlos Augusto Cacá (2016) nos apresenta um quadro histórico do movimento cultural de Taguatinga e do DF dos momentos de vitória e perda dos direitos à cultura dos trabalhadores de cultura e da população em geral dos setores populares (CACÁ, 2016).

A Secretaria de Cultura é responsável pela política pública de todo o DF, mas sua estrutura de elaboração e execução só existe no Plano Piloto. Fundada primeiramente como Fundação Cultural do Distrito Federal (FCDF), instituída em 27 de janeiro de 1961, a falta de capilaridade da Fundação que veio a ser Secretaria em 1999, deixou as cidades satélites esquecidas por duas décadas. Mas o ânimo político do fim da ditadura impulsionou o movimento cultural das satélites, principalmente de Taguatinga, que diagnosticou o abandono de suas cidades pelos governos elitistas e iniciou ações conjuntas de todas as áreas culturais. A 1ª FACULTA, em 1982, e a 1ª Semana de Arte e Cultura de Taguatinga, em março de 1983, deram impulso à articulação com outras cidades e à criação de associações culturais em Taguatinga e Ceilândia. Essa agitação contribuiu também para a rearticulação da Federação de Teatro Amador do DF (FETADIF) em 1984 (CACÁ, 2016, p. 23).

Segundo Cacá (2016) a FETADIF foi importante por possibilitar a participação de representantes de grupos de diversas cidades do DF em seminários e festivais nacionais. Isso enriquecia a visão estética e política dos militantes culturais dessas cidades, tanto que logo tomou força no movimento a crítica ao apadrinhamento de artistas e à produção cultural realizada pelo governo. O cenário nacional era: fim da ditadura militar; legalização de partidos proibidos; volta de exilados políticos, campanha por eleições diretas pra Presidente; criação do PT e da CUT; derrubada de pelegos em grandes sindicatos. Importante ressaltar a reconstrução da UNE e o crescimento do movimento cineclubista, da Confederação Nacional de Teatro Amador, da Associação Brasileira de Teatro de Bonecos e outros. No DF, havia também a luta pela emancipação política: somente a partir de 1986, o DF pôde votar em senador e deputado federal, e somente depois da Constituição de 1988, foram instituídas aqui as eleições para governador e deputado distrital. Foi nesse cenário que a elite iniciou as práticas populistas no DF. Assim, foi nomeado José Aparecido para o GDF e para a Fundação foi nomeado Pompeu de Sousa para cargo de Secretário de Cultura. Surgiu então certo diálogo com o movimento cultural e, nesse período, os militantes de Taguatinga e outras satélites passaram a agir de forma articulada para confrontar com as políticas centristas. Defendia a publicação de editais para que

todos pudessem concorrer aos recursos e a participação de representantes da comunidade nas comissões de seleção. Por isso, a partir de 86, ocorreram os primeiros editais do DF justamente na área de artes cênicas (CACÁ, 2016, p. 23-24).

A FETADIF, o Sindicato dos Profissionais de Teatro e a Associação dos Produtores de Artes Cênicas participaram da comissão de seleção. Após esse movimento, Vera Pinheiro, para legitimar-se prometeu destinar metade dos cargos do Conselho Deliberativo da Fundação Cultural aos representantes eleitos pelo movimento cultural. Em 1986 foi criado o Movimento de Articulação Cultural (MAC), do qual participavam quase todas as entidades culturais do DF. O MAC realizou a eleição dos representantes da comunidade para o Conselho da Secretaria. O resultado foi legitimado por todos, inclusive pelos candidatos que não conseguiram sua indicação entre os cinco nomes a serem enviados à secretária (três para serem conselheiros efetivos e dois para serem suplentes). O movimento das satélites fez uma boa articulação com outras entidades culturais (Federação de Teatro Amador, Sindicato dos Escritores, Associação dos Produtores de Artes Cênicas, Associação de Teatro de Bonecos). Esse grupo conseguiu eleger a maioria dos cinco nomes. O mais votado era de Taguatinga. Não era o que a secretária esperava e ela não honrou o compromisso. Nomeou apenas o mais votado e preencheu as outras quatro vagas com pessoas de sua escolha, incluindo uma que havia se candidatado pelo movimento e não conseguiu ficar entre os cinco eleitos. Diante do retrocesso, o MAC voltou a se reunir para avaliar se devia aceitar a vaga (CACÁ, 2016, p. 24).

O poeta nos descreve a polêmica. Uma boa parte do movimento defendeu a não participação naquelas condições, mas por maioria apertada decidiu-se participar de forma crítica, destacando que o representante do movimento tem papel distinto dos demais conselheiros que foram nomeados por vontade do governo e que, por isso, sua vinculação política será com o movimento e não com o governo. Isso foi destacado no discurso de posse e na segunda reunião do Conselho. Esse posicionamento crítico e de resistência foi criticado por um dos representantes do governo que queria apagar a distinção de origem dos conselheiros e considerar que todos estavam ali para defender a cultura da cidade. Além disso, defendeu que os assuntos do conselho não poderiam ser levados à discussão no movimento cultural. O representante do movimento esclareceu que só podia subordinar-se politicamente ao movimento que o elegeu (CACÁ, 2016, p. 24).

O movimento não foi plenamente vitorioso, mas mostrou-se independente e desmascarou o discurso populista do GDF. O movimento passou a contar com um representante, que prestava contas de suas posições e construía coletivamente na comunidade

propostas que defendia no Conselho. As críticas do movimento ao governo passaram a ser divulgadas em jornal editado. Mas os grupos que defendiam a recusa do cargo se afastaram e isso enfraqueceu o movimento. Pouco tempo depois do fim do mandato do primeiro representante da comunidade no Conselho da Fundação Cultural, o governo nomeou o mesmo representante para mais um mandato. Ele levou o assunto para o movimento discutir se deveria aceitar a recondução. Informou que foram nomeados também outros militantes que haviam se afastado do MAC. O movimento entendeu que a eleição anterior não legitimava as novas nomeações e que a comunidade só poderia ser representada se pudesse realizar novas eleições. Em respeito a essa decisão, o primeiro representante do movimento no conselho recusou o segundo mandato e, no dia da posse dos novos conselheiros, entregou uma carta à FCDF criticando a falta de diálogo. Houve afastamento de algumas lideranças importantes e a Fundação Cultural também retirou o apoio que dava para as reuniões do movimento das satélites (CACÁ, 2016, p. 35).

O autor resgata um segundo momento crítico, em 1990, quando Márcio Cotrim assumiu a secretaria de cultura e passou a convidar representantes do movimento das satélites para ocuparem cargos culturais nas administrações de suas cidades. O movimento ficou dividido mais uma vez. Algumas cidades discutiram o assunto e aprovaram a indicação de nomes da comunidade para o cargo. Assim conferiram legitimidade aos representantes para questionarem as orientações do governo. Outros representantes aceitaram os cargos sem colocar o assunto em discussão. Outras pessoas que assumiram esses cargos não tinham participado do período vigoroso do movimento das satélites e, assim, tendiam a assimilar sem qualquer crítica as orientações da secretaria. Assim surgiram as Divisões Regionais de Cultura (DRCs), vinculadas à estrutura da administração regional. Algumas cumpriram o papel de enfraquecer as críticas, dividir ainda mais o movimento e não conseguiam atender à demanda das culturas dos setores populares. Mas também houve diretores que lutaram dentro do governo pelas propostas dos movimentos. Tanto a cooptação de militantes para o Conselho da Fundação Cultural quanto para as DRCs representaram concessões que o governo teve que fazer. Tudo isso ajudou na conquista da paridade no Conselho da Fundação Cultural. Em junho de 1990, o governador Wanderley Vallim se rendia à outra importante proposta da comunidade: a criação do Conselho de Cultura paritário (CACÁ, 2016, p. 35-36).

Em política é assim: quem entra no governo alega que é ele o responsável pelos avanços porque é no governo que se redige, em conjunto com o poder, os termos da lei. Quem luta descobre que os avanços só ocorrem porque os poderosos tiveram que ceder às pressões do movimento. Mesmo em algumas derrotas que nos

enfraquecem há também avanços e conquistas resultantes de nossas lutas. Todo o avanço que ocorreu foi resultado do enfrentamento que se deu antes da conciliação e que levou o poder a ceder parte das reivindicações para nos enfraquecer (CACÁ, 2016, p. 37).

CAPÍTULO 3

3. Construção metodológica da pesquisa

Podemos dizer que a pesquisa, desde o primeiro momento que a autora a concebeu como tal, passou por três etapas. A primeira etapa consiste nas observações participantes, sempre com a caderneta de campo anotando todas as experiências ali vividas, transcrevendo as atividades do coletivo MSV, momentos vividos no cotidiano do MS e transcrição das falas de pessoas relevantes para a pesquisa. A segunda etapa envolve a pesquisa bibliográfica, em busca dos conceitos que servissem de base conceitual e permitindo assim, formular as questões de pesquisa. Nessa etapa também foram analisados 13 documentos de publicação da Ocupação MSV, extraindo deles evidências de como reivindicam o direito à cidade, bem como um pequeno mapeamento das ações. A terceira etapa foi dedicada à sistematização das observações participantes dentro dos conceitos analíticos, extraindo das transcrições de campo descrições de ações, comportamentos do cotidiano e observações dos relacionamentos interpessoais que correspondam aos conceitos; nessa mesma etapa foram feitas entrevistas narrativas, a análise de todas as entrevistas e dados empíricos coletados, operacionalizando os conceitos para responder as perguntas centrais dessa pesquisa (ver introdução).

O interesse de investigar os movimentos sociais de cultura e os coletivos culturais vem principalmente da trajetória da autora. Por isso, neste capítulo apelo para uma linguagem mais pessoal. Em seguida, apresentamos todas as etapas e procedimentos em detalhe.

Antes de chegar ao trabalho de conclusão de curso – Prática e Pesquisa de Campo – eu já trabalhava na área cultural em Brasília, muito envolvida com o movimento cultural, encantada com sua rica história regional. Comecei trabalhando com elaboração de projetos culturais a convite do grande amigo poeta Carlos Augusto Cacá, que abriu o meu mundo para enxergar a cultura popular no DF. Em cada RA era uma descoberta nova, uma nova experiência, não só profissional, mas no âmbito da cultura como significado e significação da minha história, na busca do autoconhecimento e do conhecer ao outro. Minha família – e como referência meu pai, minha mãe e minha tia - é toda de origem “nordestina”, dos estados da Paraíba, Piauí e Pernambuco; vieram para Brasília num movimento geracional de novas condições e ressignificações de vida, e, por conseguinte, de suas culturas. A militância sempre foi presente: eu e meu irmão estávamos sempre entre as crianças dos movimentos estudantis, políticos e culturais dos quais meus pais e minha tia fizeram parte. Isso me levou à movimentos estudantis e culturais, a ser produtora cultural, e à lugares de ricas relações da cultura dos setores populares, que fazem parte da minha própria construção de identidade. Por isso, antes de

estabelecer uma pesquisa e determinar a temática, ela praticamente já fazia parte de minha vida pessoal: já acompanhava trajetórias dos movimentos da cultura e de espaços culturais como o Mercado Sul Vive no Mercado Sul em Taguatinga, a Casa Frida em São Sebastião, a Associação dos Amigos do Centro Histórico de Planaltina no Centro Histórico de Planaltina, a Casa Ipê em Ceilândia, o Jovem de Expressão na Praça do Cidadão o espaço de ocupação cultural Filhos do Quilombo, também em Ceilândia. Apesar de uma maior proximidade e relação com os integrantes do Mercado Sul Vive, eu de fato não sou uma integrante. Entretanto, participei de ações, fiz parte de alguns projetos e realizei projetos como produtora no espaço Invenção Cultural (Mercado Sul). O que também me coloca num lugar de provocação do movimento de uma pessoa amiga, mas externa ao movimento, pois passo a estar no lugar do processo investigativo sobre eles. Foi muito rica a experiência não apenas de “jogar” indagações a esses atores sobre territórios em resistência, espaços de esperança e coletivos culturais, mas como receber provocações como: “da incapacidade de trabalhos acadêmicos, por mais que explorem a complexidade e profundidade do território e do coletivo, abarcar a realidade do Mercado Sul. E mais: em que medida essa apropriação intelectual pode vir a ser maléfica para o movimento e o território. Queremos pessoas que somem aqui, no dia a dia, ou nos mutirões, nas lutas comunitárias por reais políticas públicas, que entendam esse cotidiano e que façam parte dessa transformação, não de forma superficial e efêmera” (CI9, setembro de 2018).

Acompanhei, desde 2015 a Ocupação Cultural Mercado Sul Vive, mesmo que de longe. Ainda não entendia a complexidade histórica deste coletivo no primeiro ano de sua ocupação. Mas sempre tive o costume de anotar experiências em cadernetas. Por isso, usei o método etnográfico de observações participantes na primeira etapa, esta que tem o recorte de tempo de 2015 a 2018. Nesta etapa, sempre com a caderneta de campo embaixo do braço para transcrever as observações participantes e muitas vezes de uma participação ativa em oficinas, palestras, aulas, atendimentos de saúde, apresentações musicais e teatrais.

Os registros das observações-participantes mencionadas acima foram transcritos separadamente. Além dessas participações e observações participantes acima, também pude fazer uma série de observações em experiências no dia a dia. Isso porque não me restringi apenas em participar das ações mais afirmativas do Coletivo Mercado Sul Vive, mas me dispus a observar o cotidiano das pessoas que vivem e trabalham no Mercado Sul. As falas transcritas de integrantes dos Mercado Sul, em observações participantes, foram classificadas em Conversas Informais (CI) e diferenciadas como CI1, CI2, e assim por diante. Com esse método

etnográfico é possível uma análise mais completa que envolve tanto a cotidianidade dos moradores e trabalhadores do Mercado Sul, quanto as ações desenvolvidas do MSV.

A etnografia como abordagem de investigação científica traz algumas contribuições para o campo das pesquisas sobre movimentos sociais e a abordagem cultural nas cidades, em particular para os estudos que se interessam pelas desigualdades sociais, processos de exclusão e situações sócio interacionais. Com os métodos etnográficos é possível uma análise holística ou dialética da cultura. Permite também introduzir os atores sociais com ativa participação e dinâmica no processo que modifica as estruturas sociais, ou seja, procura captar também o movimento. Pode também revelar as relações e interações no interior dos grupos, buscando as evidências dos processos em que estão mergulhadas essas relações.

O pesquisador deve também auto-observar sua capacidade de observação ativa. Para Geertz, praticar etnografia não é somente estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário, “o que define é o tipo de esforço intelectual que ele representa: um risco elaborado para uma ‘descrição densa’” (GEERTZ, 1989, p. 15 apud MATTOS, 2011, p. 51).

A segunda etapa foi a realização de uma pesquisa bibliográfica. O coletivo cultural Mercado Sul Vive, já possui muitas publicações textuais e audiovisuais, o que deram a chave para encontrar os conceitos analíticos que pudessem melhor se encaixar na pesquisa.

Dentro desse contexto de ocupação de espaços urbanos e do âmbito cultural de coletivos na cidade, usou-se de certa pluralidade de abordagens da Geografia Urbana Crítica, da Cultural e Pós Marxista. Adequou-se ao objeto de estudo as bases teórico-conceituais de Raúl Zibechi (2015) David Harvey (2014), e Downing (2002).

Nessa segunda etapa, foram ainda analisadas e transcritas falas de 13 publicações textuais do MSV, que estão publicadas no site do MSV <<http://www.mercadosul.org/>>, no site da EcoFeira do MSV <<http://ecofeira.mercadosul.org/>> e na página do Facebook <<https://www.facebook.com/mercadosulvive/>>. Dentre os documentos analisados estão o documento “Comunicado” de Ocupação das lojas do Mercado Sul, o documento “Nossas Demandas”, com as demandas do coletivo, e os documentos disponibilizados na sessão de Wikipédia do Mercado Sul Vive <<http://wiki.mercadosul.org/>>, que contém os textos dos Princípios e Metodologias, entre outros registros do próprio MSV. Nesses documentos foi possível extrair as declarações e as evidências de reivindicações do MSV de direito à cidade,

entre quilombos em todo o Brasil. Destina-se a fornecer infra-estrutura digital para compartilhamento e conservação do patrimônio cultural das sociedades de territórios remanescentes afro-brasileiras, urbanas ou remotas. Como tal, é também de interesse das comunidades indígenas para preservar e perpetuar sua cultura em formato digital. Neste projeto propõe-se a integração de coleções de recursos digitais com base nos acervos disponibilizados pela Casa de Cultura Tainã e parceiros da Rede Mocambos. Estes recursos serão prioritariamente de caráter digital, incluindo fotos, vídeos, textos e multimídia já disponíveis nos computadores da Tainã, bem como nos sites da Rede Mocambos (MOCAMBOS.NET)



Em uma terceira etapa da pesquisa foram realizadas cinco (5) entrevistas narrativas, entre eles artistas, trabalhadores da cultura, produtores, agitadores culturais e coordenadores, integrantes da coletividade Mercado Sul Vive. Isso se deve à uma certa dificuldade de realizar uma entrevista mais formal do que as conversas cotidianas, ou os bate-papos e rodas de

conversa que participei utilizando do método de observação participante. Foi também uma provocação, pois tais indivíduos colocam a latente situação de descaso de muitas pesquisas, reportagens jornalísticas e abordagens que já fizeram anteriormente sobre o Mercado Sul.

CAPÍTULO 4

4.1 Trajetórias de um território em resistência: Mercado Sul de 1950 aos anos 2000

A história da Ocupação Cultural Mercado Sul Vive desenrola-se na periferia do DF, dentro da história do espaço Mercado Sul nos primórdios de Taguatinga. Num primeiro momento o espaço era uma grande feira livre; depois passou a ser um “Beco underground”, onde aspectos importantes da cultura hegemônica já eram contestados; e num terceiro momento, até a atualidade, o movimento cultural do Beco consolida-se como uma comunidade e onde existe um coletivo de coletivos, o Mercado Sul Vive, colocando a questão do direito à cidade em pauta de forma incisiva.

O Mercado Sul começou como uma grande feira livre, que passou a funcionar ainda na década de 1950, antes mesmo da inauguração de Brasília, consolidando-se um dos primeiros centros comerciais do DF, localizado na QSB 12/13 de Taguatinga (FIGURA 10), distante cerca de 3 quilômetros do centro da nova satélite, uma cidade que se estabelecia numa construção coletiva e ao mesmo tempo de disputa, como vimos no capítulo 2, ocupada primeiramente por migrantes (principalmente nordestinos), indígenas, e acampamentos ciganos próximos às quadras. A maioria das lojas foi construída para abrigar o comércio local e nas ruas predominavam os camelôs (que já era a principal ocupação do espaço antes das construções das lojas) de frutas, artigos de cozinha, para a casa, para plantio, roupas e tudo que se tem direito à comercializar em uma feira livre. Essa feira, apesar da decadência que se segue do polo popular comercial Mercado Sul a partir da década de 70, resistiu e ainda sobrevive, e hoje ocupa as ruas acima do “Beco” cultural (MERCADOSUL.ORG).

Figura 10



A chegada das redes de supermercados à cidade levou muitos comerciantes à falência. "Armazém, armarinho, açougue, lanchonetes (...) O Mercado Sul perdeu feirantes e público (...) a ocupação dos pequenos boxes de lojas, ora abandonados ora em desuso, começou aí mesmo" (MERCADOSUL.ORG). O Mercado Sul tinha sido pensado e inicialmente usado para ser uma área de comércio da incipiente população de Taguatinga. Nos bairros norte, um polo semelhante foi projetado para uma Taguatinga planejada: o Centro Comercial Mercado Norte. Então, nessa época, o Mercado Norte prosperou enquanto centro comercial (FIGURA 11).

Figura 11



Figura 11 - Feira Livre do Mercado Norte. FONTE: Wilson Lima. Disponível em:
 <http://www.arquivopublico.df.gov.br/wp-content/uploads/2017/11/Taguatinga_36.jpg>

Hoje continua sendo um dos maiores centros comerciais do DF, onde está localizada a Feira dos Goianos, o Taguacenter, diversas lojas, armazéns, restaurantes, empórios, pequenas indústrias de manufaturas, etc. O coletivo MSV considera o fato de o espaço Mercado Sul não ter sido completamente abandonado pela pressão do grande mercado - e isso também se deve ao movimento cultural que o ocupou nas décadas de 70 e 80 - uma característica de um território em resistência.

O Mercado Norte prosperou, os comerciantes lá investiram pesado sempre e o comércio lá foi valorizado. Apesar de ser estritamente comercial, a feira dos goianos, o Taguacenter ali, os armazéns atrás. Aqui por outro lado era para ser um polo assim. Mas desde o início era bem mais popular. A feira daqui também era mais popular. Mas no começo mesmo, ali em 1960, aqui era polo de comércio. Quando vieram os supermercados e os shoppings, que vieram todos mais para a parte sul, o comércio foi deixado para trás e tudo começou a ser abandonado, principalmente as lojas dos

proprietários, que antes eram alugadas por feirantes e comerciantes. Com aumento dos alugueis, uns saíram e foram para um lugar mais comercial e outros foram abandonando. Mas o movimento cultural se manteve (E2, 24 de outubro de 2018).

O que era uma feira em decadência virou reduto da boemia de Taguatinga. Ao mesmo tempo, na frente de um Mercado Sul abandonado e dominado pela cena Underground, instalou-se um clube que também promovia festas, mas que tinha como sócios pessoas com maiores condições socioeconômicas. Quando a cidade começa a crescer

começa a ter lugares mais nobres aqui perto, e o Beco passou a ter aqui na frente um dos locais mais famosos da elite brasiliense, o antigo Clube dos Duzentos (E7, 22 outubro 2018).

Os clubes proliferaram-se pela cidade e apresentaram-se como a atividade mais comum de lazer nos finais de semana. Então nas proximidades do Mercado Sul, além do Clube dos Duzentos que realizavam bailes aos fins de semana, havia também o Clube Primavera, apenas três ruas distante do Mercado Sul, um grande clube mais acessível à população, com piscinas, saunas, quadras de esporte etc. Os dois Clubes que antes reuniam muitas pessoas em seus bailes de carnaval, em suas atividades culturais e de lazer, hoje encontram-se completamente abandonados (FIGURA 12). O Clube Primavera que está abandonado há mais de 20 anos, passou por processos judiciais e o TJDFT decidiu por desapropriar o espaço de seu proprietário, passando ao patrimônio público. Na decisão, ainda na década de 1990, o laudo do processo sugestionou a construção de um parque, mas o clube continua abandonado pelo poder público.

Figura 12



Figura 12 - Clube Primavera na década de 1980 (à esquerda) e no ano de 2018 (à direita).

FONTE: Lugares Esquecidos. Disponível em: <<http://www.lugaresesquecidos.com.br/2013/06/clube-primavera-taguatinga-df.html>>

Principalmente entre 1970 e 1980, não só os clubes eram pontos de encontro culturais, a cena de Taguatinga começava a ter de tudo. Iniciam-se grupos de teatro, principalmente dentro

das dioceses comunitárias, mas crescem também os Bailes Black na recém divisa de Taguatinga com Ceilândia (ARAÚJO, 2012).

No MS, a cultura Black, o Rock, o Samba e muitas outras culturas consideradas como subversivas para a época, espalhavam-se pelo espaço com seus agitadores culturais. Num contexto mais Underground, devido ao abandono de espaço MS, artistas, jornalistas, poetas começam a ocupar ou alugar lojas para realizar seus ofícios ou festas, ou mesmo passando suas noites nos bares que ali eram muitos, tocando, cantando, se apresentando por “alguns copos de cerveja” (CII, novembro 2017). Em uma página do livro foto-jornalístico “Taguatinga, duas décadas de cultura” (2003), Ivaldo Cavalcante, grande agitador da cena cultural de Taguatinga e dono da Galeria Olhos de Águia, nos narra a cena cultural do beco na época:

O Mercado Sul foi minha usina de sonhos, foi lá que instalei minha primeira oficina de serigrafia e montei meu primeiro laboratório fotográfico em preto e branco. Era lá na minha Caverna, onde diversos artistas da cidade passaram também, que eu ouvia Feira Moderna do Beto Guedes. Lá foi também o Studio Cabeça, que trabalhava com comunicação considerada subversiva, de resistência e anarquia, onde passei boa parte de minha juventude e onde imprimir centenas de telas com estampas do Che, Bob Marley, Baarden, Bob Dylan, Lou Reed, Jimmy Page, Lennon, The Doors, e muitas outras (CAVALCANTE, 2003).

Assim, o Mercado Sul passa a ser um efervescente ponto boêmio da cidade, onde confluíam bares, puteiros, casas de show e a juventude criativa daquela época. Um dos motivos dessa característica Underground se deu em parte pelo abandono de lojas e a ocupação dos que na cidade tinham dificuldade de obter espaço. Entretanto, muitos serviços se mantiveram ali e se mantêm até hoje, como é o caso da Lanternagem na esquina, a padaria e a luthieria de Violões, a Aden Violões. Por um lado, o movimento cultural começa nessa simbiose de resistência, frente ao abandono e ocupação das lojas para novos fins que não mais os de lojas comerciais.

Antigamente, nossa!, era o auge da prostituição, era o auge de tudo, no Gama tinha o Posto 7. A música, que depois rolava na QNA, nas festinhas, primeiro passava pelos puteiros, o Mercado Sul fez com que eu fosse conhecer as zonas boêmias e os puteiros também. E aí os frequentadores eram artistas, poetas, músicas, e iam curtir uma agito no Mercado Sul. Tinha tudo a ver, o lugar underground de criação artística, na época, ainda mais com uma repressão cultural muito forte, aqui era o lugar! (CII, novembro 2017).

Por outro lado, esse espaço serviu de encontro para a militância da juventude que se opunha à ditadura de 1964. Os ritmos musicais que tomavam conta das festas no Beco, eram

ritmos que se espalhavam pelo mundo como revolucionários, contra hegemônicos e expoentes da contracultura. O movimento cultural que acontecia no Beco começa então a se ligar a reivindicações políticas de direitos humanos, trazendo a luta política para o campo das criações artísticas e culturais. Começam a beber da história dos movimentos por moradia que iniciaram a cidade de Taguatinga e ao mesmo tempo se ligam a partidos, à militâncias estudantis e aos movimentos sociais contrários à ditadura opressora.

Esse movimento militante que eu faço parte, é uma galera que entende o crescimento, o desenvolvimento da cidade e do país. Brasília não tem boteco, Brasília não tem esquina, tudo isso sempre teve em Taguatinga, muita esquina, muito boteco, muita vizinhança, muita luta comunitária de construir o lugar e a cidade. Embora nesse período da ditadura militar tinha muita desconfiança também... A gente via um camburão e uma polícia na casa das pessoas, que levava vizinhos, e as notícias corriam pela cidade. Você não sabia se aquela pessoa cometeu um crime ou se estava sendo perseguida. Nós, desse lugar da cultura popular de Taguá, muitos temos a infância e adolescência aqui em Taguatinga. E a gente entra em contato com militantes de esquerda, de partidos clandestinos, e começamos a participar dessas atividades que eram consideradas ilegais, em contato com músicas que eram proibidas e censuradas, que hoje seriam apenas atividades culturais ou atividades políticas normais para que os jovens participem da vida cidadã e cultural do país. A gente não, a gente era perseguido por isso. E no Beco, ali por volta de 70 tinha muito da cena revolucionária, do underground, dos grupos de cultura que militavam forte, e tudo o mais, aqui sempre foi espaço para alguma movimentação, mesmo que com o estado precário maior que o Beco já teve. Então já era, naquela época um território de resistência, mas que pode ser visto de diversas formas como território e de diversas formas como resistência sabe (E6, 20 de outubro de 2018).

A partir dos anos 90, começa a chegar ao Mercado Sul outros agentes de mudança para a real revitalização do Mercado Sul como ele é hoje. A chegada da família de “Seu Dico”, luthier (fabricante artesanal de instrumentos) de violas, iniciou uma fértil ocupação artística, que se integrou à antigos e novos moradores e trabalhadores. Seu Dico, filho e neto estão lá até hoje, mantendo a tradição da lutheria (FIGURA 13). A loja chama-se Aden Violões e junto com Chico Simões começou a difundir melhor a cultura popular brasileira no Beco, além de participarem de todo um movimento de redemocratização política e cultural a partir de 1985, que permitiu uma maior movimentação e articulação dos movimentos culturais que estavam ali presentes.

Figura 13

Figura 13 - Mestre Dico em sua loja no Mercado Sul. FONTE: Invenção Brasileira. Disponível em <<http://brasil.memoriaeinvencao.com/mestre-dico-luthier/>>

[...] na época da ditadura, a gente ao mesmo tempo que vivia com muita energia muita vontade de fazer música e teatro, de apresentar e buscar informações para ter condições de realizar isso, de como viver isso, que continua até hoje com essa nova geração que está no Beco, que está nas cidades dessa Brasília. Mas antes tinha o conflito do medo, de desconfiar na cidade. E aquilo vai refletir nessa militância cultural de Taguatinga que o Invenção faz parte, vai se refletir no movimento dos anos 80, nos movimentos culturais na redemocratização do país, a cidade cresce muito, os movimentos vão se reorganizar, a gente fundou o Partido dos Trabalhadores, que ainda era uma piada para toda a sociedade, mas que se fez entender e fez parte de luta e resistência das famílias também (E6, 20 de outubro de 2018).

No final desta década, o mestre mamulengueiro Chico Simões, a convite de Seu Dico, leva para o Beco a Sede do Mamulengo Presepada. Antes de alugar uma loja no Beco, Chico fez parte do famoso grupo de teatro Retalhos. Este grupo realizou ensaios e apresentações na era underground do Beco, mas circulava em toda Taguatinga e RA's. Foi um grupo de pesquisa em teatro, que disseminou o conhecimento teatral nas Cidades Satélites, combinada com o forte movimento cultural que acontecia no Gama, dele saíram grandes figuras da cena cultural brasiliense. Ao mesmo tempo Chico passa a acompanhar o trabalho de Carlinhos Babau, do Carroça de Mamulengos, mestre no teatro de mamulengos e no teatro popular. Simões viaja três anos pelo Nordeste na companhia do mestre e amigo, tendo a oportunidade de conhecer vários outros mestres e teatros populares de rua. Em 1985 volta para Brasília e começa o grupo de Mamulengo Presepada. Quando Chico vai efetivamente para o Mercado Sul, a Sede do Mamulengo Presepada passa a fazer apresentações públicas e livres, reunir o pessoal da comunidade para aprender a arte teatral, e o espaço passa a se chamar Teatro de Mamulengo Invenção Brasileira.

Nele começam a se reunir fervorosamente todo o movimento cultural existente no Beco na década de 1980 e atrair uma juventude com grande interesse em atividades culturais. Esse retorno e essa promoção cultural do MS por esses antigos-novos atores está intimamente ligada ao pertencimento dessas pessoas com a cidade natal Taguatinga, numa forte construção de identidade cultural e social.

Estar no barro branco, carregar esse nome, Taguá-tingá, é parte essencial de nós. A gente brinca construindo história, que a gente é dessa tribo Tawà Tingá (E6, 20 de outubro de 2018).

Chico e Dico passam a revitalizar aos poucos o espaço, para ser uma rua mais frutífera ao usufruto das manifestações artísticas que começam a se multiplicar. Nos anos 2000, descendo a rua do Invenção Brasileira, aloja-se o artesão Virgílio Mota. Virgílio aluga uma das precárias lojas em desuso no Beco e começa a produzir seu trabalho de artesanato com sacos de cimento e papelão. O avô de Virgílio era carpinteiro e marceneiro e foi passando oralmente e na prática o conhecimento à família. Desde pequeno, Virgílio foi aprendendo o ofício e hoje a Tempo Eco Arte fabrica tudo que se pode imaginar com materiais reaproveitados e reciclados: móveis, instrumentos, ferramentas, jogos, objetos de decoração, etc. A Tempo Eco Arte é loja e oficina embaixo e em cima é onde mora o mestre artesão “moro aqui no andar de cima, me chamam de guardião do Tempo” (CI2, 2018). Virgílio começa a convidar mais pessoas a trabalharem com ele, ensinando livremente a confecção dos objetos artesanais. Com essa livre ação educadora, os artesões Carol, André Salomão, Paloma, Lela e o músico Juraci Moura entram nos projetos da Tempo e começam a inovar técnicas, fortalecer a Tempo Eco Arte e ajudam a divulgar o lugar, além de promoverem cada vez mais um ensino livre sobre os ofícios ali praticados.

4.2 A cidade para quem a vive, a sonha e a constrói!

Na trajetória histórica que tentamos traçar neste trabalho, Taguatinga possui uma identidade transitória de periferia e satélite desenvolvida, hoje um sub-centro socioeconômico de todo o DF. Mas muitos lugares ainda resistem a uma transformação da mercantilização dos espaços e da gentrificação dos condomínios, evidenciando lugares e territórios com intensa movimentação cultural, aparentam funcionar em uma outra lógica, em contraste aos processos de modernização em Brasília. Esses espaços e as relações neles presentes tentam manter, renovar e ressignificar tradições da cultura popular nos espaços constantemente pressionados. O que podemos perceber é que no caso do Mercado Sul a efervescência cultural é quase uma

tradição territorial em meio a uma Taguatinga que se expande ao mercado cada vez mais. A história cultural que têm início já nos anos 70, começa a agregar entre as 4 ruas que são reconhecidas como o Beco Cultural, diversos coletivos não só culturais, mas também de assistência à saúde; moradores e trabalhadores do comércio de setores populares (CI1, CI2, CI3, 2017, 2018).

Apesar de 20 anos de muito abandono de lojas e descaso do poder público, o MS sempre teve movimento. Nas quartas-feiras há uma tradicional feira popular, que começa suas atividades na noite da quinta-feira, montando seus estandes e toldos, arrumando o local para a venda de alimentos, frutas, hortaliças, verduras e legumes em geral, utensílios para a casa, para o carro e até para bicicleta, roupas e tudo o mais que for possível vender em uma feira livre (CI5, julho 2018).

Essa feira é a evidência de um comércio popular que resiste em meio a cidade que vai crescendo e se modificando. As tradições dos feirantes se mantêm, e parecem passar por uma manutenção geracional, onde os feirantes passam o conhecimento popular aos seus filhos sobre cultivo de frutas, hortaliças e legumes, mel e leite, bem como a produção que agrega valor a tais produtos, como conservas, doces, queijos, etc. Quando se passeia e compra na feira atento a essas relações, podemos perceber pais, mães, filhos e filhas trabalhando junto, ou pessoas que conheciam os pais dos vendedores, pois os filhos o sucederam, e diversas vezes ouvimos “como está sua mãe?” em meio a uma agitada feira de quarta. E a feira livre do Mercado Sul está intimamente ligada com a história de Taguatinga.

Cheguei muito menino aqui, com 14 anos de idade. Eu cheguei aqui não tinha carro, tinha nem condição para comprar bicicleta descente. Aí andava com “cambãozinho” de alho nas costas, todo dia, fazia rua por rua, andava por essas quadras de Taguatinga, na Estrutural, lá pro Areal, todas as ruas de Brasília. De “dinheirinho em dinheirinho”, trabalhei muito com esse ramo, até que deu pra comprar um carro, arrumei umas vendas de atacado. Aqui em Brasília, comparando com todas as capitais, é uma das melhores cidades para arrumar um dinheirinho.

Tinha muito barraco aqui em Taguatinga, a gente morava de barraco em barraco. Era muito difícil a vida. Sobreviver, pagar um aluguel caro pra ter uma casinha, que quando conquistávamos, eram quase que nem os barracos. A gente estudava e trabalhava muito, com o tempo foi aprimorando. No entanto, eu não me arrependi de ter vindo. A família tá quase toda criada. Meu ramo é de alho mesmo. Não mexi com outro tipo de coisa. Comecei aqui na feira, tinha 7 meninos pequeninhos. E hoje estão todos grandes, criados e casados. Um “bocado” está no Ceará. E eu estou aqui. Toda vida foi alho e acho que vai ser alho até o final. Mais de

20 anos trabalhando na feira. A feira é nossa vida e ela aqui se mantém do mesmo jeito (BAOBAXIA, setembro de 2018).

Além da feira, há muitos comerciantes em lojas que estão ali há anos. É o caso da Borracharia do Mineiro, virada para Avenida Sandu Sul e mantém boa relação com a vizinhança, com os trabalhadores de cultura do Beco e admira as ações culturais desenvolvidas pelo coletivo. “Mineiro” frequenta as EcoFeiras e tem muito carinho por Virgílio da Tempo Eco Arte.

Na rua paralela oposta à Avenida Sandu Sul, há a loja de Lanternagem e Pintura. Um de seus trabalhadores relata que o Beco já teve história de tudo quanto é jeito, que hoje está mais tranquilo, mas que houveram dias “barra pesada”. Nos conta que ainda há muitas questões que envolvem tráfico e consumo de drogas, mas que “essas coisas dificilmente vão sair do Beco” (CI, 2018). Na frente da Lanternagem fica o Atelier da Nen, uma costureira que tem seu atelier de confecção de roupas há mais de 10 anos no MS.

Atendo tudo que precisar, faço roupa, sob medida, roupa de cama, reforma de roupa. Muitas vezes faço figurino para os meninos do Invenção, ou os grupos de teatro e dança que passam aqui nos pontos de cultura. A comunidade toda atende comigo, mas a clientela de fora não é muito grande, tem muito cliente que é o mesmo que é ótimo, e dá pra sobreviver. Se alguém quer aprender a costurar eu ensino, o que pode pagar você paga, aprender a costurar é muito bom, e importante, uma arte. Via muito sempre o Chico e o Virgílio compartilhando muito, me ensinando muito, passando aqui para tomar um cafezinho e prostrar. Quando é dia de EcoFeira e Arraial eu exponho roupas que faço, divulgo o meu trabalho. E aí resolvi fazer aulas comunitárias de costura também. Muita gente da comunidade começou a me perguntar mais como dar algum ponto de costura específico, ou como fazer crochê. E fui nessa onda. Mas as vezes nem a vizinhança sabe dos comércios aqui. Quando vem por algum serviço, ou pela EcoFeira, ou por alguma atividade no Invenção, passam a admirar. E voltam! (BAOBAXIA, setembro de 2018).

A filha de Nen também passa a alugar uma loja no MS, para abrir sua loja de cortinas. Com a mãe ela fabrica cortinas personalizadas, almofadas e estofados.

Há também, duas igrejas. Uma é a Igreja Batista. Esta é proprietária da loja ao lado da Ocupação e os pastores e os que a frequentam não mantém muito diálogo com a comunidade do MS. Nessa pesquisa, apenas dois moradores do MS relataram frequentar a Igreja. Estes têm um posicionamento um tanto indiferente à Ocupação MSV. Outros que podemos entrar em contato relatam frequentar mais a Igreja de Deus, que tem um grande lote que preenche toda a frente da divisa do MS. Este lote é um loteamento, regularizado em 2000, de uma parte da área

abandonada do antigo Clube dos 200 (CIs, junho 2018). Além disso, é também espaço para lojas de manicure, cabelereiro, alfaiate, brechó, distribuidora de gelo e bar-café (FIGURA 15).

Figura 14



Figura 14 - Mapa ampliado de localização do Mercado Sul. FONTE: Google Maps. Editado pela autora.

Figura 15

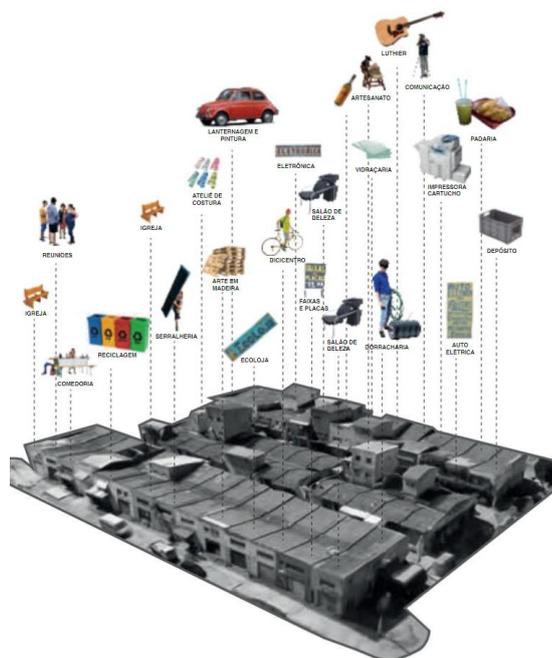


Figura 15 - Mapa de atividades no Mercado Sul. FONTE: SENA, Carla. Horizontal - Diplô. Universidade Católica de Brasília, 2017.

Num panorama mais abrangente desta híbrida comunidade do MS há um interessante estudo realizado pelo CASAS-FAU-UnB. O “Caderno para a construção coletiva de possíveis cenários de reabilitação sustentável arquitetônica e urbanística, e re-significação do espaço com base no direito à cidade” (CASAS-FAU-UnB, 2016) mostra certo contraste aos dados empíricos coletados na presente pesquisa.

Primeiro o estudo traz dimensões técnicas do espaço, onde demarca que o território Mercado Sul compreende uma área de 4875 m². Compreende nessa configuração espacial 3 blocos enfileirados, cada bloco com 28 lojas aproximadamente, entre lojas e pequenos galpões (CASAS-FAU-UnB, 2017). A topografia onde se encontra inserido o conjunto apresenta grandes desníveis, que moldam as diferenças nas alturas das edificações, nas calçadas e fachadas. Isso é resultado muitas vezes da alteração feita pelos moradores, o que entra dentro de uma prática de auto-construção. Esta prática é resultado de soluções urbanas por parte desta comunidade-território, no qual os moradores se apropriam do espaço no qual habitam e passam a significar um “nós”, que se erige como o autogoverno da população (ZIBECHI, 2015, p. 42)

62% das propriedades são alugadas, sendo que mais da metade são de uso comercial, para lojas, e uma menor representatividade de uso misto (moradia e loja) e moradia. 33% são imóveis ou lojas próprias, como é o caso da loja de Mestre Dico, e os usos mais frequentes são mistos (loja e moradia) e apenas loja. As ocupações que foram realizadas pelo coletivo Mercado Sul Vive em 2015 representam 4% dos lotes do MS e são classificadas como “Outro” tipo de uso, de acordo com o estudo (CASAS-FAU-UnB, 2016, p. 21) (GRÁFICO 1).

Gráfico 1

Qual a situação dos boxes do Mercado Sul?

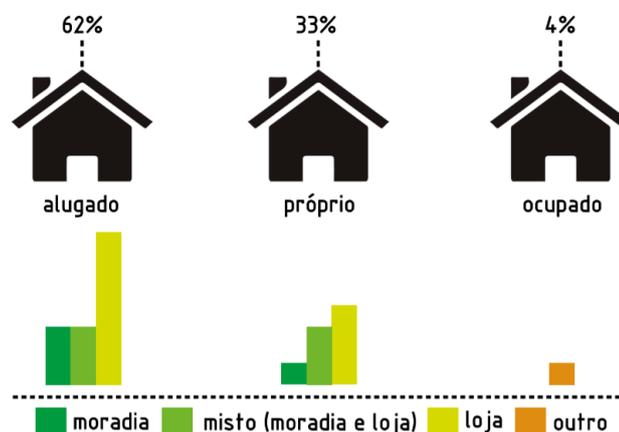


Gráfico 4 - Situação dos boxes do Mercado Sul. FONTE: Caderno PEMAU Mercado Sul, CASAS-FAU-UnB, 2016.

Na caracterização familiar dos boxes que se destinam a moradia é mais expressivo o número de 3 moradores, representando 30% dos boxes, seguido de uma igual porcentagem (30%) nos boxes ocupados por 2 moradores, e 20% são imóveis ocupados por 5 pessoas. Entretanto, há casas e lojas mistas (loja e moradia) que chegam a abrigar 7 pessoas em pequenas dimensões, revelando uma caracterização socioeconômica de vulnerabilidade social (CASAS-FAU-UnB, 2016, p. 22) (GRÁFICO 2).

Gráfico 2

Quantas pessoas moram por boxe?

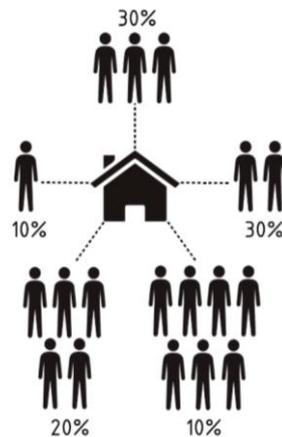


Gráfico 5- Caracterização familiar dos boxes no Mercado Sul. FONTE: Caderno PEMAU Mercado Sul, CASAS-FAU-UnB, 2016.

Ainda dentre os moradores, 36% moram no Mercado Sul há mais de 10 anos, 28% moram há mais de 5 e no máximo até 10 anos (CASAS-FAU-UnB, 2016, p. 22) (GRÁFICO 3).

Gráfico 3

Há quanto tempo você mora no Mercado Sul?



Gráfico 6 - Tempo de moradia no Mercado Sul. FONTE: Caderno PEMAU Mercado Sul, CASAS-FAU-UnB, 2016.

Na caracterização de escolaridade, 5% são analfabetos ou não possuíam instrução de ensino básico; 23% possuem Ensino Fundamental incompleto frente a 18% completos; 27% concluíram o Ensino Médio; e 18% possuem Ensino Superior completo enquanto 9% declaram E.S. incompleto. Entre os moradores as maiores representatividades são pessoas que concluíram apenas o Ensino Médio e não concluíram o Ensino Fundamental. A maioria dos que não possuem instrução ou são analfabetos estão entre os moradores. A maior representatividade de pessoas com Ensino Superior completo está entre lojistas e ocupantes integrantes do MSV (GRÁFICO 4). Essa representação nos aponta um reflexo de grande parte das cidades brasileiras formadas essencialmente pelos setores populares, onde a maior parte da população não tem acesso ao ensino superior e mesmo até ao ensino primário (CASAS-FAU-UnB, 2016, p. 23).

Gráfico 4



Gráfico 7 - Nível de escolaridade no Mercado Sul. FONTE: Caderno PEMAU Mercado Sul, CASAS-FAU-UnB, 2016.

Quanto a renda, 68% declaram que toda a sua renda provém de seus trabalhos no Mercado Sul, e ainda 18% relatam a dependência de mais da metade de sua renda econômica no MS. Dentro dessa realidade, 27% possuem renda familiar de 3 a 4 salários mínimos, 18% de 2 a 3 salários mínimos e 23% possuem renda familiar de 1 a 2 salários mínimos (CASAS-FAU-UnB, 2016, p. 23).

Esse levantamento permite um olhar mais amplo sobre o território do Mercado Sul. Na presente pesquisa, percebemos uma forte luta de sobrevivência pelos moradores, com dificuldades sociais inúmeras. O que também pudemos perceber é que em todas as ocupações e nos lugares alugados destinados para serem espaços culturais no MS - tanto nas décadas anterior aos anos 2000, quanto depois desse marco até os dias atuais - a produção cultural sempre esteve muito motivada por uma forma de resistência cultural comum entre muitos trabalhadores e moradores. Assim como o questionamento político esteve muitas vezes

explicito nas atividades desses moradores, grupos e coletivos culturais. Foi muitas vezes por um “grito de cidadania” que os lugares da cultura no Beco foram se fortalecendo como um “território popular” (CI2, set. 2018).

4.2.1 Ponto de Cultura Invenção Brasileira

Como vimos anteriormente, o Teatro de Mamulengos Invenção Brasileira se articula nessa rede histórica. O grupo que tem como integrantes filhos de nordestinos e que participaram ativamente da história dos trabalhadores de cultura do DF e da militância política, foi e até hoje é um grande expoente em desenvolver inúmeros projetos com viés social e educativo.

Eu vim pra cá com um ano, aqui para Taguatinga, em 1961. Que eu nasci na Cidade Livre, que era a aglomeração maior né, dos trabalhadores, e que hoje é o Núcleo Bandeirante. Então eu era muito bebê ainda, mas consigo me lembrar de coisas aí a partir dos meus 3 ou 4 anos. Essa cidade é a cidade qual eu pertencço. Então, nessa linha histórica aí de Taguatinga, aqui habitavam tribos indígenas mesmo, entre esses dois córregos que formam o Ribeirão Taguatinga. E que antes mesmo do projeto Brasília, foi mudando, foi fazenda, mas nem tudo era do alcance da fazenda, tinha comunidade de todo o jeito e muito provavelmente uma junção aí com as comunidades indígenas. A gente tomava banho nesses córregos, no início de Taguá, era nossa fonte de água, porque aqui não tinha fornecimento. Tanto o córrego Samambaia como o Taguatinga, tanto o Cortado, tinha poços que davam para tomar banho. E tinha muita chácara. Chácara de japonês também, que a gente vivia roubando as frutas e sendo enxotado com os tiros que eles davam longe para assustar...

Então a cidade foi crescendo, mas expulsando cada vez mais pra longe quem não tá nas regras de um poder público que não serve ao povo. Nós estamos aqui, entendo essas duras realidades que precisam de cultura e de educação, direitos básicos, tentando ficar... (E6, 20 de outubro de 2018).

Desde o início, o Teatro constrói um diálogo com a economia solidária: muitos cenários e bonecos são feitos com materiais reutilizados, suas apresentações são geralmente realizadas em lugares em vulnerabilidade social de forma gratuita e com o tempo foi adaptando a cultura digital aos princípios que segue das culturas populares e tradicionais para a divulgação e construção dos trabalhos e a troca de informação. Não só no Beco, mas como em todo o DF, o Invenção foi palco para reuniões e articulações dos movimentos sociais ligados a cultura, pois era um grupo que demandava participação na vida política do Distrito Federal e na conquista de políticas públicas de cultura mais estruturadas. Essa agitação levou o grupo a se articular com inúmeros outros agentes culturais nas lutas territoriais já relatadas para a efetivação do

Fundo de Apoio à Cultura (FAC-DF) da Secretaria de Estado da Cultura do DF (SECULT) e na estruturação participativa da Lei Cultura Viva (LCV), do Ministério da Cultura (MinC). A LCV é resultado de alguns fatores e circunstâncias históricas que fazem parte da contínua democratização cultural e evolue tanto a eleição de Lula, presidente situado no imaginário político à esquerda; tanto a gestão de Gilberto Gil, artista tropicalista que se mantém como ícone na música popular brasileira; e a chegada ao Estado de uma coalizão política que inclui, além do Partido dos Trabalhadores (PT), o Partido Verde, e o Partido Comunista do Brasil. Esse processo político e cultural ressignifica o espaço da política brasileira, tradicionalmente elitista, e assim amplia as abordagens institucionais sobre cultura. Esse avanço é percebido no MinC, no Iphan, na criação do Ibram, no Ibama e na Funai, nas Secretarias de Estado da Cultura, e na Secretaria de Estado de Turismo, como em instituições, ONGs e relações informais da cultura (IPEA, 2011, p. 55).

Os coordenadores do Invenção, por estarem muito envolvidos nesse processo de democratização cultural, conseguem institucionalizar o Tetro como Ponto de Cultura Invenção Brasileira em 2005. Um dos benefícios que podemos observar é um estímulo positivo do ambiente, como do entorno do DF com o qual o Mamulengo Presepada já possuía grande relação em seus projetos socioculturais. Também ao fato de que culturalmente, Taguatinga possui uma aproximação maior das periferias do Oeste do DF, do que com o Plano Piloto. As ações do Ponto não se restringiram em nenhum momento ao Mercado Sul. Suas ações culturais e sociopolíticas vão até Ceilândia, Recanto das Emas, Riacho Fundo e demais satélites e cidades do Entorno, como Águas Lindas - GO, trabalhando teatro, arte-educação e educação popular dentro das escolas da periferia e de espaços de convivência, gerando inúmeros desdobramentos, além de uma verdadeira escola de Mamulengo na capital (MAMULENGOPRESEPAD.COM.BR; E6, 20 de outubro de 2018).

O ponto de cultura passa a se estruturar com os grupos culturais do DF e do Brasil, ampliando seus projetos sociais de expressões da cultura popular. Além de aproximar o Estado à sociedade civil produtora de cultura, a partir dessa realidade do Mercado Sul e das periferias do DF, buscam parceiros e se associam a outros grupos, associações e entidades para darem conta de organizar e executar a sua proposta de ampla intervenção cultural e social. Essa articulação expande uma verdadeira rede de troca de experiências para a promoção do protagonismo e da autonomia dos que fazem parte, e evidencia uma busca coletiva por uma identidade cultural comum. Por isso a presença essencial de um viés político nas ações arte-educacionais dos grupos que passam pelo Invenção, fazem parte de uma linha educacional que

defende uma forma mais livre de ensinar, menos formal, em roda, com diálogo aberto a todos, o conhecimento muitas vezes sendo passado oralmente e através de histórias e lendas populares, ou mesmo numa prática musical, teatral e de dança bastante lúdica (FIGURAS 16, 17, 18 e 19). Começam a desenvolver projetos nesse Ponto de Cultura as oficinas de capoeira com o Mestre Aroeira, grupos de Maracatu Rural e Cavalinho com o integrante do MSV Joaley Almeida, outros grupos de Maracatu que vem de Pernambuco e Rio Grande do Norte, Samba de Coco do Semente de Angola, o grupo Jongo do Cerrado, Samba do Formigueiro, além é claro de grupos de teatro, com a Escola e Oficinas de Teatro Livre de Abder Paz, e grupos de Mamulengos como Mamulengo Fuzuê e os trabalhos de Walter Cedro. O ponto de cultura é então uma grande incubadora para os artistas, produtores e trabalhadores de cultura no DF e entorno (E6, 20 de outubro de 2018).

Figura 16



Figura 16 - Chico Simões na peça Romance do Vaqueiro Benedito, no dia 10 de setembro de 2017. Foto: Invenção Brasileira

Figura 17



Figura 17 - Carroça de Mamulengos e Carlinhos Baubau no Invenção Brasileira. Foto: Invenção Brasileira.

Figura 18



Figura 18 - Flyer da aula-espetáculo Do terreiro à cena, ministrada por Aguinaldo Silva (Cavalo Marinho Estrela de Ouro – PE). FONTE: <<https://www.facebook.com/InvencaoBrasileiras/>>

Figura 19



Figura 19 - Carroça de Mamulengos na área externa ao Invenção Brasileira. FONTE: <<https://www.facebook.com/InvencaoBrasileiras/>>

Outro importante marco nos anos 2000 no MS foi o Cineclube Motirõ. Durante 5 anos o projeto era gerido apenas por uma família que alugava uma das lojas no Mercado Sul. Foram

realizadas sessões de longas e curtas metragens brasileiros e de países da A.L., muitas vezes com temas que dialogam com questões culturais locais, expressões da cultura popular, problemas socioeconômicos, soluções de sustentabilidade, distopias, etc; também realizava oficinas e vivências, além de uma cozinha comunitária e do acervo com livre acesso de livros e filmes. “O coletivo durante muito tempo foi eu e as crianças. Elas que ajudavam a organizar as exposições e as festinhas. Tudo que acontecia era gratuito” (CI8, 2016). Quando o cineclube não conseguiu mais manter a loja, algumas de suas atividades passou a integrar a agenda do Invenção Brasileira.

Figura 20



Figura 20 - Sessão do Cineclube Motirô no Invenção Brasileira. FONTE: <<https://www.facebook.com/InvencaoBrasileiras/>>

4.2.2 Tempo Eco Arte

Em 2002, o Tempo Eco Arte passa a receber cada vez mais artistas da cidade interessados em multiplicar o trabalho de reaproveitamento de materiais. O ofício que envolve um circuito de produção mais sustentável, não só apresenta soluções ambientais e um mercado mais ecológico, mais solidário, mas as relações que Virgílio estabelece para propagar o conhecimento com a fabricação de objetos da reutilização de materiais é diferente da comum, ou, pode se dizer, mais próxima da educação livre e popular. Isso nos mostra que a própria sobrevivência econômica, social e ambiental dos atores que mantêm a Tempo Eco Arte, assume a forma de uma economia diferente da hegemônica, uma economia que, pela prática, contesta a economia capitalista (ZIBECHI, 2015, p. 56). Ele mantém com a comunidade local e com a rede cultural da qual o Beco faz parte, uma relação muito aberta a quem está disposto a aprender

o ofício de artesão. Isso faz com que a Tempo Eco Arte seja um grande centro livre de formação em produção de artesanato, de materiais sustentáveis e mesmo em conversas casuais do dia a dia, os artesões da Tempo dão aulas de sustentabilidade, de como melhor aproveitar as matérias que a sociedade brasileira destina somente ao lixo, descartando novas utilizações.

Esse material, o saco de cimento é uma matéria prima para qualquer objeto. As pessoas acham que não tem uso e olha tudo que podemos fazer dessa excelente matéria prima! O que parece lixo não é, sempre repensar o que é, por isso a gente reaprende, dá novos significados para velhas coisas. E taí né, temos uma cidade que obedece ao mercado internacional e diariamente abre centenas de sacos de cimento para suas obras na cidade, desde a primeira construção de Brasília. Nós estamos sempre atentos à essas obras. Até porque são pessoas que não vivem nossa cidade e estão utilizando o nosso espaço sem ser do jeito que a gente quer. Pelo menos o que eles consideram lixo é para mim a nossa fortuna, a riqueza da transformação. A gente aproveita a água que sai da máquina de lavar roupa ou do tanque dos amigos vizinhos, que a água já sai com sabão e a gente usa para lavar (E1, 24 out. 2018).

A venda dos produtos ecosustentáveis permite inclusive tecer relações sociais junto ao bairro, relações que, em última instância, asseguram a sobrevivência do empreendimento. Essas relações sociais não capitalistas revelam atores que não têm vocação de acumulação. A função social aparece acima da posse de mercadoria; e a função social é que lhes permite produzir valores de uso concretos que serão consumidos por pessoas concretas (ZIBECHI, 2015, p. 84 – 88).

A produção de produtos da Tempo e da Som de Papel, por meio de práticas que buscam um menor impacto ambiental, conscientiza os produtores envolvidos a dominar o conjunto do processo de trabalho, onde divisão do trabalho é superada através da rotatividade e apropriação consciente de todo o processo. Nessa sobrevivência e sustentabilidade popular, onde recolhem, reaproveitam e produzem sua matéria, conscientizam-se da produção e ainda chega-se a produzir por fora do mercado, tornam-se produtores cada vez mais livres (ZIBECHI, 2015, p. 84).

Figura 21

Figura 21 - Fachada da Tempo Eco Arte. FONTE: Tempo Eco Arte. Disponível em: <https://www.facebook.com/Tempo-Eco-Arte-418522021607395/>

Figura 22

Figura 22 - Confecção de instrumentos na Tempo Eco Arte. FONTE: Tempo Eco Arte. Disponível em: <https://www.facebook.com/Tempo-Eco-Arte-418522021607395/>

4.2.3 Platinelas

Juraci começou a trabalhar ativamente na Tempo e começou a desenvolver uma longa pesquisa em confecção de instrumentos com sacos de cimento e papelão. Ele é músico e percussionista e domina os conhecimentos de música popular brasileira, como o Choro, o Samba, o Coco, e a MPB. Com o aprimoramento na pesquisa e na técnica, resolveu alugar uma das lojas disponíveis no MS, que serviu de atelier e espaço para oficinas. Com o reaproveitamento dos materiais sólidos, produziu diversos instrumentos como a zabumba, carrón, a caixa, bumbos para bateria, chocalhos e demais instrumentos percussivos. Mas é o pandeiro a sua maior pesquisa e produção, com a base feita de cola branca, papelão e saco de cimento, e as Platinelas de tampas de cerveja, fundos de latas, latões e cobre. Já trabalhava com

projetos culturais em escolas públicas desenvolvendo aulas de musicalização e percussão. Neste espaço de ensino, aproveitou para ensinar a confecção dos instrumentos com os materiais reutilizáveis. Com o espaço alugado Beco, passou a dar aulas de musicalização, bem como a confecção dos instrumentos em oficinas a preço social. Chamou tanto o espaço, tanto o projeto de confecção de instrumentos percussivos e aulas de música, de Platinelas. Em 2012 forma a banda Som de Papel, banda musical de ritmos brasileiros, que interpretam músicas do choro, samba e MPB, mas também apresentam composições autorais. Todos os instrumentos percussivos e a bateria da banda são confeccionados em papel, papelão e sacos de cimento. Em 2015 não conseguiu mais manter o espaço por conta do alto preço dos alugueis e teve que sair. Continuou realizando projetos com o Fundo de Apoio à Cultura e integra a agenda dos projetos do Invenção Brasileira.

4.2.4 Som de Papel

Hoje, além de fazer parte da ocupação do MSV, também ocupa uma outra loja que antes era da Tomada Produções, uma produtora de projetos culturais. Essa loja é dividida em três partes: embaixo a parte da frente é seu atelier de produção e loja, adentrando melhor o espaço encontra-se uma sala com os instrumentos da banda Som de Papel, lugar onde também fazem ensaios, e ao lado uma cozinha. Em cima fica seu espaço mais privado de moradia. Possui uma relação afetiva muito grande com a comunidade do MS. É sempre muito receptivo com quem quer entender seu trabalho, e cotidianamente reúne moradores e atores da cultura do local em sua calçada, para uma conversa ou um desabafo, para fazer um “som espontâneo”. Na faixa de sua loja/atelier/estúdio/moradia há alguns bancos, muitas plantas e uma parede estilizada pelo artesanato com papelão.

Essa relação de vizinhança é muito cultivada por todos, e vem a fazer parte da construção coletiva de um bairro popular.

Eu acho aqui um bairro construído de história de uma periferia mesmo, um bairro de comunidade e de resistência e as pessoas que não entendem esse mundo da periferia estranham: as portas abertas, a gente consegue conversar com o vizinho de nossa porta da frente, aqui é bom dia, boa tarde, boa noite todo dia. Mas aqui tem gente que mora nas lojas que são casas com apenas um cômodo com um banheiro, outras já conseguiram ficar mais arrumadinhas e ter mais cômodos, tem casa que mora de muito, tem casa que mora de pouco (E8, 22 de outubro de 2018).

Figura 23**Figura 23- Banda Som de Papel no Beco. FONTE: Juraci Moura.**

4.2.5 Tribo das Artes

Outra fusão artística que passa atuar em no Mercado Sul em 2006 é a Tribo das Artes - um movimento de artistas, ativistas e grupos culturais de Taguatinga, criada em 2000. No MS alugaram uma loja para ser a sede do movimento, instituindo o lugar como Ponto Cultural Tribo das Artes, e assim pôde realizar saraus mensalmente, além de fazê-los na EIT e em outros espaços culturais de Taguatinga, como a Galeria Olhos de Águia. Lá mesmo confeccionavam coletivamente a Revista Tribo das Artes. Nos seus 8 anos de existência, realizou 72 saraus, com artistas de todo o DF, editou 17 números da revista, com tiragem de 10 mil exemplares, e que eram distribuídas pelo coletivo gratuitamente nos cafés, cinemas, teatros, faculdades, escolas, bibliotecas e outros pontos culturais, principalmente em Taguatinga. Nos saraus, recitais e também na revista, predominava as expressões da cultura popular, expondo xilogravuras, poesias de cordel, artesanatos, apresentando mamulengos, repentistas, bonecos gigantes, brinquedos artesanais, músicas regionais nos saraus gratuitos e pagos.

4.2.6 Gunga

Em 2008 chega ao Mercado Sul o Estúdio Gunga, um estúdio de comunicação e design. Ele é inicialmente gerido por Nara, Raissa e Farid, mas que passa a ter uma equipe rotativa e colaborativa, trabalhando com software livre, integrando também artistas, pesquisadores, videomakers, designers, jornalistas e programadores (FIGURA 24).

A Gunga é parte do coletivo Mercado Sul Vive, e é um grande polo em educação e produção da cultura livre digital. Trabalham apenas com software livre e expandiram tais conhecimentos nas redes de comunicação do MS (FIGURA 25). Isso porque

Baseamo-nos na economia solidária para utilizar o software livre como ferramenta. Pensamos como as ferramentas, essas outras que não são monopolizadoras, que não são destruidoras. Tudo é a construção de um outro mundo que é possível, agroecologia, as pedagogias de Paulo Freire, a busca pela autonomia né, software livre, educação integral de saúde, são frentes de outro mundo possível, que a gente pratica elas aqui no beco, e podem acontecer e estão acontecendo no mundo, por um outro e melhor mundo possível.

Aqui eu vejo que tem um compartilhamento contínuo desses valores e saberes, que torna diferente, que torna um reduto de cultura, mas uma semente de mundo mais saudável e possível e bem no meio da cidade! E não é à toa que o Mercado Sul fica aqui né. Então esses valores dão esperança de fazermos ações incríveis como reciclagem e hortas urbanas, saberes importantíssimos, conhecimentos acadêmicos ou não que aqui são passados de forma mais orgânica, o mamulengo, o maracatu, porque aqui a gente valoriza a cultura popular. E digo isso dentro da cultura digital, da cultura digital ser um espelho e um fortalecimento desse mundo vivido da cultura popular, desse mundo real da cultura. E aqui a gente tenta ao máximo disponibilizar livre, sem ter que a população pagar para acessar. Claro que a gente precisa trabalhar e ganhar dinheiro para se manter, não estamos isentos de viver no mundo do dinheiro que nem todo mundo desse país e do mundo. Mas ao mesmo tempo a gente produz e constrói algo que mina esse mundo que devora, e faz um outro, mais solidário mesmo. (BAOBAXIA, 24 de outubro de 2018).

Figura 24



Figura 24 - Oficinas abertas Comunicante - Projeto Pareia, no Estúdio Gunga, junho de 2017. FONTE: <<http://pareiacomunicacao.com.br/>>

Figura 25



Figura 25 – Flyer do Mutirão de instalação de softwares livres e roda de conversa, no Estúdio Gunga, 20 de outubro de 2018. FONTE: <<http://pareiacomunicacao.com.br/>>

4.2.7 Espaço Cultural Mercado Sul

A partir de 2006, começam a se articular no Beco mais grupos e coletivos que trabalham com cultura no DF em uma espécie de rede. Em 2010 coletivos que mantêm uma relação amigável muito próxima se juntam então para alugar e gerir juntos um espaço para uso cultural, o Espaço Cultural Mercado Sul (ECMS). Os coletivos Eu Livre (EUL) e Grupo de Capoeira Semente do Jogo de Angola (CSEJA), compunham um total aproximadamente de 12 pessoas gerindo o espaço. Montavam grades com horários semanais, dividiam grupos de aproximadamente 3 pessoas em cada, entre tarefas de limpeza, segurança e manutenção do espaço para poderem realizar suas atividades (FIGURA 26).

Além dos dois coletivos que eram os maiores responsáveis por coordenar o ECMS, muitos artistas, artesões, grupos culturais e coletivos culturais passaram também a fazer parcerias e utilizar o ECMS, esses atores já faziam parte da movimentação cultural histórica do Beco e também compunham as agendas do Invenção, da Tempo Eco Arte e da Gunga. Consultavam disponibilidade de horários com o EUL e CSEJA, encaixando as suas atividades. Por isso, de 2006 a 2013, o ECMS se torna mais um ponto cultural no Beco, e com a rede cultural que estabelece, começa a organizar saraus abertos no Beco, em 2012 começam as

primeiras tentativas da EcoFeira, a feira livre e sustentável do MS, e o Arraial do Beco, duas das principais ações atuais do MSV.

Figura 26

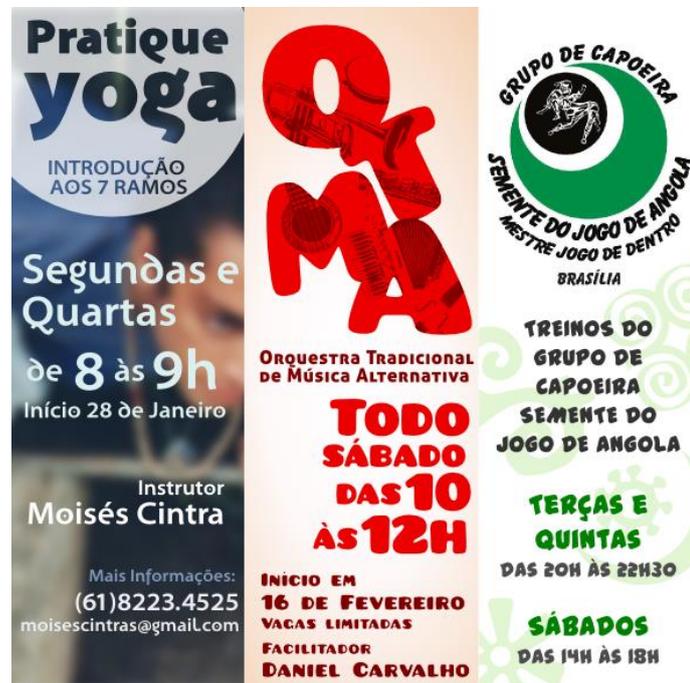


Figura 26 - Atividades Espaço Cultural Mercado Sul, 2014. FONTE: <<https://www.facebook.com/projetoeulivre/>>

4.2.8 Eu Livre

O Eu Livre é um coletivo de saúde formado por professores, educadores e terapeutas. Muitos já entraram, realizaram ações e saíram, mas é um coletivo coordenado principalmente por Keyane, Dione e Mari. O coletivo possui um objetivo que é muito compartilhado entre todos os coletivos que posteriormente fazem parte do MSV, que é a educação popular para a autonomia e para o autoconhecimento. As professoras, técnicas de enfermagem e terapeutas que fazem parte do Eu Livre promovem aulas de educação popular em saúde, onde tentam conscientizar as pessoas à uma autonomia corporal e mental, em buscarem formas alternativas de cura e de cuidado, e não somente aquelas apontadas pelas instituições normativas de saúde, pelos hospitais e médicos. Além de palestras, que também envolvem formas mais sustentáveis de utilização de água, insumos e produção de lixo, reciclagem e reaproveitamento de materiais; o Eu Livre ministrava oficinas e atendimentos de uma terapia holística, onde juntam saberes tradicionais da cultura popular brasileira, como a utilização de plantas, folhas, raízes e frutos do cerrado para a produção de remédios caseiros, com terapias naturais e orientais, com acupuntura, homeopatia, massagem terapêutica. Promoviam semanalmente essas oficinas e aulas; e mensalmente abriam o espaço para que a população pudesse se consultar com as

profissionais do Eu Livre. Os preços das consultas de saúde, as oficinas e as aulas eram algumas vezes cobradas a um preço popular para a manutenção do Espaço Cultural Mercado Sul. As atividades trabalham com a troca de saberes, e por isso, são feitas rodas onde todas os presentes relatam queixas de saúde, seja mental ou física, compartilham experiências e muitas vezes chegam a apontar juntos soluções. É muito frequente algum participante ouvir a queixa do outro e apontar-lhe uma direção que seja uma alternativa ao tratamento do problema.

A ideia do coletivo também é unir o saber técnico e acadêmico que a gente tem como base, com o saber medicinal popular e ancestral de saúde que é nossa principal base, é um resgate também à essa medicina integral abandonada e que é possível.

Disseminar a cultura da saúde, a gente faz através de vivência, de atendimentos terapêuticos, e usando a educação popular. Bem o princípio de usar as rodas de conversas, compartilhar a sabedoria de todo mundo que está participando. A saúde não é algo externo né, ela pertence a nós. Para entender que a gente não só tem o direito à saúde própria como o dever de manter a saúde e contribuir para a saúde do coletivo e do próximo. A gente troca essa medicina básica, para que não aja essa dependência de sermos a terapeuta dos outros, mas que essa outra possa buscar ser terapeuta para si mesma, a gente tenta complementar com o que sabemos um pouquinho. Então esse saber é compartilhado porque passamos conhecimento, mas recebemos muito, a troca é a melhor de todas as relações (BAOBAXIA, maio de 2017).

Com novos encontros os grupos percebem que aquela sugestão foi muito benéfica à cura de uma determinada enfermidade. Muitos moradores, em conversas informais, relatam que a vinda do coletivo mudou muito sua perspectiva com o cuidado integral à saúde e de seus filhos. Os moradores da região passaram a se consultar mais com o coletivo de saúde e educação Eu Livre, além de outras pessoas que vêm de outros bairros de Taguatinga, ou mesmo outras RAs. Nessa maior convivência no ECMS, conheceram os outros coletivos culturais, a comunidade passa a ter um convívio muito fluído com o Espaço Cultural e começam a frequentar quase todas as atividades propostas pelos coletivos.

4.2.9 Grupo de Capoeira Semente do Jogo de Angola

O núcleo Semente do Jogo de Angola (CSEJA) foi o outro coletivo que integrou o ECMS, coordenado pelo arte-educador Formiguinha (Rubens Bezerra), desde 2007. Este grupo internamente organiza-se sem fins lucrativos, de caráter social, cultural e beneficente

assistencial. O grupo foi ao longo dos anos reunindo muitas pessoas interessadas no estudo e na prática da Capoeira, principalmente em Taguatinga, no Beco, em Samambaia, Núcleo Bandeirante e Vila Telebrasil. Promoveu no ECMS atividades de reconhecimento da Capoeira de Angola como tradição cultural, integrando a valorização da cultura africana e negra na comunidade e em projetos em outras RAs e escolas da periferia (imagem). As identidades e consciências espaciais articulam-se politicamente a partir de ações desses grupos que carregam uma rica herança afro-brasileira, e se firmam nos territórios e nas redes territoriais que vivenciam, intensificando formas de resistência, nas suas inúmeras contradições e complexidades, compreendendo a cidade, criando narrativas críticas e proposições (RAIMUNDO, 2017, p. 70).

Os treinos são desenvolvidos em três diferentes regiões do Distrito Federal: Asa Norte, Asa Sul e Taguatinga. Anualmente, o grupo realiza a Vivência Semear Capoeira Angola no Cerrado, que em 2013 chegou a sua 6ª edição com programações no ECMS e em todo o DF. Além de treinos, grupos de estudos, apresentações e rodas, o Semente do Jogo de Angola de Brasília integra ao seu trabalho o samba de roda, a partir de pesquisas e apresentações. A atuação do núcleo dentro dessa tradição ficou conhecida como Samba do Formigueiro (FIGURA 27).

Figura 27



**Figura 27 - Semente do Jogo de Angola no Espaço Cultural Mercado Sul, 2013. FONTE:<
<https://www.facebook.com/mercadosulvive>>**

4.3 Coletivos culturais na transformação da cidade: Ocupação Cultural Mercado Sul Vive

Por compreenderem a lógica de segregação em Brasília e no país, e os mecanismos estruturais existentes da lógica de exclusão e injustiça social por um sistema capitalista pautado pelo Estado; e apesar das atividades pelos coletivos terem caráter apartidário, alguns integrantes dos coletivos e Ponto de Cultura já terem se filiado a partidos de esquerda como o PT, o PSOL, o PCdoB, mas também fazem parte de movimentos sociais como a CUT, Ruas, Levante Popular da Juventude, entre outros; a partir de junho de 2013 as pautas políticas dos coletivos intensificam-se. O aprofundamento da lógica neoliberal ocasionou uma pauta em comum nas lutas dos movimentos sociais, uma luta contra o aumento da passagem de ônibus a nível nacional e do gradativo aumento do preço da gasolina. Mas a luta se concretizou em manifestações em todo o país por uma ampliação ideológica contra a lógica neoliberal do Estado e do setor privado brasileiro, a insatisfação popular com o Governo, contra retrocessos nos direitos conquistados pelos movimentos sociais, políticas impopulares que até hoje estão em curso de serem instituídas pela Câmara dos Deputados e Senado Federal, com respaldo do Supremo Tribunal Federal. Assim, ações mais diretas dos movimentos sociais começam a ser incentivadas dentro dos movimentos estudantis, movimentos culturais, movimentos de profissionais da educação, etc. As ações de ocupações das ruas, em manifestações e protestos pontuais; de início das ocupações das escolas secundaristas; de aumento das ocupações de terras e prédios ociosos pelo MST e MTST; surgem nesse contexto como ação estratégica comum dos movimentos para reivindicar mudanças efetivas no quadro político nacional. As manifestações são convocadas em Brasília e demais cidades capitais de Estados brasileiros, principalmente pelo Movimento Passe Livre (MPL). O Movimento Passe Livre (MPL) é um movimento social que defende a adoção da tarifa zero para transporte coletivo. Foi fundado em uma plenária no Fórum Social Mundial em 2005, em Porto Alegre, e por isso possui uma visão política de cunho revolucionário para a realidade brasileira. A articulação nacional do movimento é feita através de GTNs (Grupos de Trabalho Nacional), os quais à época o núcleo brasiliense pôde coordenar ações conjuntas, impressos nacionais (como o jornal nacional do movimento) e o Encontro Nacional do Movimento Passe Livre (ENMPL). No ENMPL de 2013, foi decidido como indicativo a criação de Grupos de Trabalho Autônomos de comunicação, organização e apoio jurídico à convocatória de manifestações e ocupações. Uma das lideranças em Brasília, Paíque, possui uma relação cultural e política muito próxima com os artistas, produtores e trabalhadores da cultura do Beco, e em muitas conversas cotidianas, os coletivos, junto com o MPL, decidiram

conjuntamente fazer parte da Frente Única do MPL, reunindo-se no ECMS, sendo favorável à mobilização de pessoas no Beco, promovendo reuniões e deliberações da representação local da Frente Única para realizar caravanas para as manifestações que ocorreram na Esplanada dos Ministérios e na Praça do Relógio em Taguatinga (CIs, 2017, 2018; MERCADOSUL.ORG).

Nesse mesmo período, por essa maior movimentação política, os coletivos passam a ter um contato maior com o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), desenvolvendo suas atividades culturais nos assentamentos e organizando junto participações intensivas nas manifestações que ficaram conhecidas como Primavera Brasileira. Apesar das intensas movimentações que até hoje estão em curso, e o preço da tarifa ter se mantido a mesma por certo tempo, em 2014 os Governos Estaduais e Federal permitiram o aumento.

Em 2015, a emenda do Direito ao Transporte passou a integrar a Constituição Federal de 1988, proposta pela deputada federal Luiza Erundina (PSOL-SP), com princípios de igualar o direito de ir e vir aos direitos fundamentais como educação, saúde, segurança, lazer e moradia. Ainda que consolidado na lei, a tarifa não diminui e esse direito está longe de se concretizar no dia a dia das cidades brasileiras (PSOL50.ORG.BR).

Muitos grupos participaram da agenda política e cultural do ECMS. Mas desde 2011, não só a questão do transporte público feria os direitos dos trabalhadores e moradores do Beco, mas também a questão de moradia e trabalho. O aluguel do espaço começa a ter um aumento anual muito elevado. Mesmo com a divisão do aluguel ser igualmente distribuído entre as 12 pessoas do coletivo, além de algumas das atividades pagas que garantiam um mínimo de retorno financeiro para a manutenção do espaço – não conseguiram mais mantê-lo. Muitos integrantes também não conseguiam mais contribuir com o “racha” do aluguel, por diversas questões financeiras - que incluem o aumento nos alugueis próprios de moradia -, e por mais que tentassem negociações, o proprietário da loja não quis abrir mão do aumento no aluguel. Muitos dos integrantes do ECMS acreditam que uma das motivações do proprietário seria de não compactuar com os valores e as atividades de cultura popular, e de o ECMS agregar movimentos sociais (CI5, julho de 2018).

Dessa forma, a loja é esvaziada em 2014 e começa a fazer parte de um quadro clínico do MS: as lojas abandonadas. O locador, que era proprietário da loja onde ficava o ECMS, também tinha outros lotes privados abandonados há mais de 10 anos na mesma rua dos MS, inclusive o galpão que costumava ser um Hortifrúti na década de 60. Os coletivos voltam a participar das agendas do Invenção Brasileira e outros espaços de coletivos amigos como o Estúdio Gunga, sem ter que pagar para desenvolver suas atividades. Estas passam a ser ainda

mais politizadas. As oficinas sobre cuidados integrais em saúde do EuL passam a questionar mais as políticas públicas e a privatização e a precarização do acesso à saúde pela população, colocando em questão em suas oficinas e aulas, o próprio abandono comunitário do poder público em questão de acompanhamento domiciliar pelo SUS, o caro e burocrático fornecimento de água à população pobre, a falta de conservação do meio ambiente na cidade e as práticas cotidianas desastrosas para uma manutenção da saúde pública e coletiva. O SCEJA começa a reunir mais grupos de capoeira, de coco e de sampa à compreenderem a luta cultural no MS enquanto território de capoeira, que mantém tradições da cultura negra em sua comunidade. Esse processo de reconhecimento do MS dentro do mundo da capoeira incentiva grupos de capoeira e de identidade negra a realizarem etapas de seus projetos no MS para o fortalecimento dos grupos culturais ali existentes. A Gunga, desde antes de 2013 já atuava com um jornalismo crítico e radical, e foi muito importante na confecção de mídias da Frente Única do MPL, como o desenvolvimento de outros materiais de divulgação de cunho político no Mercado Sul (CI12, agosto de 2017).

Em 2014 a 2015 suas atividades culturais passam por diversas dificuldades. O debate sobre Direito à Cidade é cada vez mais articulado no Beco, a questão do abandono do MS, dando espaço à especulação imobiliária e observando a gentrificação ao redor do MS, é cada vez mais o foco de discussão para soluções pelo movimento cultural que vivencia há anos o Beco. Os coletivos EuL, SCEJA, Gunga, o Invenção Brasileira, e muitos outros artistas e produtores da cultura popular, que passaram ou que mantinham grande relação com os movimentos culturais no Beco, e que são em sua maioria formados por jovens das cidades satélites do DF, ou pode-se dizer, jovens oriundos de territórios subalternos (DOWNING, 2002, p. 57), decidiram por ocupar as lojas abandonadas, em frequentes reuniões que foram convocadas internamente entre esses atores. A primeira organização do coletivo foi portanto, a ação conjunta de ocupação na madrugada do dia 7 de fevereiro de 2015.

[...] se não tivesse essa movimentação cultural aqui no Mercado Sul, com certeza isso aqui já teria virado um Shopping Center, ou um desses condomínios de prédio altíssimos que você consegue ver aqui do lado mesmo. A cidade como ela é hoje é super individualista, ali cada um no seu canto, mal dá bom dia (BAOBAXIA, 24 de outubro de 2018).

Os coletivos que juntos decidem unir-se para ocupar, formam então o coletivo cultural Mercado Sul Vive. Suas maiores motivações para a união em um coletivo cultural são para combater as injustiças que deflagram um território sensível. Esses atores entendem que o fato de muitos na comunidade não possuírem graus de escolaridade completos é uma das injustiças

sociais que incidem sobre setores populares, além de a educação formal implementar verdadeiras barreiras aos “analfabetos” enquanto agentes passivos do conhecimento. Por outro lado, entre artistas e produtores, e comerciantes há também uma diferença considerável de renda que nos colocam a contradição nos discursos afirmativos de um território periférico, resistente à gentrificação em Taguatinga. Mas em conversas entendemos que esses desafios são conflitos claros para todos os que participam dessa coletividade. Ainda compõem uma diversificada rede de identidades em prol de um comum: podemos conhecer sírios, libaneses, venezuelanos, argentinos e bolivianos; mulheres negras e homens negros que possuem forte afirmação de identidade periférica como apontamento ao empoderamento territorial e socio-racial; indígenas que integram tanto o MSV, quanto o Santuário dos Pajés (localizado no Noroeste -DF), trans, gays e lésbicas que levam ao coletivo, pautas integrais sobre gênero, território e preconceito racial. Todas essas identidades se reuniram para uma ação que também espelha uma identidade territorial. Mostram também preocupação com a cultura popular (que é parte da vida e construção identitária de muitos dos integrantes), alocada pela Indústria Cultural como uma expressão artística desvalorizada frente a outras que são valorizadas de forma mais comercial (CI5, julho de 2018). Ou muitas vezes valorizada apenas à algumas expressões que tiveram “potencial” de entrar no giro mercantil, por uma apropriação seletiva das culturas populares (CSERMAK, 2013). Por isso construir um coletivo cultural consistiu em uma ação de afirmação cultural que ali sempre existiu e estava perdendo suas forças territoriais. Essas ações são, portanto, evidências concretas de coletivos de resistência, resistência às múltiplas fontes de opressão (DOWNING, 2002, p. 53 78-79).

[...] duas lojas antes do coletivo realmente ocupar, essas lojas nós alugávamos há muitos anos. Além da Tempo, da Gunga e do Invenção, que existem há muito tempo. Mas o aluguel aumentou demais, e tivemos que sair. Mas saímos e a loja ficou abandonado por anos, de um mesmo proprietário que já tem costume de abandonar as lojas aqui para especulação. E também aqui, o Beco era um lugar insalubre, um lugar onde as crianças que viviam aqui brincavam na rua muito suja, aqui era, e muitas vezes temos ainda, que lidar com essa situação, de ser um foco de dengue na região. O movimento cultural que tentava existir aqui no Mercado Sul, e não só o movimento, as lojas e oficinas que estão aqui há muitos e muitos anos né, como a borracharia ali em cima, a Nen na costura e que trouxe sua filha, que abriu a loja de cortinas aqui na frente. Todo mundo muito na sobrevivência aqui, de um lugar que já rolou e rola de tudo. Por isso é tão rico de história, porque faz parte do coração dessa cidade, Taguatinga (BAOBAXIA, 24 de outubro de 2018).

A ideia da ocupação foi bem uma inquietação dos trabalhadores de cultura, do movimento de cultura, dos moradores daqui do Mercado Sul, de tentar transformar

né, parte do Mercado Sul que estava abandonado há muitos anos, que era um lugar onde as crianças não podiam vir ou circular, onde não tinha esgoto, um lugar insalubre, um lugar foco de dengue na região. E também porque o movimento cultural está perdendo espaço para gentrificação cultural, para gentrificação geral dessa cidade de condomínios, para especulação imobiliária, nas satélites e principalmente em Taguatinga. E fez a gente querer dar um basta nessa situação. Foi uma confluência de motivos que fez a gente realizar a ocupação (BAOBAXIA, 24 de outubro de 2018).

Encaram o abandono do Beco outra injustiça, onde o que prevalece é o “direito” dos proprietários privados em abandonar as lojas e deixar o território em uma condição de insalubridade, contribuindo para uma região com intenso foco de dengue, baratas e ratos e uma propensão a ser um território de tráfico e prostituição novamente. Reiteram assim, de forma explícita no plano de suas motivações, uma luta contra a lógica capitalista e de mercado, lógica esta que até para o abandono vê uma relação mercadológica (CI5, julho de 2018). Assim, visavam com as ocupações promover certa ruptura aos “limites do sistema”. Tais motivações existem porque o próprio movimento em se tornar coletivo é uma clara expressão de organização de pessoas que vivem os conflitos sociais, e conseqüentemente, suas motivações serão para mudanças estruturais na sociedade em que esse coletivo está inserido (MESQUITA, 2008).

[...]uma série de grupos de cultura e coletivos que se junta para fazer um coletivo cooperativo. E ocupamos. No dia que entramos nas lojas que estavam abandonadas há mais de 15 anos, nós filmamos. A gente teve que fazer todo um movimento escondido e ao mesmo tempo de entrar e sair o tempo todo, porque era inacreditável o descaso, apesar de já estarmos esperando. Focos de dengue, de ninho de rato, de sujeira e drogas por todo o lugar. Móveis e materiais de construção abandonados e apodrecendo, formiga e cupim, aranha e tudo o mais que se pode imaginar, um ambiente completamente insalubre. Aí filmamos tudo para ter como prova. A gente começou a limpar, foi a madrugada toda. A polícia chegou, e atrapalhou o processo, nos impediu por algumas horas, enquanto estavam lá, e levando quem prestasse esclarecimento. Mas no dia seguinte, logo de manhã todos nós continuamos. Fomos tirando toda a sujeira para conseguir usar o local e realizar todas as nossas atividades. Tiramos o lixo não só do espaço como das ruas (BAOBAXIA, 24 de outubro de 2018).

Mesmo com a coerção policial, o coletivo se manteve primeiro em duas lojas e depois terminaram por ocupar 8 lojas abandonadas no MS. Cinco das 8 lojas passaram no 1º dia a serem geridas coletivamente pelo MSV. As outras 3, que também fazem parte da articulação de ocupação, ficaram mais em função de outras famílias que já a ocupavam parcialmente, e que

agora tinham a oportunidade de consolidar sua moradia e suas atividades laborais e fazer parte de um movimento de limpeza, revitalização e re-significação desses espaços (CI4, 2018).

O núcleo do MTST que faz parte do MSV, foi de suma importância para o coletivo. O MSV, por já estar familiarizado com muitas estratégias coletivas populares do MTST, incorporou suas práticas de organização à coordenação da ocupação. Primeiro porque as ocupações de terrenos no meio urbano são a principal estratégia do movimento desses trabalhadores, e é através delas que se obtém as conquistas desejadas. Da mesma forma que o MTST, no primeiro momento da ocupação foram definidos um conjunto de metas, onde o coletivo possui uma consciência territorial e assim consegue planejar ações estratégicas para alcançar uma organização coletiva, mobilizar novos militantes e resolver questões práticas que supram as necessidades do coletivo. Desde o início compartilhou-se das ideias de autonomia, auto-organização e horizontalidade em todas as ações (CI3, agosto de 2018).

Junto com o MTST, o coletivo incorporou duras críticas à institucionalização dos movimentos sociais, e assim mostram uma valorização em uma construção coletiva de uma reforma urbana que valorize as bases de sua militância. “Quando morar é um privilégio, ocupar não é só um direito é um dever” (BOULOS, 2017). Desde o primeiro momento até os dias atuais o coletivo busca informar, com viés crítico, mas de forma respeitosa, os moradores e trabalhadores vizinhos que não fazem parte do MSV, a fim de estabelecer uma relação de cooperação entre as comunidades e os territórios envolvidos (FIGURA 28).

Figura 28



Figura 28 - MTST e coletivo Mercado Sul Vive realizando a Ocupação, fevereiro de 2015. FONTE: MERCADOSUL.ORG

O coletivo MSV realizou em uma primeira semana vários mutirões, que é a forma como definem o agrupamento do coletivo. “Nós resolvemos tudo com mutirões. É mutirão para revitalização do espaço, mutirão para limpeza da rua, mutirão para fazer a Eco Feira, mutirão para resolver problema mal resolvido, mutirão para as manifestações e militâncias políticas, mutirão depois da roda de capoeira” (BAOBAXIA, 24 de outubro de 2014). Neste primeiro momento os mutirões focaram-se em reunir os integrantes do MSV para fazerem conjuntamente a avaliação do espaço ocupado e traçar solução para diversos problemas (CI4, 2018):

- Como iriam resolver as questões da estrutura física das ocupações: paredes podres, com buracos e com infiltrações; dedetização para erradicar animais indesejáveis como baratas, formigas, cupins e ratos; telhados velhos e com buracos; fiação velha, rede de fornecimento de água, rede de fornecimento de luz, problemas de acessibilidade, iluminação pública e coleta de lixoetc.
- Como iriam montar um cronograma de ocupação e quais atividades fariam parte desta agenda semanal.
- Como fariam a vigília, como seria a alimentação dos ocupantes, como agregariam mais pessoas a fazerem parte do coletivo de ocupação.
- Como se articulariam frente à uma coerção policial, bem como judicial, pois tinham consciência que uma ação judicial poderia incorrer à todos os integrantes do MSV.
- Como iriam estabelecer diálogo com a população local.
- Como irão tornar o ambiente mais acessível a todos, mais confortável para mulheres e crianças, e diálogo com mais setores, para fortalecer uma resiliência coletiva.

Os mutirões não são apenas os momentos de encontro, deliberação de ações e planejamento coletivo, mas também um momento mais livre de criação coletiva no espaço, de compartilhamento geral e empoderamento do espaço ocupado, de compor uma música ou um “grito de guerra”, de trazer notícias e informações importantes ao MSV. Além disso compartilham escolas do pensamento que se alinham a identidade coletiva que ali está sendo construída, princípios que muitas vezes vão guiar a construção da informação dos meios de comunicação do MSV (FIGURA 29).

Figura 29



Figura 29 – Campanha #MercadoSulFica, 2015. FONTE: <<https://www.facebook.com/mercadosulvive/>>

Compartilham principalmente a pedagogia da autonomia de Paulo Freire. Suas ideias partem da reflexão que FREIRE (1996) traz sobre a emergência política das classes populares, onde a visão de liberdade é a matriz que atribui sentido a uma prática educativa, de participação livre e crítica dos educandos. Busca-se nessa forma pedagógica de ver o mundo, um círculo de cultura, que consolida um movimento geral de educação popular, onde a linguagem procura ser acessível a todos, e coletivamente abrem-se os caminhos possíveis e passíveis de conhecimento. Isso porque os que estão nesse círculo cultural de educação livre, devem ser respeitados em sua linguagem, cultura, saberes, e assim deixam a condição de analfabetos, e passam todos, independentemente do grau e idade em que são alocados pela educação formal, a serem alfabetizando (FREIRE, 1996, p. 1-27). É uma educação também para a afirmação de identidades, a culturalização de uma resiliência e tolerância cultural, uma vivência mais sustentável, saudável e ecológica, onde haja tanto a autonomia dos sujeitos, quanto a construção coletiva dos bens comuns importantíssimos à busca pela auto sustentabilidade dos setores populares (CI6, setembro de 2018).

A Sustentabilidade já é uma palavra-chave de nosso tempo. A responsabilidade ambiental, o “ecologicamente correto”, o discurso verde... já perpassam desde as conversas de esquina até as agendas nacionais e internacionais dos governos. As pessoas lamentam o “desastre de Mariana”, a montadora lança um carro híbrido, a Coca-Cola faz propaganda abordando a reciclagem de suas latinhas, a ONU realiza a Rio+20... e por aí segue toda uma narrativa contemporânea que contraditoriamente consiste em salvarmos o planeta de nós mesmos.

Mas o que há de efetivo nesses discursos e ações em prol do meio ambiente? Como podemos ser a geração que mais polui e a que mais fala em preservação

ambiental ao mesmo tempo? O problema atingiu um grau tamanho que efetivamente exige o engajamento de todos. Há sim um conjunto animador de soluções efetivas brotando mundo afora, mas há também muitas armadilhas promovendo um consumismo verde. Soluções ambientais e educacionais efetivas precisam estar associadas a um olhar sobre as estruturas de produção, os padrões de consumo, os sistemas de educação e os conceitos de bem-estar que norteiam nossas sociedades atualmente (MERCADOSUL.ORG)

Assim buscam inspiração para uma construção coletiva autônoma, de educação livre e militante, histórica e consciente dos esforços permanentes de poderes hegemônicos para sufocar qualquer expressão autônoma dos povos, seja ela política, econômica ou cultural:

A transformação do mundo necessita tanto do sonho quanto a indispensável autenticidade desde depende da lealdade de quem sonha às condições históricas, materiais, aos níveis de desenvolvimento tecnológico, científico do contexto sonhador. Os sonhos são projetos pelos quais se luta. Sua realização não se verifica facilmente, sem obstáculos. Implica pelo contrário, avanços, recuos, marchas as vezes demoradas. Implica luta. Na verdade, a transformação do mundo a que o sonho aspira é um ato político e seria uma ingenuidade não reconhecer que os sonhos têm seus contra sonhos. É que o momento de que uma geração faz parte, porque histórico, revela marcas antigas que envolvem compreensões da realidade, interesses de grupos, de classes, preconceitos, gestações de ideologias que se vem perpetuando em contradição com aspectos mais modernos (FREIRE, 2015, pág 61-62).

Na prática do coletivo, essa abordagem pedagógica aplica-se à manutenção dos saberes populares e a re-significação dos mesmos. Além de valorizarem igualmente uma cultura urbana dos setores populares.

Isso é lindo, a gente que mexe com cultura popular. Em todo canto a gente tem conexão. Porque vem de algum lugar aquele conhecimento e o legal dessa conexão das culturas populares é você aprender resgatando essa herança, de forma horizontal. De não deixar a história da cultura negra morrer, mas também promover as novas expressões que renovam ela, de não deixar a cultura indígena morrer, mas promover ações afirmativas e de valorização, para que a juventude indígena alcance paz e liberdade. Então os coletivos aprendem muito com mestres e mestras de todas as regiões brasileiras, dos estados Rio Grande do Norte, Pernambuco e Paraíba, Pará, Tocantins, Amazonas, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas, Goiás... Ah a cultura popular é o Brasil inteiro! (E3, 24 de outubro de 2018).

Não é que o MSV ignore as ferramentas tecnológicas, o coletivo as re-significa. Primeiro que contam com recursos tecnológicos de baixo custo. Segundo que optam pelos Software Livre justamente para fortalecer os recursos tecnológicos de baixo custo e impacto

social, econômico e ambiental, fortalecendo muitas vezes desenvolvimentos de softwares de pequenas iniciativas autônomas ao redor do mundo. Assim, re-significam o uso das tecnologias, pois a modernização em questão, e a qual o MSV entra em contradição, é justamente o processo de modernização conservadora realizada pela acumulação neoliberal, que pode por um lado promover laços, mas provoca muitas mais predatoriamente a ruptura de laços de integração social (CI13, outubro de 2018) .

Tem alguma coisa nessa estrutura tradicional que vem sendo repassado de geração em geração, de pai pra filho, de mãe pra filha, de mestre e mestra pra aprendiz. Que é muito eficiente e que a gente precisa aprender. Aprender com essa estrutura. Que é o que o Glauber Rocha falava das estruturas internas da cultura popular. E não o que elas mostram apenas de aparente. Infelizmente não é reconhecido muitas vezes como trabalho, como patrimônio cultural, como elemento constituinte do processo educativo e nem cultural. Os mestres, patrimônios vivos, sobrevivem passando necessidades básicas, que são direitos que dão declarados garantidas pelos direitos humanos universais. Então é juntar o pensamento que a gente tinha sobre transmissão e construção de conhecimento nas estruturas da cultura popular com o que a gente começou a conhecer dos conhecimentos livres e da cultura digital, que é um processo colaborativo e a partir da convivência (E6, 20 de outubro de 2018).

Com isso, chegam a formular seus próprias definições de Educação Livre e comunicação comunitária:

O conhecimento está em toda parte. Os saberes nascem e se propagam nas trocas de ideia, em contextos diversos. O mundo é uma “multiversidade” repleto de pequenas oportunidades diárias de ensino e pesquisa. Todo mundo tem o que ensinar e todo mundo tem o que aprender. Espaços como escolas e universidades são importantes, mas os saberes do mundo estão muito para além das carteiras escolares e cátedras acadêmicas. O coletivo atua de modo bem empírico... observando, trocando ideia, planejando, fazendo e vendo como ficou para melhorar. A fonte primeira de conhecimento é a própria comunidade... sempre tem alguém que já saca do que se busca, alguém que pode dar uma ideia nova, que conhece alguém que pode somar no rolê....

Uma educação livre requer uma comunicação livre. Para que os saberes possam ser difundidos, é fundamental uma esfera livre e horizontal de comunicação. Uma espécie de uma esfera pública de comunicação, sem monopólios e cartéis, sem censuras... Usando as tecnologias de informação e comunicação a partir de uma filosofia de liberdade, são experimentados diferentes canais de comunicação: sites, blogs, rádios livres. O projeto Baobáxia é um dos exemplos dessas ferramentas (MERCADOSUL.ORG).

O lema do coletivo é um lema comum de grupos jovens oriundos de setores periféricos: “Nós por nós”. Enfatizam que o fundamental são as pessoas. Buscam com suas ações o fortalecimento das pessoas da comunidade, pois são elas que estão fortalecendo o dia-a-dia, o cotidiano do MS. Muitas soluções para melhorar as condições do Mercado Sul podem surgir do uso de habilidades que a própria comunidade tem. E assim reproduzem em seus meios de comunicação, seja na internet ou em ações culturais e cotidianas uma quebra do silenciamento de atores hegemônicos sobre esses espaços e indivíduos. Elaboram e divulgam manifestos e soluções comunitárias, propõem ao debate público a crítica e a ação no território MS, bem como outros territórios que tendem a ser flagelados pela “lei do capital” (CI13, outubro de 2018). Não é que não provocam e reivindicam do Governo sua responsabilidade em relação ao papel governamental em garantir o bem-estar da população, mas concomitantemente reivindicam no cotidiano inversões nas prioridades das políticas públicas, mostrando as soluções possíveis para novas questões comuns e públicas. Trazendo à tona pontos de vista dos que são excluídos, alocados à margem, tenta quebrar o silêncio, refutar as mentiras e fornecer a verdade (imagem x). Esse é o modelo de contrainformação com um forte potencial de mídia radical (DOWNING, 2002, p. 33-49, 57). “É a comunidade, junta e misturada, promovendo mutirões, gerando renda, fortalecendo uns aos outros e construindo informação de forma crítica...” (MERCADOSUL.ORG).

Nas rodas de conversa e mutirões, sentam-se em roda e sempre uma pessoa diferente está com o cartaz ou quadro, onde serão anotados os pontos em comum acordados pelo coletivo. Começa falando quem tiver a primeira iniciativa, e assim, cada um vai tomando a palavra, em um respeito mútuo da fala individual. Todas as questões problemáticas são divididas nos eixos de soluções (ver página 91 deste capítulo) e em outros que vieram a ter relevância para o coletivo (CI4, 2018). Procuram portanto estabelecer relações desierarquizadas, onde todos possam entender de forma horizontal as atitudes individuais dentro desse coletivo independente. Diferente das instituições normativas, que correspondem a uma sistematização capitalista das relações, esses princípios de organização nos parecem, como nos aponta MARINO (2008) os elementos centrais às ações culturais insurgentes à ordem da acumulação capitalista. Essa forma de auto-organização parece ser um facilitador nas ações coletivas, porque quase todos os integrantes do MSV já possuem grandes afinidades e estreitas relações pessoais, pois confiam e gostam muito umas das outras. Constantemente estimulam uma forma de orientar relações à uma união democrática.

Aqui, todos mandam e ninguém obedece e todos obedecem e ninguém manda! O desafio é fazer as pessoas se organizarem de forma dinâmica e flexível. Fugir de caminhos cheios de burocracias, estruturas de comando, regras e papélorios desnecessários. A técnica aqui é a do quanto mais simples e flexível melhor. Para isso funcionar, é necessário ter relações de confiança bem estabelecidas e compromisso com o trampo e sempre jogar o papo reto. Tod@s falam de igual para igual entre si, tod@s têm algo a contribuir. Quem sabe falar bem, tem que saber ouvir bem também. Quem sabe muito, tem que saber aprender ainda mais (MERCADOSUL.ORG).

Instituem proposições à construção do Estatuto Livre do Mercado Sul. Nele, cada um vai contribuindo para elencar alguns pontos que guiam à coletividade que almejam:

- Fica determinado que para existir segurança todos os espaços devem ser de crescimento pessoal e desenvolvimento dos potenciais das pessoas, cuidando de si e do próximo, mantendo a criança que existe dentro de nós. Viva com muita brincadeira seria!
- Que fique decretado que para ter reconhecimento, sustentabilidade e amizade, cultivemos diariamente nossas raízes para colhermos frutos de abundância, que sejam compartilhados com todos.
- Fica decretado que para ter sabedoria e legitimidade, transformação e autonomia serão feitas assembleias regulares, com participação da comunidade, criando uma associação de moradores, apoiadores e artistas do beco. E para troca de saberes seja feito através de conversas e oficinas.
- Fica decretado que as práticas cotidianas sejam pautadas em: ninguém e comum, muito menos especial, porem cada um é genuíno e insubstituível.
- Fica facultado a digna indignação se tentarem atropelar nossa dignidade.
- Fica decretado que toda a ação será realizada em prol de construir o futuro (MERCADOSUL.ORG).

Figura 30

Figura 30 – Mutirão de avaliação do espaço ocupado e direcionamento de soluções, 2015. FONTE:
<<https://www.facebook.com/mercadosulvive/>>

Figura 31



Figura 31 – Mutirão de avaliação do espaço ocupado e direcionamento de soluções, 2015. FONTE: <<https://www.facebook.com/mercadosulvive/>>

Figura 32



Figura 32 – Mutirão de avaliação do espaço ocupado e direcionamento de soluções, 2015. FONTE: <<https://www.facebook.com/mercadosulvive/>>

Organizaram assim, ações coletivas à todos que quisessem participar, como mutirões de pintura com graffiti nas faixadas (FIGURAS 33 e 34). Esses mutirões de graffiti consistiram em oficinas culturais. O graffiti é uma arte urbana que envolve um fazer cultural em afirmar a identidade dos sujeitos periféricos, da comunidade que faz parte, muitas vezes com imagens críticas, mas que possibilitam construir novas subjetividades coletivas pela paisagem. O bairro, as ruas, as vielas, os muros, não consistem somente no espaço onde intervenções e eventos são realizados, além disso, o território molda e é moldado pela ação dos coletivos, suas inspirações

e referências estão no cotidiano, no dia a dia, é possível verificar histórias, vínculos e afetos em cada graffiti (MARINO, 2008, p. 36).

Figura 33



Figura 32 – Mutirão de pintura e graffiti na Ocupa, 2015. FONTE:
<<https://www.facebook.com/mercadosulvive/>>

Figura 34



Figura 34 – Mutirão de graffiti e pintura na Ocupa, 2015. FONTE:
<<https://www.facebook.com/mercadosulvive/>>

Por ser um território historicamente heterogêneo, as ações culturais não são totalmente aceitas pela comunidade. Segundo o caderno do CASAS-FAU-UNB (2016), 59% dos moradores, trabalhadores e ocupantes do MS gostam dos graffitis, 18% são indiferentes e 23% não gostam.

Concomitante à espetáculos de teatro de mamulengos (Invenção Brasileira) para as crianças no meio da tarde, pausa para um cafezinho, rodas de capoeira, rodas de jongo; os GAs encarregados de avaliar a situação da estrutura física e limpeza, iam tornando o ambiente cada vez mais acolhedor para a ocupação se manter. Também chegaram a investir financeiramente para pequenos reparos urgentes e pouco a pouco iam auto-construindo novas parapeitos,

arrumando portas, tapando buracos, corrigindo infiltrações. Com as ferramentas de mídias, nos sites e páginas criados e geridos pelo MSV, principalmente pela Gunga, são feitos convites abertos para doações à ocupação e ajuda nos trabalhos diários e comunitários. Ano após ano, pelas plataformas online foram obtivendo fontes de captação de recursos coletivos, os crowdfunding (Benfeitoria e Catarse), e assim, puderam realizar reformas contínuas em 2015, 2016 e 2017. A frequência anual em reformas revela não uma grande captação de recursos, mas ao contrário, uma grande precariedade das lojas ocupadas. A manutenção é sempre um grande desafio (maio de 2016) (FIGURAS 35, 36, 37, 38, 39, 40 e 41).

Os coletivos que faziam parte do antigo ECMS agora realizavam semanalmente suas atividades no espaço ocupado enquanto MSV. O EuL voltou a promover rodas de conversa sobre saúde autônoma e coletiva; o CSJEA pôde voltar a ter um espaço físico para suas rodas de capoeira às terças e quintas à noite; o cineclube Motirõ passou a ser CineOcupa, onde o MSV fazia uma seleção de sessões de filmes com alto teor crítico e militante. Cada dia da semana havia uma programação cultural, sem deixar as ocupações com poucas pessoas, sempre realizando ações culturais.

Figura 35



Figura 35 – Faixa da Ocupa MSV, 2015. FONTE: <<https://www.facebook.com/mercadosulvive/>>

Figura 36



Figura 36 – Mutirão de limpeza da Ocupa MSV, 2015. FONTE:
<<https://www.facebook.com/mercadosulvive/>>

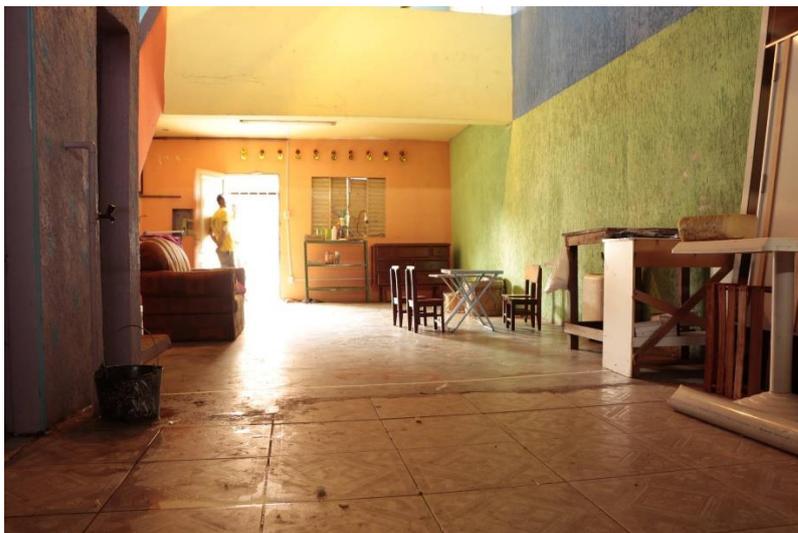
Figura 37

Figura 37 – Uma das lojas ocupadas da Ocupa MSV, 2015. FONTE:
<<https://www.facebook.com/mercadosulvive/>>

Figura 38

Figura 38 – Uma das lojas ocupadas da Ocupa MSV, 2015. FONTE:
<<https://www.facebook.com/mercadosulvive/>>

Figura 39

Figura 39 – Reformas nas lojas ocupadas pela Ocupa MSV, 2017. FONTE:
<<https://www.facebook.com/mercadosulvive/>>

Figura 40

Figura 40 – Reformas nas lojas ocupadas pela Ocupa MSV, 2015. FONTE:
<<https://www.facebook.com/mercadosulvive/>>

Figura 41

**Figura 41 – Reinauguração do galpão ocupado Multiuso, roda de Jongo do Cerrado, Ocupa MSV, 2017.
FONTE: <<https://www.facebook.com/mercadosulvive/>>**

Além dessas ações com grandes diversidade e alternâncias semanais, desde 2015 até 2018 há algumas ações coletivas que merecem destaque, por serem fundamentais como ações afirmativas do MS.

4.3.1 EcoFeira

A EcoFeira do Mercado Sul começou em 2013 no ECMS, mas consolidou-se e expandiu com o coletivo MSV. É uma feira organizada nas ruas e estacionamento do Beco, que se transforma em um espaço comunitário de exposição, troca e venda de produtos e serviços que seguem princípios ecológicos, da pedagogia da autonomia e da economia solidária. Surgiu a partir da atuação das Oficinas da Tempo Eco Arte e hoje reúnem diversos produtores de produtos sustentáveis, naturais e socio ecológicos, artesãos e artistas que trabalham com economia solidária, sustentabilidade e reutilização de resíduos sólidos ou materiais orgânicos. A feira é também um lugar de convívio, diálogo, pesquisa, comunicação livre, reflexão, provocação e arte. Sua agenda compõe extensas atividades, muitas delas são apresentações de bandas da cultura popular ou cultura urbana, apresentações de teatro, de dança, de break, oficinas das mais variadas, atividades que estão extremamente relacionadas às questões urbanas, colocando debates de direito à cidade e outras pautas de militância popular nos centros de discussões. Muitas das oficinas, bate-papos e rodas de acolhimento comunitário mantêm forte diálogo com diversos setores que são alvos de opressão e violência, e formam redes de

identidade e resistência, no que se referem à gênero, raça, etnia, localidade, e nacionalidade, etc.

É realizada mensalmente aos sábados de lua cheia, como representação ritualística identitária do coletivo MSV, que começa por organizar a feira desde o início da manhã, com gestão coletiva e autônoma de todos os integrantes que se mostrem aptos a trabalhar naquela edição. A divisão de tarefas para realizar a feira é quase que parte de uma cotidianidade mensal do coletivo MSV. Isso porque mesmo os integrantes tendo realizado antes a programação, divulgado pelas redes sociais e outras mídias, e sabendo mais ou menos as demandas que requer a realização da feira, as tarefas no dia para sua execução ocorrem de uma forma natural e espontânea. A feira é a céu aberto, mas nos dias de chuva há alguns toldos e tendas nos quais as pessoas podem se acolher. Além do mais, o Ponto de Cultura e a Tempo Eco Arte, estão sempre de portas abertas tanto para o abrigo da chuva, mas principalmente desenvolvendo atividades ou receptivos a quem quiser conhecer e se aventurar no mundo da arte-educação. Os expositores combinam previamente com a rede do MSV virtual, através do e-mail que muitos integrantes do coletivo têm acesso. Muitos deles, só chegam no local e possuem a liberdade de expor. Tudo sempre começa com as barraquinhas e os expositores, o som na caixa inicia a programação musical e a transmissão da rádio Xepa, o microfone é aberto a quem quiser declamar uma poesia ou tocar uma música.

Figura 42



Figura 42 – VI EcoFeira, 2015. FONTE: <<https://www.facebook.com/mercadosulvive/>>

Figura 43

Figura 43 – Roda de Samba com Cid Aroeira, EcoFeira, 2018. FONTE: <<https://www.facebook.com/mercadosulvive/>>

Figura 44

Figura 44 – Crianças em estrutura de bambu na EcoFeira, 2018. FONTE: <<https://www.facebook.com/mercadosulvive/>>

Figura 45



Figura 45 – Produtos ecológicos produzidos pelos integrantes e coletivos do MSV, EcoFeira, 2017.
 FONTE: <<https://www.facebook.com/mercadosulvive/>>

Figura 46

XIII Edição

Tempo Eco Arte e cultura e outras possibilidades.

Especial Dia Internacional da Mulher
 Ocupação Cultural Mercado Sul Vive

EcoFeira
 do Mercado Sul 2015
 7 de março
 QSB 12/13 Taguatingã Sul

Eco Feira das 10h as 22h
 (móveis, utilitários, instrumentos musicais, decoração, troca de roupas, macramê, mosaicos, banca dos poetas)

Programação:
 10h: Oficina de Contação de Histórias, com Sabrina Falcão – Espaço Cultural Mercado Sul
 10h: Apresentação Mamulengo Presepada – Ar Livre
 12h: Almoço
 14h: Contação de História "O Vestido Azul", com Fátima Braga – Ar Livre
 14h40: Roda de Conversa Autonomia Feminina, com Ana Lion e Karen Costa – Ar Livre
 16h30: Oficina de Dança Afro, com Thais Sampaio – Espaço Cultural Mercado Sul
 17h30: Espetáculo de Mímica "A Mulher", com Alder Paz – Palco
 18h: Roda de Capoeira, com Semente do Jogo de Angola – Espaço Cultural Mercado Sul
 19h30: Show As Batuqueiras – Palco

Atividades Contínuas:
 Exposição de fotografia e poesia, com Eli Costa – Ponto de Cultura Invenção Brasileira
 Exposição Aquarela, de May Bucar – Ponto de Cultura Invenção Brasileira
 Palco Aberto e Rádio Mercado Sul – Ar Livre
 Barraca de Livro das Crianças – Ar Livre
 Projeto Cê de Brasília (Intervenções Artísticas com Renato Moll, Coletivo Palavra e 10 por Hora) – Ar livre
 Oficina de Manutenção de bicicletas, com Renato Zerbiniato – Ar livre
 EcoBar Coletivo e Ecozinha

Roda de conversa na Rádio Mercado Sul & Palco Aberto

Ao vivo na internet:
radio.mercadosul.org

Realização

Tempo Eco Arte, Espaço Cultural Mercado Sul, Platínelas, gunga, Invenção Brasileira

Conheça e apoie! **MERCADO SUL VIVE**
 BICO DA CULTURA DE PORTAS ABERTAS
mercadosul.org

Figura 46 – Programação EcoFeira, março de 2015.
 FONTE: <<https://www.facebook.com/mercadosulvive/>>

Muitas das rodas de conversa abertas têm conteúdo crítico e de luta política e social. O coletivo MSV acredita que por meio da ação cultural é possível estabelecer um diálogo crítico e consciente sobre problemas sociais, de forma que toda a programação da EcoFeira tenha o propósito de não somente ser um momento de celebração, mas também um fortalecimento da

luta popular, da identidade desses setores. Compreendem a cultura como elemento de emancipação social, e que em rodas de conversas com diversas pessoas de vivências culturais distintas possa se construir ferramentas dialógicas de mudança social e estrutural (CI6, setembro de 2018).

Para essa garotada que tá vindo eu sempre falo que é muito mais que falar que é do Hip hop, pagar de gatão no palco e só fazer música. Essas culturas são muito mais, é uma luta, mais do que simplesmente de um momento que você está ali celebrando, que é muito importante também, mas que nossa luta tem que ser além. Conscientizar as pessoas que a cultura do Hip Hop e as culturas populares são uma coisa muito séria, que trabalha o caráter do ser humano, que trabalha educação de crianças, adolescentes e adultos (E4, 24 de setembro de 2018).

4.3.2. Saraus do Beco (Gole de Poesia):

Os Saraus iniciaram-se quando a Tribo das Artes teve suas atividades situadas no Beco no início dos anos 2000, mas consolida-se como ação do coletivo MSV, em uma organização coordenada por integrantes e principalmente por Eli, poeta do MS. Os Saraus ocorrem com uma frequência menor que a EcoFeira e apenas no espaço interno e externo da EcoLoja. No Saraus são convidados poetas de toda a cidade, do DF e da comunidade. São declamadas poesias autorais e de outros autores. A cultura popular e a resistência aparecem então novamente como máxima das expressões artísticas. Em muitas dessas expressões artísticas, compartilhadas com a comunidade que frequentam os eventos, o Beco é considerado escola, casa, oficina de saberes, rua, estúdio, terreiro, família e que é pulsante (CI10, agosto de 2018).

Amordaçados acharam que ficaríamos

Sem saber que nossa voz

Ecoam dos tambores

Da arte, da poesia

Acorrentados acharam que ficaríamos

Sem saber que a nossa corrente

São as mãos dadas que trabalham

Por um novo mundo

Paralisados acharam que ficaríamos
Sem saber que o que nos move
É o verde das plantas, o sorriso das crianças
A bença de nossos mestres
A soberba de quem capitaliza
Acha sempre que prevalece
E enquanto ele acham
Nós construímos a verdade do que somos
(Keyane Dias, 2017)

Nos saraus também tem quem toque ritmos populares, como um chorinho ou um samba com um violão, um cavaquinho e um pandeiro. Costuma ser uma noite de prosa e poesia, de fruição artística (FIGURA 47).

Figura 47



Figura 47 – Sarau Gole de Poesia, 2018.
FONTE: <<https://www.facebook.com/mercadosulvive/>>

4.3.3. Rádio Xepa Mercado Sul

Como todas as mídias que usa, a transmissão da rádio Xepa é feito pelo site <<http://www.radio.mercadosul.org/>> e tem desenvolvimento web por software livre (WordPress - Open Source). Além de realizar programações de rádio com músicas diversas regionais, da A.L., entre outras; também transmite oficinas, rodas de conversa e vivências da EcoFeira, audiências e música ao vivo. A rádio Xepa permite uma ampliação da comunicação do coletivo MSV no meio digital. Ela também é disponibilizada pela rede Baobáxia <<http://www.mocambos.net/tambor/pt/baobaxia>>.

Também promove a produção artística local do Beco, como é o caso do trabalho de Thabata Lorena. A cantora cresceu “nas quebradas do DF”, imersa no rap pulsante e vivo que a influenciou desde cedo. O ritmo trouxe alento para suas indagações e vivências de adolescente negra periférica, além de estímulo e expressão para suas indagações e lutas. Virou MC e realizou outras atividades envoltas na cultura popular brasileira, como o teatro popular de palhaços. Em 2015, Thabata lançou Novidades Ancestrais, trabalho que sintetiza a musicalidade forte, vibrante e expressiva de sua voz e suas composições. A artista faz uma simbiose entre a música popular tradicional e urbana, numa com o samba de coco, maracatu e o groove, entre o sotaque peculiar do repente e o ritmo e poesia típicos do rap nacional, trajetória musical construída ao longo de seus 13 anos de carreira, com intensa vivência no Beco, sendo também integrante do MSV e com forte influência dos músicos que a acompanham. Sua música é de grande expressão artística e identitária, com cunho político e expressa a representação de luta dos setores populares.

Ouçó palavras de ordem por toda cidade
 vejo ambos os lados se colocando como a verdade
 e gente inteira que não vale nem metade
 atitudes infantis de homens de meia idade,
 não é questão de lado é preciso plenitude
 quem quer criticar meu mano tem que mudar de atitude.
 Não vim só pra criticar cometo erros também
 mais seu pensamento reacionário não me faz refém
 vejo muita gente rir, parecem desesperadas
 clicando em tudo não absorvem nada, e tanto faz
 só parecer já satisfaz o humanismo é o cartaz

que esconde a distância, entre quem pensa quem faz
quem fica na nossa lembrança.

São cientista políticos sem memória
falam do Brasil e ignoram sua história
recontam a história em prol da própria gloria
esquecem que o povo é sagaz tem sua memória.
E agora? Naquele momento o barra vento deu a dica
depois da perturbação a calma é que fica
então se liga na fita e amplifica
o ensurdecedor som da nossa voz, a periferia.

Periferia resistirá!

Independente do que acontecer a periferia segue
ta preparada pra escarces e pra abundância

É nóiz!

(Thabata Lorena, 2018)

Em 2016, a Radio Xepa organizou uma visita de Raquel Rolnik à Ocupação em uma roda aberta de conversa sobre Direito à Cidade. A observação participante nesse evento contribuiu à presente pesquisa incorporar as ideias críticas de Raquel Rolnik (ver capítulo 1.1).

Figura 48



Figura 48 – Raquel Rolnik na Ocupação MSV, 2016. FONTE:
<<https://www.facebook.com/mercadosulvive/>>

4.3.4. Becomposto

O Becomposto é uma das ações comunitárias do MSV, impulsionada pelo desafio de construir relações prósperas entre seres humanos, animais e plantas no meio da cidade. Idealiza uma realidade urbana onde o cinza que impera possa ser colorido pelos verdes do cerrado (MERCADOSUL.ORG).

No mundo do concreto, nós, seres humanos, precisamos encontrar formas de restabelecer nossa harmonia com os demais elementos da Natureza. No mundo todo, milhões de pessoas vêm experimentando novas alternativas nesse sentido, como bioconstrução, agricultura urbana, energias renováveis...(MERCADOSUL.ORG).

O projeto Becomposto foca em tecnologias e diálogos que permitam construir essas relações mais ecológicas no contexto da comunidade do Mercado Sul. A proposta, que começou a ser colocada em prática a partir do início de 2016, se soma a diferentes iniciativas pré-existentes de moradores que cultivam plantas (comestíveis, medicinais e/ou ornamentais) e realizam algum tipo de aproveitamento de resíduos urbanos. Entre vielas e ruas, a ação do Becomposto articulado com soluções tecnológicas sustentáveis e arranjos comunitários que ampliam essas práticas, conseguem pouco a pouco ajudar na revitalização do espaço, junto às outras ações elencadas como principais nesta pesquisa. As ações concretas do Becomposto envolvem a compostagem de resíduos orgânicos para a fabricação de húmus, a triagem e a reciclagem de resíduos sólidos que possam contribuir com o processo de plantio e revitalização do espaço urbano do MS, continuamente amplia áreas de plantio, onde podem ser encontradas espécies comestíveis e medicinais, soluções hidráulicas para economia em todos os sentidos, reaproveitamento da água da chuva e das casas, geração elétrica com energias renováveis, bioconstruções pequenas no interior das lojas, biorreformas nos espaços ocupados e a criação racional de abelhas sem ferrão para fabricação de mel medicinal (FIGURA 49).

Figura 49



Figura 49 – Mutirão de hortas e agroflorestas na Ocupa, 2016. FONTE: <<https://www.facebook.com/mercadosulvive/>>

4.3.5. Arraial do Beco

O Arraial do Beco é uma das mais expressivas ações culturais do MSV. Também organizado de forma coletiva, é uma das ações que mais reúne todos os integrantes do MSV para sua produção e pós-produção. Isso porque é realizada duas vezes ao ano (uma edição em agosto e outra em dezembro) e possui uma extensa programação musical. Como as Festas Juninas são tradicionais festas brasileiras, o Arraial do Beco reúne centenas de pessoas e por isso demanda uma carga maior de trabalho aos integrantes do MSV. Apesar de manter viva muitas das tradições alimentícias e artísticas de uma festa junina, ainda incentiva as iniciativas mais sustentáveis, naturais e ecológicas. Assim, de forma mais previamente organizada, todos estão livres para expor comidas, roupas e demais itens que quiser vender. No arraial é sempre cobrado um valor simbólico de manutenção do espaço para expor ou vender algo, já que no dia seguinte são os próprios integrantes do MSV que realizam a limpeza comunitária do lugar.

Entre bandas de forró genuínas, com zabumba, rabeca, triângulo, sanfona e pandeiro, apresentam-se bandas de Samba de Coco, Jongo do Cerrado, Tambor de Crioula, Boi de seu Teodoro, Contação de história, declamação de poesias autorais, de poetas presentes no imaginário popular e novos artistas, leituras de cordéis, apresentação de Teatro de Mamulengos e Palhaços. Também celebram um casamento junino espontâneo, chamando todos os visitantes, moradores e trabalhadores para comporem junto a dança.

Figura 50**Figura 50 – Arraial do Beco, MSV, 2016.****FONTE:** <<https://www.facebook.com/mercadosulvive/>>**Figura 51****Figura 51 – Montagem e organização coletiva do MSV para o 6º Arraial do Beco, MSV, 2016.****FONTE:** <<https://www.facebook.com/mercadosulvive/>>

Figura 52

Figura 52 – Apresentação teatro de mamulengo, rabeca e alfaia no 6º Arraial do Beco, MSV, 2016.
FONTE: <<https://www.facebook.com/mercadosulvive/>>

4.3.6. Bicicentro e Oficina Comunitária

O Bicicentro foi uma oficina/loja colaborativa de bicicletas. Faz parte de uma das 8 lojas ocupadas pelo coletivo MSV Era gerenciada por Ervilha e mais dois integrantes do MSV. Funcionava durante a semana no período da tarde e sábado no turno matutino. Era uma loja livre para conserto e troca de peças: quem precisasse consertar a “bike” ia no Bicicentro e pedia orientações ao coletivo. Realizavam-se assim aulas espontâneas e diárias sobre mecânica, reparos e concertos de peças, sobre mobilidade e sustentabilidade, sobre práticas urbanas e políticas públicas (CII2, agosto de 2017). Nos finais de semana o Bicicentro também promovia uma Oficina completa de conserto de bicicletas. As peças também podiam ser substituídas gratuitamente. Tudo que tinha lá era por doação. Tinha a geladeira que era reutilizada, a “brechóclela”, o abrigo de várias peças. Também se incentivava a doação de peças aos que iam lá durante a semana trocar alguma corrente ou freio. Mas devido a esta à dificuldade de manter cotidianamente a loja que não possuía recursos suficientes para se manter, coordenada apenas por 3 pessoas, precisou ser fechada.

Os meninos da comunidade iam lá o tempo todo. Mas aí pra dar continuidade, para funcionar tinha que abrir quase todo dia né... E eu não consegui manter sozinho sabe, uma galera ajudou, o bicicentro fazia parte do Mercado Sul Vive também, o Bike Anjo de vez em quando dava uma força, mas aí precisei realizar uns projetos pessoais e não conseguimos dar continuidade. Apesar disso, aqui no Beco muita gente usa a bike. Muitas vezes como solução a esse sistema que segrega e não deixa a gente circular livremente né, também por opção de uma vida mais saudável, mais viva com

a cidade e com a mobilidade dessas pessoas. É um ato de protesto né, andar de bike no meio dessa truculência de carros, vias, concreto... (CI12, agosto de 2017).

Ao fecharem o Bicicentro, o MSV transformou a loja em uma oficina colaborativa, onde todos que queiram exercer seu ofício ou aulas e oficinas que requerem atividades manuais podem utiliza-la, desde que comuniquem ao coletivo.

Figura 53



**Figura 53 – Carreta para bicicleta produzida com reaproveitamento de peças, Bicicentro, 2015.
FONTE: <<https://www.facebook.com/mercadosulvive/>>**

Figura 54



**Figura 54 – Oficina colaborativa, Bicicentro, 2015.
FONTE: <<https://www.facebook.com/mercadosulvive/>>**

4.3.7. Eco Loja Mercado Sul

A EcoLoja do Mercado Sul é um espaço coletivo e autogestionado de convivência, trocas e comercialização de produtos e serviços com princípios ecológicos e da Economia Solidária. A economia solidária compreende um conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo – que são organizadas sob a forma de autogestão por determinado grupo, coletivo ou associação. Compreende uma variedade de práticas econômicas e sociais que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e consumo solidário. Trata-se de uma forma de organização da produção, consumo e distribuição de riqueza centrada na valorização do ser humano e não do capital, caracterizada pela igualdade. Foi um processo longo de construção a partir das edições mensais da EcoFeira do Mercado Sul, criada e gerida por expositoras e expositores autônomos, chamados pelo MSV de Ecofeirantes. Esses Ecofeirantes podem expor na loja seus artesanatos, ilustrações, livros e publicações independentes, camisetas, cosméticos naturais e outros produtos solidários, além de promover e apoiar redes de colaboração e consumo coletivo de alimentos em Taguatinga. Se articula também com um grupo de consumo de produtos orgânicos, vinculado a produtores agroecológicos e de alimentos integrais da região, principalmente os produzidos no Sítio Gerânio.

Figura 55



Figura 55 – Inauguração da EcoLoja do MSV, 2016.
FONTE: <<https://www.facebook.com/mercadosulvive/>>

A construção de uma sociedade verdadeiramente democrática e justa parte do fortalecimento dos princípios de autonomia, solidariedade, trabalho coletivo e cooperação. A EcoLoja acredita nesse caminho de estar no mundo, sendo um passo a mais na consolidação da sustentabilidade do Mercado Sul, enquanto território de luta pelo direito à cidade (ECOFEIRA.MERCADOSUL.ORG).

4.3.8. Sônia Comedoria

Sônia é moradora do MS há muitos anos. Fez parte da revitalização promovida pelo MSV. Era uma das principais integrantes da coordenação dos almoços coletivos da ocupação. Também promove Oficinas de Alimentação Típicas e Saudável, com pratos regionais, feitos a partir de orgânicos colhidos nas hortas do MS, aproveitando cascas, talos, raízes e sementes. Hoje, junto a um GT em alimentação saudável e sustentável do MSV, faz parte da construção da Cozinha Coletiva. A loja de Sônia faz parte de uma das lojas ocupadas. Esta loja é seu restaurante-café, onde alimentam-se boa parte da comunidade, e onde muitos visitantes almoçam em dias de EcoFeira, Arraial e demais atividades. A Cozinha Coletiva ainda é um espaço que está sendo construído pelo MSV, mas em breve será inaugurado com Vivências e Oficinas Culinárias.

4.3.9. Galpão Multiuso Mercado Sul Vive

O galpão ocupado é o espaço com maior amplitude de gestão coletiva pelo MSV e com maior quantidade de ações abertas e gratuitas sendo desenvolvidas. Por ser a maior loja ocupada, recebe grande diversidade de atividades culturais.

No início da ocupação, os ocupantes dormiam e realizavam atividades nesse Galpão e na loja ocupada que antes era o ECMS (hoje dividida entre EcoLoja e um mini galpão). Nas laterais internas há um segundo pavimento. Os ocupantes que no começo usaram também para habitação (precária) em afirmação do coletivo como novo ator no espaço, dando a ele caráter de uso social, hoje usam esse pavimento para guardar vários materiais de oficinas, vivências, apresentações, não apenas de integrantes do MSV, como de outros grupos, coletivos e produtores culturais parceiros.

Com a grande movimentação da ocupação, na qual o coletivo MSV traçava semanalmente uma agenda detalhada de atividades, com o objetivo de revitalizar o espaço abandonado e torna-lo num grande centro cultural de acesso livre e gratuito. Era nele também

que se realizavam os almoços e lanches comunitários, encontros livres e espontâneos de pessoas que resultavam em uma atividade cultural improvisada como uma aula de percussão ou um alongamento matinal.

Quando efetivaram um ano de ocupação, muitos atores institucionais e governamentais se mostraram favoráveis a ocupação e desapropriação das lojas para permitir o uso do coletivo. Agora com mais tranquilidade, puderam restringir o uso como dormitório. Entretanto, nessa grande rede de artistas, há um grande acolhimento por parte do MSV na questão de moradia. Artistas e trabalhadores da cultura do MSV, quando sem condições de manter uma moradia, mesmo que de aluguel, conseguem temporariamente morar em uma das lojas ocupadas pelo coletivo, onde os que são do MSV e moram no MS igualmente ajudam essa pessoa em questões de infraestrutura (cozinha, chuveiro, etc.).

A construção, o fortalecimento e o empoderamento dos atores no território são então o reflexo de suas ações culturais. Por lá já ocorreram atividades de expressão afro-brasileira, como rodas de Jongo do Cerrado, atividades de grupos de capoeira, apresentações e oficinas de samba de coco e de roda, bem como rodas de conversa do movimento negro e periférico, pautando problemáticas de preconceito, exclusão e violência do racismo estrutural, exposições de curtas metragens sobre o corpo e vidas negras, como o doc *Afronte*, “curta-metragem sobre bichas pretas,” de Bruno Victor e Marcus Azevedo (CI4). Já foi espaço de oficina de estêncil, yoga, alongamento, relaxamento, confecção de bonecos de madeira, confecção de instrumentos com saco de cimento e papelão, espaço também de brincadeiras com as crianças, de aulas de educação informal como vivência. Foi lugar das vivências com ervas e medicina natural do sagrado feminino organizado principalmente pelo *Eu Livre*. Também foi sala de aula de formação em administração de projetos culturais, de como os artistas locais e demais localidades, em condições de vulnerabilidade, podem tirar seu Certificado de Ente e Agente Cultural (CEAC), podendo assim participar de chamamentos públicos em eventos culturais pelo GDF. São ações contínuas, que possuem tempos próprios, dependendo da auto-gestão do coletivo.

Há também formas de troca que fortalece o espaço enquanto ocupação cultural, como doação de materiais, divulgação de outros trabalhos do MSV, ou mesmo, pela relação íntima e de “fazerem parte do MSV de forma mais indireta”. Geralmente esses artistas mais “externos” ao coletivo, são ao mesmo tempo pessoas que fazem ou fizeram parte do cotidiano do Beco, ajudaram em mutirões e atividades culturais diversas no período mais intenso de ocupação das

lojas, e assim, de alguma forma, são conhecidos por toda a comunidade do MS e pelo coletivo do MSV.

As atividades realizadas no Galpão são geralmente ligadas às culturas populares ou cultura digital colaborativa do coletivo MSV e são priorizadas ações que “tem relação com a arte e a transformação urbana” (CI3, agosto de 2018). Nesse processo entendem que as atividades podem ser diferentes, até com construções ideológicas diferentes, mas que contribuam para a construção de uma identidade territorial. O coletivo ao mesmo tempo que visa compor uma agenda diversa, tem o interesse que esta corresponda à luta política que faz parte: “uma luta de direitos e tolerância, sendo o direito à diferença um dos mais importantes direitos dos moradores e trabalhadores da cidade” (CI3, agosto de 2018).

Figura 56



Figura 56 – Jornada Cultural do MSV, 2016.
FONTE: <<https://www.facebook.com/mercadosulvive/>>

Figura 57



Figura 57 – CineOcupa, MSV, 2018.

FONTE: <<https://www.facebook.com/mercadosulvive/>>

4.4 “Mercado Sul Fica!” Uma luta pelo direito à cidade e a emergência de um Espaço de Esperança

Na construção desse híbrido território e em suas ações culturais, os que integram o MSV e vivenciam o MS consolidam suas reivindicações através de uma pauta mais geral que compreende o Direito à Cidade. Essa reivindicação mais ampla surge em resposta a demandas e problemáticas que as organizações tradicionais de partidos políticos e movimentos sociais tradicionais não tiveram capacidade de trabalhar de forma efetiva. É uma reivindicação de atores que buscam por novos anseios e desejos, uma juventude que enxerga o mundo de forma diferente, e a cidade como uma obra em constante transformação, com um sentido histórico bem alinhado com o uso político contra hegemônico, uma simbiose de uma cultura de oposição nos espaços públicos urbanos (DOWNING, 2002).

Segundo o MPL (2015), o acesso do trabalhador à riqueza do espaço urbano, que é produto do seu próprio trabalho, está invariavelmente condicionado ao uso do transporte coletivo. As catracas do transporte são uma barreira física que discrimina, segundo o critério da concentração de renda, aqueles que podem circular pela cidade daqueles condenados à exclusão urbana. A participação direta de movimentos sociais que militam pela questão da moradia nas grandes cidades (como o MTST) e pela questão do transporte (como o MPL) na ocupação iniciada pelo Coletivo Mercado Sul Vive em 2015 não é aleatória. Estas continuam a ser reivindicações fundamentais à população periférica do DF e de todas as cidades brasileiras,

quicá da América Latina, e dizem respeito ao acesso a direitos relacionados à reprodução da vida nas metrópoles, que não deixam de denunciar a omissão do poder público às suas demandas socio-territoriais.

Queremos que o Mercado Sul seja terra fértil para viver e fazer arte, gerar e compartilhar sonhos e projetos. Essa vivência saudável e criativa já existe em grande parte do Beco, agora queremos expandir essa ação. Taguatinga não quer apenas viver uma dinâmica de vida à mercê do mercado financeiro e imobiliário, não quer só dormir e bater ponto em algum trabalho distante. Quer produzir e vivenciar arte e cultura. A memória e história da cidade, sua agitada vida cultural, não pode ser esquecida, precisa ser reforçada, garantida, estimulada e tratada com respeito (MERCADOSUL.ORG).

Por isso, tanto as ações afirmativas culturais e a construção de identidade nas ações culturais; tanto a ocupação que coletivamente serve como espaço social e cultural; quanto a reivindicação de um amplo conjunto de direitos culturais, sociais, alimentares, de mobilidade e moradia, de saúde e meio ambiente, históricos nas lutas dos setores populares do DF, são consideradas pelo coletivo MSV formas de luta que reivindicam o Direito à Cidade.

Direito a cidade ao meu ver, é muito complicado. Vou falar como militante da “perifa” e do Hip Hop. Porque a gente está perdendo o direito de ir e vir, numa sociedade que já vê a realidade da cultura de rua, da cultura popular, na TV, nas grandes rádios e em outros canais de informação de massa. E a cidade não muda a sua atitude. [...] E também, por outro lado, quando a gente, da “perifa”, chega com toda essa imagem cultural, toda essa vestimenta, nos teatros, nos cinemas, também nos encaram feio, não somos bem-vindos. Então estamos dia a dia perdendo ou não possuindo o direito a cidade. [...] precisamos nos empoderar dele e lutar juntos para ter ele, porque é a consciência também de vestir a roupa que eu quiser, porque eu trabalho nessa cidade, eu moro nessa cidade, eu estudo nessa cidade. De se sentir bem-vindo a realizar, a se realizar no espaço enquanto pessoa humana, em qualquer canto da “city” e a gente aqui tenta dar esse recado e se realizar, aqui no Beco. [...] a gente tem esse lugar aqui e a gente vai ocupar esse espaço público através da poesia, da música, lutar pelo direito de sermos corpos presentes. [...] esse é o convite. Das ocupações culturais que a gente faz. Para que as pessoas sejam tocadas, se comovam, se incomodem, e não se acomodem. E vamos ocupar as praças e ruas mesmo (BAOBAXIA, 24 de outubro de 2018).

Inspiram-se na reunião de ideias de Harvey sobre o Direito à Cidade, ideias reflexos dos próprios movimentos sociais, nas quais o direito à cidade compõe um direito coletivo onde todos devem ter o poder e a liberdade de moldar as decisões e as condições da cidade que afetam diretamente suas vidas, num processo de produzir e refazer a cidade e a si mesmo (HARVEY,

2013). Essa é uma reivindicação que constrói a utopia de uma cidade qualitativamente compatível como o tipo de vida que se deseja alcançar, sob valores comuns de sustentabilidade socioambiental.

Por meio do movimento de ocupação, o Beco da Cultura, como também é conhecido o Mercado Sul graças à sua movimentação cultural, tem se posicionado politicamente diante da sociedade local, entendendo que a propriedade deve cumprir uma função social. Para isso, busca amparo no Estatuto da Cidade, um dispositivo legal que o coletivo considera limitado, mas suficiente para a estratégia de luta (MERCADOSUL.ORG).

Usam como instrumentos de reivindicação a própria Constituição Federal (CF) de 1988 e o Estatuto da Cidade. A CF dispõe sobre o uso da propriedade, o qual deve ser limitado em razão do bem social coletivo e do desenvolvimento da cidade, onde o cumprimento da função social da propriedade é a principal diretriz a assegurar o atendimento dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social, e ao desenvolvimento das atividades econômicas. A CF, portanto, é o maior dispositivo em abrangência nacional ao direito à propriedade desde que esta cumpra sua função social definida por Plano Diretor, podendo ser desapropriada por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, com indenização em dinheiro, proporcional ao valor de mercado. Apesar do coletivo questionar a segregação espacial e a gentrificação, dentro de uma lógica possível por lacunas nos Planos Diretores que ordenam as cidades, entendem que este dispositivo legal também garante o uso social da propriedade, reivindicando através dele uma erradicação do abandono das propriedades em questão, as 8 lojas que estão em desuso e má conservação. Algumas abandonadas há 3 anos antes da ocupação e a maioria com um abandono predial há mais de 10 anos.

O Estatuto da Cidade, Lei nº 10.257, de 2001, regulamenta o capítulo de política urbana da CF e apresenta normas que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo. O Estatuto tem como diretrizes gerais a garantia do direito a cidades sustentáveis, gestão democrática, ordenação e controle do uso do solo e a regularização fundiária. Para o cumprimento dessas diretrizes, o Estatuto conta com instrumentos urbanísticos que devem ser aplicados conforme a necessidade de cada situação.

Os incorporadores imobiliários, os proprietários que deixam seus terrenos ociosos para a especulação imobiliária, bem como os locadores que estão na lógica mercadológica de moradia, são atores que vislumbram dominar e controlar os territórios e determinam a distribuição da infraestrutura urbana de forma diferenciada, gerando diferentes valores do solo urbano e contribuindo para reforçar a desigualdade social na cidade (HARVEY, 1980, p. 61).

Assim, frente à uma omissão do poder público, a uma coerção policial e a um processo judicial requerido pelo proprietário das lojas ocupadas, o MSV elaborou em seus mutirões e audiência livre aberta todas as suas reivindicações específicas que compreendem como linhas de luta ao direito à cidade (Quadro1). Para cada reivindicação específica, apontam sugestões para soluções onde o poder público e privado possa atender às suas demandas comunitárias.

Quadro 1

Reivindicação	Soluções
Reconhecimento do Mercado Sul/Beco da Cultura como patrimônio imaterial cultural do DF.	Formação imediata de equipe da Secult/GDF e IPHAN para início dos estudos e trabalhos na área.
Cumprimento da função social das unidades ociosas ocupadas conjuntamente pelo coletivo Mercado Sul Vive.	Desapropriação por usucapião (Lei nº13.105/15) ou para domínio do Estado (Lei nº 3.365/41) e cessão de direitos ao uso das unidades ociosas pelo coletivo MSV.
Regularização e Pacificação do Registro Dominial e Impacto de Vizinhança (EIV) que seja concedido ao Mercado Sul Vive	Levantamento minucioso da cadeia dominial do Mercado Sul, sem prejuízos para as partes (este item não pode ser compreendido descontextualizado ou isolado dos demais pontos da pauta).
Proteção no processo de regularização fundiária do projeto de ocupação do Mercado Sul.	Garantia de manutenção da ocupação até a regularização fundiária do projeto de ocupação do Mercado Sul sem custos para os ocupantes.
Apoio Legal na nova composição fundiária do Mercado Sul.	Apoio na legalização da nova composição fundiária da ocupação junto aos poderes Executivo, Judiciário e Legislativo (local e federal).
Incentivo e promoção da revitalização urbana do Mercado Sul pelo poder público, assim como maior inclusão em Leis culturais que preservem a autonomia e a heterogeneidade de ações e usos do espaço no Beco, acesso desburocratizado à editais, pregões, chamamentos públicos, etc.	Viabilização de recursos para a realização de projeto urbanístico sustentável que inclua saneamento básico, coleta de resíduos sólidos, drenagem urbana, entre outros.

Quadro 2 - Quadro de reivindicações do coletivo Mercado Sul Vive. FONTE: MERCADOSUL.ORG.

Elaborado pela autora.

Essas foram as pautas reivindicativas encaminhadas tanto na Audiência de Conciliação e Julgamento pela Vara de Meio Ambiente de Taguatinga e na Vara de Meio Ambiente do DF e Entorno, de iniciativa do Ministério Público do DF e TJDFT, frente à ação requerida pelo proprietário para desalojar o MSV das lojas ocupadas; tanto às Audiências Públicas que ocorreram na Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), por iniciativa do próprio coletivo e apoio e mediação do deputado Wasny de Roure.

Para as primeiras audiências nas Varas de Meio Ambiente, estas que ocorreram de setembro a dezembro de 2016, o MSV convocou uma Plenária Livre em agosto de 2016, aberta a todos que queriam se solidarizar com a causa (FIGURAS 58 e 59). Através de suas redes virtuais viabilizam trocas de informação que contribuam ao processo, além de promover uma ampla divulgação com caráter político radical e de resistência. Dessa forma lançam a campanha comunitária #MercadoSulFica, onde mais pessoas começam a solidarizar com as reivindicações. Esse período possibilita um grande fortalecimento interno do coletivo, onde muitas pessoas começam a frequentar mais as atividades nas ocupações, fazer doações de móveis e materiais para reforma e pintura, bem como participar dos mutirões de ação coletiva.

[..] esse fazer comunitário, esse dia a dia com as diferenças e com ações diferentes, mais solidárias, mais sustentáveis, essa resistência para ficar e transformar, são a luta pelo direito a cidade. É uma luta que resiste para movimentar. Direito de produzir aqui, de morar aqui, de tornar esse lugar mais saudável e menos suscetível à especulação, suscetível à ação de pessoas que não estão nem aí para a população da periferia, dos trabalhadores de cultura (BAOBAXIA, 24 de outubro de 2018).

Figura 58

Figura 58 – Flyer chamamento público para Plenária Livre na Ocupação MSV, agosto de 2016.
FONTE: <<https://www.facebook.com/mercadosulvive/>>

Figura 59

Figura 59 – Plenária Livre na Ocupação MSV, agosto de 2016.
FONTE: <<https://www.facebook.com/mercadosulvive/>>

A convite do MSV, uma comissão da Secretaria de Cultura do DF - Secult, uma comissão da Administração de Taguatinga e outros parceiros institucionais participaram e mostraram apoio à Ocupação e suas reivindicações, ampliando a articulação e permanência nas lojas ocupadas no Mercado Sul de Taguatinga. Desde o início dos processos judiciais, formaram dentro do MSV um GA jurídico que trabalha junto à Assessoria Jurídica Universitária Popular – AJUP e a comissão da SECULT. Estratégias foram traçadas para as audiências na Vara, e utilizou-se de diversos apoios, como a Nota Técnica do IPHAN/DF, 01551.000161/2015-14, em apoio à Ocupação MSV para garantir a luta pela autonomia territorial em uma nova configuração fundiária no MS.

Na ocasião, todos os integrantes do MSV estavam presentes, bem como as instituições, organizações e grupos de apoio, para fazer frente judicial de oposição aos interesses privados do proprietário no processo. Nas audiências de conciliação, apesar de o desembargador responsável pelo caso não concluir o processo nº 360.000.062/2015 - nem dar ao proprietário o direito de ter o espaço de volta, mas também de não desalojar os ocupantes do MSV - , mostrou-se favorável à ocupação no que considera a “área passível de desapropriação para servir à função social hoje presente manifesta nas atividades culturais das referentes lojas”.

Nas Audiências Públicas da CLDF, nenhum dos representantes diretos do Governo de Brasília (GDF), formalmente convidados compareceu, cujas presenças estavam confirmadas até a véspera. Entretanto estiveram presentes representantes de diversos movimentos culturais e comunitários, acadêmicos, gestores ligados à área de Economia Solidária e organizações da sociedade civil, assim como os representantes da Terracap, IPHAN-DF e Administração de Taguatinga, e a mediação do Deputado Distrital Wasny de Roure.

Elaboram por fim, um documento direto ao gabinete do Governador Rodrigo Rollemberg (PSB), trazendo novamente suas reivindicações e indagando a omissão do GDF frente à situação do Mercado Sul:

Desde o início da Ocupação, temos trabalhado com diversas instâncias do GDF para encontrar soluções, reconhecimento e apoio ao Movimento que, sem um centavo nem alfinete do governo distrital, vem ressignificando, reurbanizando, jardinando e colorindo um pedaço histórico da cidade que estava abandonado pelo poder público e pelo suposto dono. Ações cujas relevância e repercussões extrapolam fronteiras e categorias.

A ausência dos representantes do Distrito Federal nesta audiência evidencia, para nós, o descaso desta gestão com o ser humano, com os movimentos sociais, com a cidade e o bem comum, lamentavelmente confirmado pela intolerância exibida nas recentes negociações com os movimentos por moradia e mobilidade, para citar apenas 2 exemplos, mas que também se expressa no fato de que a própria Audiência Pública do Mercado Sul precisou compartilhar o auditório com o movimento de trabalhadoras e trabalhadores da empresa pública de água e esgoto, Caesb, em greve, a quem prestamos nossa solidariedade (MERCADOSUL.ORG).

Os processo encontra-se em lenta tramitação até a presente pesquisa, sem que o GDF ou TJDFT tomem algum posicionamento mais conciso sobre a situação do MS. Enquanto isso, o MSV têm tentado realizar a luta pelo direito a cidade em uma batalha cotidiana de diálogo com a comunidade e vizinhança, fazendo a reavaliação e a reorganização de seus GAs de trabalhos, das suas principais ações culturais, e tentando tornar o ambiente cada vez mais

autossustentável. É claro que é uma luta constante e inacabada: a totalidade de uma coletividade, a solidariedade e uma realidade mais autossustentável está longe de ser plenamente alcançada.

É notável que os próprios coletivos são os responsáveis por suas produções, ou seja, não são somente artistas, artesões e produtores, mas também articuladores, educadores, jornalistas, social media, entre outras funções necessárias a efetivação de suas propostas. Quando os que compõe o coletivo MSV não estão à frente das produções e ações culturais no MS, estabelecem parcerias, nas quais priorizam a mão de obra local, evidenciando essa relação direta com o território (CI14, outubro de 2018). Portanto a ação cultural, em todo o seu processo - concepção, preparo, acontecimento e reverberação - envolve direta ou indiretamente a comunidade local, ou seja, os moradores, comerciantes, jovens, crianças, artistas, entre outros, estão todos envolvidos em etapas de produção. Sugerimos que esses sujeitos são, nesse aspecto, produtores livres, pois o trabalho pode se “desalienar” no rodízio de tarefas, os que produzem dominam o conjunto do processo de trabalho, a divisão do trabalho é superada através da rotatividade e a apropriação consciente de todo o processo (ZIBECHI, 2015, p. 84). As ações que realizam esses produtores livres ocorrem num território de forma expansiva e dilatadora das relações sociais.

Hoje, com a efervescência cultural e política trazida pelo processo de ocupação e com a chegada de novos grupos e atores para esse caldeirão, o Mercado Sul se confirma ainda mais como território de encontro, diversidade e criação artística em todas suas formas. Esses espaços de encontro estão tanto no dia a dia do lugar quanto nos eventos promovidos pela ocupação e coletivos locais. Essa movimentação vem com a certeza de que a cidade precisa de espaços para ser vivida, construída e transformada (CI3, agosto 2017).

A forma como cada ação e cada uso dos espaços ocupados reverbera, possui especificidades. Graffitis e pichações marcam a paisagem, o que explicita uma relação diferente, que se perpetua a médio ou longo prazo na paisagem e prende o olhar de qualquer um que ali passe e capte suas impressões (o MSV renova de tempos em tempos suas pinturas e graffitis em ações culturais). As ações que tem frequência mensal também mudam as relações cotidianas, onde atividades culturais como a EcoFeira adquirem um significado quase que ritualístico de celebração da comunidade (CI14, outubro de 2018).

Os espaços culturais, lojas colaborativas e restaurantes que formam o coletivo MSV possuem uma ação fixa espacial que requer uma organização continuada. Isso quer dizer que as ações culturais, que tem o propósito de afirmar os espaços de ocupação, possuem relação específica com o território, pois seu desenvolvimento - ao mesmo tempo que transforma -

depende do cotidiano, das condições presentes no tempo e espaço em que esta ocorre (ARAÚJO, 2008, p. 58).

Essa busca pela coletiva, portanto, acontece no cotidiano, no dia a dia. Não há um conjunto de regras que definam ou mediam tais relações que dão caráter a uma coletividade no MS. Elas estão pautadas na confiança e na presença, quando um membro de um coletivo cultural quebra o laço de confiança ou não é mais presente, simplesmente deixa de contribuir para essa coletividade.

Ao mesmo tempo a gente vai construindo junto, nada disso que você tá vendo hoje foi trabalho de um sozinho. Sempre a gente reúne para transformar, para fazer junto. Por que eu não tenho essa, tenho meu tempo, meu canto, mas o melhor é a troca com as pessoas mesmo. Saber que você foi útil para alguém e para alguma coisa, isso tem um valor incomensurável. Trabalhar com esse monte de gente com esse pensamento, essa cabeça outra sabe, é muito rico, é uma super experiência. Aqui na rua a gente vive de transformar e dar nova vida. Aí tem coisa que não sei por que antes embestaram de colocar cimento! Aqui na frente por exemplo eu quebrei a calçada e comecei a fazer um pedacinho de terra para plantar. Aí uma galera faz isso por aí também. A gente precisa de mais verde, planta, dentro fora de casa, por todo lugar. E o Mercado Sul é isso. Tem toda essa coisa nova, tem gente de todo lugar, mas quem tá aqui é mais os amigos que moram nas satélites mesmo (BAOBAXIA, 24 de outubro de 2018).

É uma constante construção. Entretanto, essa coletividade muitas vezes aparece mais como um objetivo concreto do que um fato. A busca pela coletividade é talvez o maior desafio de qualquer coletivo cultural ou comunidade que queria manter-se viva. E essa coletividade necessita da resiliência e tolerância com a diferença (MARINO, 2008).

Assim busca-se uma autonomia horizontal entre os que promovem as ações no Beco. Isso não significa que haja uma ausência de poder, ou que não possa existir um "núcleo mais rígido" dentro deste coletivo, pois, muitas vezes, é fundamental para garantir sua própria existência. São GAs que podem adquirir essa função como núcleos de gestão mais rígidos que administrem o Galpão Multiuso do MSV, os Pontos de Cultura ou espaços alugados pelos coletivos. Dentro desse núcleo também há a frente de alimentação que tem como principal referência a Sônia Comedoria (espaço que possui um caráter mais individual e de comércio, mas que uma das figuras centrais, tanto do coletivo, tanto no que se refere às questões alimentares no MS). Porque não somente é um espaço físico do restaurante de uma figura importante na questão de alimentação na comunidade, como que coletivamente é um local de

encontro, de conversa, de socialização, dentro de uma ação ritualística social, que é o ato de se alimentar.

Como objetivos em suas práticas e ações, a coletividade e a horizontalidade também têm grande desafios em serem elementos presentes em todas as conexões sociais da comunidade MS. A vizinhança que compreende os espaços limítrofes (QSB 11, QSB 14, QCS que fazem limite em baixo, Avenida Sandu Sul, e CSB que fazem limite acima e a Avenida Comercial Sul) não é uma totalidade da busca coletiva que acontece internamente no Beco. 64% da vizinhança costuma frequentar o MS (CASAS-FAU-UnB, 2016).

Nota-se, entretanto, um processo de re-significação das lutas na periferia de forma crítica e dialógica, originalmente vinculadas aos movimentos por moradia e infraestrutura urbana. Os coletivos culturais, através das ações diversas que pincelamos, inseridas no campo da subjetividade, intervêm no espaço urbano, e assim no seu cotidiano. Contribuem diretamente para a formação identitária dos “sujeitos periféricos” (D’ANDREA, 2013), e elevam a visibilidade desses sujeitos e suas ações à comunidade que está inserido o coletivo, estimulam o sentido de pertencimento, ampliam o senso crítico e estético da comunidade.

A luta pela afirmação do lugar enquanto ocupação cultural, e o Mercado Sul enquanto território histórico do DF é uma constante no coletivo MSV. As ações culturais desses coletivos que trazem uma construção cultural e identitária de ressignificação da periferia é também uma ação política. O simples fato destes jovens terem escolhido um caminho diferente daquele “planejado” pelo mercado ou pelo Estado, a possibilidade deste sujeito se expressar, seja fazendo um graffiti ou uma poesia em um sarau, promovendo uma oficina aberta e colaborativa sobre software livre ou sobre educação em saúde autônoma, é uma ação política. Esses sujeitos buscam seu papel de atores ativos na construção de lugares de solidariedade e de encontro, lugares onde as relações não sejam tomadas pelo "valor de troca", pelo comércio ou pelo lucro (MARINO, 2016, p. 11).

Entretanto, os moradores e trabalhadores do Beco também estão inseridos no mercado formal ou informal no qual predomina a lógica predatória do valor de troca, do consumo e da exclusão socioeconômica, por isso não conseguem ser de fato produtores livres. Os conflitos são inerentes a diferentes identidades e particularidades individuais que tentam construir uma totalidade respeitando as diferenças. Os atritos dentro do coletivo e no cotidiano do MS ocorrem

concomitantemente aos entendimentos e alinhamentos. Além disso, há também diversos problemas em se tornar um território autossustentável, autogerido e democrático.

Rolaram alguns atritos, a gente tem muito problema com a Lei do Silêncio, até mesmo dentro da comunidade sabe. Porque não é um território só. [...] Alguns atritos foram rolando também e galera começou a ficar um pouco desmotivada com essa generalidade de comunidade. Tem coletividade? Tem sim. Tem uma entrosa muito rica de afetos e tal, esse negócio da vizinhança é bem gostoso, mas não é essa coletividade toda sabe. É sempre um desafio diário, ter que engolir umas paradas, pra não desistir e vazar (E8, 22 de outubro de 2018).

Nem todos que trabalham ou moram no MS são favoráveis à ocupação e suas reivindicações. Uma das reivindicações do coletivo é que o território conhecido como Mercado Sul seja reconhecido como patrimônio histórico e cultural. 32% da comunidade não concordam com a inclusão do espaço nos registros do Iphan enquanto Patrimônio Material e Imaterial do DF. Mas a maioria (55%) concorda com tal reivindicação, os quais suscitam a relevância histórica e cultural do MS dentro do Distrito Federal, além de reconhecer a importância de sua revitalização (91% são favoráveis à revitalização) (CASAS-FAU-UnB, 2016).

O coletivo Mercado Sul Vive também tenta participar de editais que garantam a autonomia de auto-gestão territorial e das ações coletivas, dispensando leis de incentivo que já estão ligadas ao giro viciado mercantil da cultura, da fetichização e da apropriação seletiva das culturas populares (CSERMAK, 2013). Por outro lado, há políticas públicas que parecem caminhar junto com as demandas de uma sociedade em movimento, com esses coletivos e movimentos culturais. No presente ano de 2018 a Ocupação MSV foi contemplada com premiação monetária e inclusa como Pontão de Cultura, no edital Cultura Viva 2018, uma iniciativa conjunta do Ministério da Cultura e Secult/DF. Pontões de Cultura são entidades de natureza e finalidade cultural que se destinam à mobilização, à troca de experiências, ao desenvolvimento de ações conjuntas com governos locais e à articulação entre os diferentes Pontos de Cultura. Para o coletivo o título é um reconhecimento do trabalho cotidiano no MS, que permanece “politicamente independente e horizontal, fortalecendo a luta por direito à cidade, contra a especulação imobiliária, por mais espaços comunitários e pelo real reconhecimento das culturas populares no DF” (MERCADOSUL.ORG). Outros grupos, pontos e coletivos culturais que fazem parte do coletivo MSV, neste mesmo território MS, também foram premiados por seus trabalhos: Tempo Eco Arte, Estúdio Gunga, Eu Livre - Saúde e Cultura e Mamulengo Presepada – Invenção Brasileira.

Nesse cotidiano, os moradores e trabalhadores do MS enfrentam ainda diversas questões urbanas que ferem seus objetivos de autonomia e sustentabilidade. Para haver utilização de água nas lojas ocupadas, o MSV autoconstruiu ligações clandestinas da rede de água e esgoto de lojas regularizadas no MS. Essas lojas regularizadas permitiram o roteamento ilegal de água e esgoto, pois fazem parte do MSV, e assim compreendem suas reivindicações de regularização em posse de integrantes do MSV das lojas ocupadas. Dessa forma, o MSV divide a conta de acordo com a frequência de uso do espaço. No dia 04 de abril de 2017 a Companhia de Água e Esgoto de Brasília – Caesb operou uma ação do fechamento de tais ligações. No mesmo dia e hora, o Correio Braziliense noticiou o fato, generalizando-o com outros casos de ligações clandestinas, na matéria: Caesb estima prejuízo mensal de R\$ 2,7 milhões com ligações clandestinas (Correio Braziliense, 12 de abril de 2017).

Essas ações são vistas como subversivas, ilegais e irracionais pela economia e pelo Estado que institucionalizam a vida na cidade.

É preciso deixar claro a toda a população do Distrito Federal que o MSV já buscou inúmeras vezes solucionar e regularizar sua situação frente à Companhia de Abastecimento, algo que não se concretizou não por nossa passividade, mas por situações burocráticas e alegadamente jurídicas apontadas pela própria CAESB, visto que ainda passamos por um processo de defesa legal que nos assegure a permanência regular nos espaços da ocupação. Inclusive, faz-se necessário publicitar que participamos de vários espaços de negociação com o Governo do Distrito Federal sobre nossa situação e estamos em pleno processo de defesa Judicial. Para além do ponto de nossa regularização, manifestamos enfaticamente nosso desacordo com a campanha de difamação e criminalização nos associando à crise hídrica do DF. Uma ardilosa transferência de responsabilidade que sabemos ser plena do Governo de Brasília para a sociedade civil, uma clara execução da estratégia de desvio de foco e direcionamento da culpa para elos mais “frágeis” da sociedade. Só que o Governo de Brasília não conta com a força de nossa organização e dignidade na certeza de que lutamos a boa luta em defesa de um mundo melhor e mais justo, um outro mundo em que a água é considerada um bem comum e um direito humano imprescindível e inalienável, não puramente uma mercadoria (DOSSIÊ MERCADO SUL VIVE, CGA.LIBERTAR.ORG).

Além disso o coletivo tenta usar essa água dividida de forma mais econômica, reutilizando-a nas produções de objetos, artesanatos, instrumentos, etc., na limpeza de suas lojas e casas, bem como iniciativas mais sustentáveis como o aproveitamento da água da chuva por calhas. 20% dos que trabalham e moram relatam reutilizar a água (CASAS-FAU-UNB, 2016)

Os problemas de infraestrutura e acessibilidade são os mesmos enfrentados por grande parte das Regiões Administrativas. As vias ao redor do Beco, e em toda Taguatinga, priorizam o trânsito de veículos particulares em detrimento de pedestres e ciclistas. Há uma parada de ônibus próxima, mas com estrutura precária de iluminação e acomodação de quem espera o transporte público, também precário. Nas ruas do MS há grandes desnivelamentos das calçadas, o que torna muito difícil à acessibilidade. Não há drenagem adequada de águas pluviais nas ruas locais, há um grande desconforto térmico dentro das lojas em casas, quando em períodos intensos de chuva ou frio. A iluminação pública no Mercado tem ao todo 14 postes de luz, porém moradores relataram que, em algumas noites, os postes não acendem e dependem de sua cobrança para seu haja devido funcionamento. Há também problemas gerais com lixo e com coleta seletiva. 44% separa o lixo orgânico e o reciclável e 24% reciclam o próprio lixo (CASAS-FAU-UNB, 2016).

As organizações internas das edificações variam de acordo com as necessidades de cada morador, onde as medidas foram alteradas, através de improvisos no layout original. Apesar da baixa qualidade física arquitetônica, elas conferem identidade ao lugar, através de sua paleta de cores e intervenções feitas pelos próprios moradores, o que garante autenticidade perante as demais edificações que circundam o conjunto do Mercado Sul (CASAS-FAU-UNB, 2016).

Mesmo com essa (des)ordem imposta à maioria das cidades estar presente no MS, há este movimento forte de parte dos moradores e trabalhadores, e principalmente de integrantes do MSV que portam outra configuração socioespacial possível. O espaço MS, numa frente de auto-organização protagonizada pelo MSV, transforma-se num espaço que possibilita, promove e fortalece ações e relações mais autossustentáveis, ecológicas, harmônicas, democráticas. Dentre elas podemos incluir a EcoFeira, toda o giro de produção da Tempo Eco Arte, as alternativas à mobilidade, como o uso e manutenção de bicicletas, o plantio e utilização de agroflorestas e hortas urbanas. Por isso, consolidam pouco a pouco, às vezes lenta às vezes radicalmente – pois a pressão do mundo do valor de troca é muito maior- uma produção popular de novos comuns urbanos, a concentração de capital simbólico coletivo, a mobilização de memórias e mitologias coletivas e o apelo a tradições culturais específicas, que são importantes facetas de todas as formas de ação política (HARVEY, 2014, p. 200).

Como a maioria das ações são abertas, e promovem a inclusão socioeconômica de sujeitos periféricos, esses espaços são potenciais formas de organização que conseguem amenizar desigualdades, inverter uma lógica de exclusão, segregação, desvalorização e apropriação das pessoas, dos trabalhadores, dos produtores culturais e dos artistas, no sentido

de criar um comum mais democrático, igualitário e solidário. Tais ações também “ressignificam as lutas, os processos de resistência que fundaram esses territórios, compõem uma autoconstrução subjetiva que exige uma cidade diferente (MARINO, 2016, p. 61). Nessa apropriação espacial, cultural e social e empoderamento social no espaço promovido pelo MSV e demais viventes do MS, as forças progressistas da cultura evidenciam uma apropriação de espaços chave para o capital (lojas abandonadas para a especulação imobiliária e altos custos de aluguel) em vez do contrário. O MS nos parece então um dos espaços chaves de esperança para a construção de possibilidades alternativas de sociedade (HARVEY, 2014, p. 239).

É também nos espaços de esperança que os movimentos de oposição podem se formar, e como vimos, no caso do MS, tais movimentos já estão firmemente arraigados no território. Seguem fazendo plenárias livres para conseguir maior apoio em suas reivindicações políticas e sociais, estruturais e urbanas, e culturais. Seguem reunindo frentes de oposição em manifestações, numa luta que se configura oposição aos poderes hegemônicos. Colocam no centro do debate a sociedade contemporânea desigual e violenta, trazendo as problemáticas onde os movimentos de oposição precisam entender-se com essa vasta apropriação de seus comuns culturais e usar a validação de sua particularidade, singularidade, autenticidade, cultura e significados estéticos de maneira que abram novas possibilidades alternativas (HARVEY, 2014, p. 204).

Além disso consideramos os espaços coletivos do MSV e no MS um ponto importante em uma rede mais ampla de resistência. Esses espaços de esperança, segundo Harvey (2014) terão de vir de uma multiplicidade de espaços locais – espaços urbanos, em particular -, combinando-se em um movimento mais amplo (HARVEY, 2014, p. 206). Os espaços do MSV e do MS em geral fazem parte de uma rede cultural extensa no DF e fora dele. No DF há lugares da cultura, pontos culturais, teatros, casas culturais como a Casa Frida em São Sebastião, a Associação dos Amigos do Centro Histórico de Planaltina no Centro Histórico de Planaltina, a Casa Ipê em Ceilândia, o Jovem de Expressão na Praça do Cidadão o espaço de ocupação cultural Filhos do Quilombo no Sol Nascente, também em Ceilândia, O Sarau Complexo e o Espaço Imaginário Cultural, ambos em Samambaia.

Enfrentamos complexos processos jurídicos, sentamos inúmeras vezes para negociar com os governos na esfera distrital e federal. Discutimos e avaliamos patrimônio material e imaterial, ressignificamos e aprofundamos o sentido e conceitos de comunidade, cultura, movimento, estado e governo. Fomos e voltamos, fizemos cirandas e fogueiras, giramos a cidade em duas ou mais rodas construindo outros significados para a mobilidade urbana. Em síntese, não paramos, nos movimentamos

constantemente no prazer de fazer o caminho caminhando
(FACEBOOK.COM/MERCADOSULVIVE).

Considerações Finais

As experiências das observações participantes realizadas no Mercado Sul foram oportunidade de vivenciar a dinâmica do coletivo Mercado Sul Vive e o cotidiano dos moradores e trabalhadores do “Beco”. Além da coleta de dados e informações foi possível a rica troca de conhecimentos, técnicas e experiências.

Entendemos que o coletivo Mercado Sul Vive pode ser compreendido como um coletivo cultural de oposição, pois suas ações culturais se afirmam e se concretizam como ações políticas. Notamos um forte potencial nas ações culturais de educação informal, que consegue ao mesmo tempo que preservar a herança cultural das culturas populares, tais quais contações de história, maracatu, teatro de mamulengos e jongo; dar novos significados e sentidos a esses saberes tradicionais no território em que estão inseridos. São formas de compartilhar com discernimento a gama de questões que flagelam a vida social, e, na busca de uma comunicação mais democrática e respeitosa com as diversidades e problemáticas de gênero, raça, nacionalidade, etc. são a matriz da mídia radical. Com suas limitações e dificuldades são coletivos, grupos e indivíduos que há muitos anos já desenvolvem atividades de formação, de experimentação e de criação emancipatórios.

A insurgência dos discursos desses coletivos, destoantes à lógica capitalista imposta, criam projetos e ações contra-hegemônicos. O Direito a Cidade é colocado no centro do debate do coletivo, e por conseguinte, inspiram suas linhas de ação. Acredito que também é uma comunicação de empoderamento identitário, espacial e midiático. Tratando dessas redes virtuais, até a forma de usá-las como ferramentas sociais numa movimentação informacional crítica, nos parece pertencer a uma outra lógica. Além disso, tentam cotidianamente colocar tal direito coletivo concentrado em prática: a partir da ocupação cultural, evidenciam a problemática de um território periférico dentro de uma movimentada Taguatinga, mas re-significam tanto os espaços ociosos privados e lhes confere vida social, tanto cumprem o papel que o Estado negligencia aos espaços públicos e bens comuns há tantos anos. Contudo ainda que hoje se coloca como uma das principais referências de espaço e território cultural. Não são ações pontuais e isoladas, mas uma rede que pouco a pouco e com muita luta alcançam autonomia para decidir que tipo de cidade deve ser produzida, vivenciada, e como. Torna-se claro que o fato de serem independentes não é uma vontade totalmente motivadora para a coletiva, são independentes por necessidade e por isso, tentam fortalecer movimentos políticos

que fazem parte de suas reivindicações por direitos sociais e de direitos humanos, bem como levantam suas pautas específicas e locais, e assim tentam encontrar soluções.

A auto-organização e a forma desierarquizada como organizam o coletivo e o espaço que ocupam, revelam uma coletividade em busca de um comum no meio urbano, colocam o Mercado Sul Vive e os coletivos culturais como importantes atores para a realização de uma sociedade mais justa. Essas experiências possíveis no Mercado Sul, não se dão apenas pelos atores que compõem o MSV, mas pelo híbrido território Mercado Sul, onde trabalhadores e moradores compartilham decisões e questões específicas a esse território.

É um território com uma longa história ainda muito desconhecida, com uma composição de classes diversa, com trajetórias de vida ainda mais diversas, não exatamente se localiza na periferia do DF, mas faz parte de um espaço periférico; e seria muito pretensioso de nossa parte restringirmo-lo como um território em resistência de periferia. Isso porque tais definições também são colocadas em debate pela comunidade, contestando as referências de “lugar da periferia” e as “periferias do mundo” a partir da autonomia dos que organizam os espaços no MS. Apesar disso, o colocamos como território em resistência, por conservar, resgatar, promover e re-significar as redes de reciprocidade dos setores populares que ali se estabeleceram e até hoje fazem parte; por reinventar as comunidades tradicionais e rurais na produção cultural popular cotidiana e por dar novos sentidos emancipatórios à mesma. Além disso, as frentes do MVS, como o Bicicentro, o Becomposto, o Invenção, a Tempo Eco Arte, a EcoFeira, a EcoLoja, Sônia Comedoria, Eu Livre - com suas ações mais sustentáveis, mais ecológicas e que visam um menor consumo - são fortes evidências de produtores livres, mesmo que não integralmente, pois não deixam de produzir concomitantemente para o mercado, a fim de a renda de sobrevivência ser suficiente. São possíveis a partir de relações que se baseiam muito mais em afetos e valores de uso, do que de troca. A capacidade de auto-gestão, a auto-construção, a produção de produtos fora da lógica do mercado, onde todas as etapas de produção e venda estão no mesmo lugar, numa rotatividade de tarefas pelos produtores locais, o cunho apartidário dos grupos, organizações, coletivos que regulam o uso e vivência do espaço de forma coletiva, as fortes relações de afeto; são possíveis caracterizações de um território que resiste às lógicas destrutivas dos espaços do capital.

Entendemos que a construção dos espaços dos coletivos culturais que estão fortemente arraigados em territórios em resistência vão além de serem espaços de esperança como suscita Harvey (2012, 2014). Não só por estimular a esperança de construção de movimentos que possam mudar a ordem imposta às cidades, tentando tomar e gerir os direitos que lhes são

negados, promovendo novos espaços mais democráticos, igualitários e solidários. A própria configuração territorial desses coletivos e moradores já exige uma cidade diferente, pois seu desenvolvimento - ao mesmo tempo que transforma - depende do cotidiano, das condições presentes no tempo e espaço em que está inserida. Por isso, o coletivo cultural insurgente só é possível através desse território, e com suas ações cotidianas promove sua territorialização, construindo pouco a pouco uma verdadeira revolução de territórios de esperança.

BIBLIOGRAFIA

ANUÁRIO DO DF. Taguatinga. Disponível em: <<http://www.anuariododf.com.br/regioes-administrativas/ra-iii-taguatinga/>> Acesso em: 27 maio 2018.

ARAUJO, Saulo Nepomuceno Furtado de. Entre garotos e suas equipes: consumo tecnocultural e dinamicidade ético-estética na cena black brasiliense. 2012. 109 f., il. Dissertação (Mestrado em Sociologia)—Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

CACÁ, Carlos Augusto (org.). Cultura de Classe: 4 anos de história e poesia. Brasília, DF, Editora Cultura de Classe, 2016.

CAMPOS, Neio L.; MEDEIROS, Ana E. (orgs.); Aldo Paviani [et al.]. Brasília 50 anos: da capital a metrópole. – Brasília : Editora UnB, 2010.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade. São Paulo. Labur Edições, 2007.

CASAS (Centro de Ação Social em Arquitetura Sustentável), FAU/UNB. ANDRADE, Liza. Et al. Caderno para a construção coletiva de possíveis cenários de reabilitação sustentável arquitetônica e urbanística, e reassignificação do espaço com base no Direito à Cidade. Editora Universidade de Brasília, 2017.

CASTRO, Cloves Alexandre de. Movimento socioespacial de cursinhos alternativos e populares: a luta pelo acesso à Universidade no contexto do Direito à Cidade. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, SP, 2011.

CAVALCANTE, Ivaldo. Taguatinga: duas décadas de cultura. Brasília: Secretaria de Cultura do Distrito Federal – FAC, 2003.

CHAPARRAL. Nova QNL (Chaparral). Disponível em: <http://wikimapia.org/9581973/pt/Nova-QNL-Chaparral>. Acesso em: 27/01/2018.

COELHO, T. O Que é Ação Cultural. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2001.

CORREIO BRAZILIENSE. Caesb estima prejuízo mensal de R\$ 2,7 milhões com ligações clandestinas. **Correio Braziliense**, Brasília, 12 de abril de 2017, Caderno Cidades.

COSTA, Everaldo B.; SCARLATO, Francisco. Patrimônio da Humanidade: universalismo de um apoderamento territorial soberano. In: COSTA, E.B.; BRUSASIN, L. B.; PIRES, M.C.

(Orgs.). Valor patrimonial e turismo: limiar entre história, território e poder. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

COSTA, Everaldo B. et al. Metropolização, Patrimonialização e potenciais de conflitos socioterritoriais em Brasília – DF. Espaço & Geografia, Vol. 16, nº 1, 325:367, 2013.

CSERMAK, Caio. Pro povo é festa, pra gente é outra coisa: cultura popular, raça e políticas públicas na Comunidade Negra dos Arturos. 2013. 193 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

D'ANDREA, Tiarajú Pablo. A formação dos sujeitos periféricos: cultura e política na periferia de São Paulo. 2013. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. doi:10.11606/T.8.2013.tde-18062013-095304. Acesso em: 28 de setembro de 2018.

DINIZ, Gustavo da Silva. Atividades criativas e desenvolvimento territorial: música, território e criatividade em Tatuí-SP. 2015. 285 f. Dissertação - (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, 2015. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/144046>>. Acesso em: 04 de abril de 2018

DOWNING, John D.H. Mídia Radical, Rebeldia nas comunicações e movimentos sociais. SENAC, São Paulo, 2002.

DUARTE, Jusselma. De Plano Piloto a metrópole, a mancha urbana de Brasília. Correio Braziliense. Editado pelo Sindicato da Indústria da Construção Civil do Distrito Federal. Disponível em: https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/cidades/2010/07/25/interna_cidadesdf,204279/a-capital-que-o-candango-inventou.shtml). Acessado em: 28 maio 2018.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: UNESP, 2000. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/ater/livros/Pedagogia_da_Indigna%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 9 de outubro de 2018.

_____. Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996

FERREIRA, Ignez C. B. O processo de urbanização e a produção do espaço metropolitano de Brasília. In: PAVIANI, Aldo (org.). Brasília, ideologia e realidade: espaço urbano em questão. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2ª edição, 2010.

GOHN, Maria da Glória. Teorias dos movimentos sociais, 6ª ed. São Paulo: Loyola, 2008.

GOMES, Christianne L. Lazer, Economia Criativa e Indústrias Culturais e Criativas: Onde Está o Social?. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer (LICERE)**. Belo Horizonte, v.17, n.4, dez/2015. Disponível em: < <https://seer.ufmg.br/index.php/licere/article/view/1288/971>> Acesso em: 22 de setembro de 2018.

HARVEY, David. Cidades Rebeldes. Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana. Trad. de Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

_____. Espaços de Esperança. 5ª. Edição. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

_____. A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. Justiça Social e a Cidade. São Paulo: Hucitec, 1980

IPEA, Coordenação de Cultura. Cultura Viva: as práticas de pontos e pontões. Ipea: Brasília, 2011.

IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Brasília recebe amanhã encontro de Bonecos Mamulengos. **portal.iphan.gov.br**, Notícias, 4 de maio de 2015. Disponível em: < <http://portal.iphan.gov.br/pe/noticias/detalhes/2149/brasil-ia-recebe-amanha-encontro-de-bonecos-mamulengos>>. Acesso em: 18 de outubro de 2018.

LAURIANO, William. Gentrificação: estratégias de enobrecimento do solo urbano: dos tijolos de barro no subúrbio paulistano aos blocos de Brasília. 2013. x, 142 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Brasília, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2013.

MAFRA, Daniel. Em busca das raízes da capoeira candanga. Grupo de Estudos de História da Capoeira, 13 abr. 2011. Disponível em: <<http://estudoscapoeira.blogspot.com>>. Acesso em: 19 nov. 2018.

MAMULENGOPRESEPAD.COM.BR. Disponível em: <<http://www.mamulengopresepada.com.br/>>

MARICATO, Ermínia. Para entender a crise urbana. Editora Expressão Popular, São Paulo, 2015.

MARINO, Aluízio. Ação cultural e territórios insurgentes: "uma pesquisa-ação com coletivos culturais de São Paulo e Bogotá". 2016. 84 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do

ABC, Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Gestão do Território, 2016. Disponível em: <http://biblioteca.ufabc.edu.br/index.php?codigo_sophia=97363>.

MARTINS, Ananda de Melo. Entre a utopia do direito à cidade e a resistência urbana: a luta pelo habitar em Brasília/DF. 2016. xix, 166 f., il. Tese (Doutorado em Geografia)—Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

MATTOS, CLG. A abordagem etnográfica na investigação científica. In MATTOS, CLG., e CASTRO, PA., org. Etnografia e educação: conceitos e usos [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2011. p. 49-83. ISBN 978-85-7879-190-2. Disponível em: <<http://books.scielo.org>>.

MAZETTI, Henrique. Resistências criativas: os coletivos artísticos e ativistas no Brasil, Lugar-comum, n° 25-26, 2008. Disponível em: <<http://www.universidadenomade.org.br/userfiles/file/Lugar%20Comum/MIOLO20DIAGRAMADO%20NUMERO%2025-26.pdf#page=105>> Acesso em: 12 de agosto de 2018.

MERCADOSUL.ORG. Disponível em: <<http://www.mercadosul.org/>>

MESQUITA, Marcos Ribeiro. Cultura e política: A experiência dos coletivos de cultura no movimento estudantil. Revista Crítica de Ciências Sociais, n° 81, 2008, 179-207.

NOVY, J.; COLOMB C. Struggling for the Right to the (Creative) City in Berlin and Hamburg: New Urban Social Movements, New ‘Spaces of hope’? International Journal of Urban and Regional Research, Vol. 37(5): 1816-38, 2013.

OLIVEIRA, Nina Puglia. Análise socioespacial do mercado de música de Brasília - DF. 154 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

RAIMUNDO, Sílvia Lopes. Território, cultura e política: movimento cultural das periferias, resistência e cidade desejada. 2017. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. doi:10.11606/T.8.2017.tde-17042017-104001. Acesso em: 2018-09-04.

RODRIGUES, THAIS. Pistão Sul tem sete casas noturnas e atrai público de todo o DF. Metrôpoles. Brasília, 14 jan. 2017, atualizado em 15 jan. 2017. Disponível em: <<https://www.metropoles.com/entretenimento/balada/pistao-sul-tem-sete-casas-noturnas-e-atrai-publico-de-todo-o-df>> Acesso em: 27/05/2018

ROLNIK, Bate-Papo na Ocupação Cultural Mercado Sul Vive, Taguatinga - DF, outubro de 2016.

SCHVARSBURG, Benny. A carroça ao lado do avião: o direito à cidade metropolitana em Brasília. *Cadernos Metrópole*, São Paulo, v. 19, n. 38, p. 313-334, jan./abr. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-99962017000100313&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 8 jan. 2018. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2017-3813>

SENA, Carla. Mapa de atividades no Mercado Sul. Horizontal - Diplô. Universidade Católica de Brasília, 2017.

SELDIN, Claudia. Da capital de cultura à cidade criativa: resistências paradigmas urbanos sob a inspiração de Berlim. Tese (Doutorado) – UFRJ/PROURB/Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, Rio de Janeiro, UFRJ/FAU, 2015. xi,213f. Il.; 30 cm.

VILELA, Cleide. O financiamento público da cultura do Distrito Federal: um olhar para os planos plurianuais 2012 – 2015 e 2016 – 2019. In: MAKIUCHI, Maria de F. R. (org.). Políticas culturais, desenvolvimento e construção democrática. Brasília: UnB, 2016.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4ª ed., São Paulo: USP, 2009.

SOUSA, Nair Heloísa Bicalho; MACHADO, Maria Salete; JACCOUD, Luciana de Barros. Taguatinga: uma história candanga. In: PAVIANI, Aldo (Org.). Brasília: moradia e exclusão. Distrito Federal: Editora Universidade de Brasília, 1996. p. 53-79.

SUBTIL, Maria Jozé D. Reflexões sobre arte e indústria cultural. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 14, n. 27, p. 283-299, jul./dez. 2008

CODEPLAN. PDAD 2015/16 - pesquisa distrital por amostra de domicílios - Taguatinga–2015. Disponível em: http://www.codeplan.df.gov.br/images/CODEPLAN/PDF/pesquisa_socioeconomica/pdad/2016/PDAD_Taguatinga.pdf Acesso em: 19 de agosto de 2018.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. “A reinvenção dos territórios: a experiência latino americana e caribenha”. In: CECENÑA, Ana Esther (coord.) Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado. Buenos Aires, CLACSO, 2006.

ZIBECHI, R. Territórios em Resistência – Cartografia política das periferias urbanas da América Latina. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015.